

UNESP  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

GIOVANA MENDONÇA ALGARVE

A LÍNGUA PORTUGUESA E SEU PAPEL NA ESTRUTURA SOCIAL ANGOLANA



ARARAQUARA – S.P.
2016

GIOVANA MENDONÇA ALGARVE

A LÍNGUA PORTUGUESA E SEU PAPEL NA ESTRUTURA SOCIAL ANGOLANA

Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Diversidade, Identidades e Direitos

Orientador: Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca

ARARAQUARA – S.P.
2016

Algarve, Giovana Mendonça
A Língua Portuguesa e seu Papel na Estrutura Social
Angolana / Giovana Mendonça Algarve – 2016
118 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus
Araraquara)
Orientador: Prof.Dr. Dagoberto José Fonseca

1. Angola. 2. Língua Portuguesa. 3. Colonialismo . 4.
Independência. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GIOVANA MENDONÇA ALGARVE

A LÍNGUA PORTUGUESA E SEU PAPEL NA ESTRUTURA SOCIAL ANGOLANA

Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Diversidade, Identidades e Direitos

Orientador: Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca

Data da defesa: 28/04/2016

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca
Faculdade de Ciências e Letras – UNESP - Araraquara.

Membro Titular: Prof^a. Dr^a. Sabrina Garcia Rodrigues Balsalobre
Faculdade de Ciências e Letras – UNESP - Araraquara.

Membro Titular: Prof^a. Dr^a. Luena Nascimento Nunes Pereira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Para meus pais e todos os que lutam pela construção de uma sociedade igualitária.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, acima de tudo, a Deus e aos amigos invisíveis que me acompanham e me ajudam a sempre encontrar soluções quando os caminhos não estão claros... Muito obrigada!

Aos meus pais, Célia e Dalvir, que além de tudo o que fizeram e fazem por mim, me deram todo o auxílio necessário para que eu pudesse estudar em outra cidade e agora me tornar Mestre, dando continuidade ao trabalho que iniciei na graduação. Muito obrigada pelo amor e carinho infinito de vocês!

À minha irmã Fernanda, por todo amor e companheirismo. Obrigada!

Dagoberto, meu “pai acadêmico”, muito obrigada por esses sete anos em que pude conviver com você. Você foi um orientador maravilhoso, sempre disponível nos momentos de “desespero” quando me respondia às inquietações com “fique calma, vai dar certo”, nas longas horas em que sentamos para discutir os rumos dessa pesquisa, e em todas as outras em que além de orientador acadêmico fazia o papel de pai, orientando para a vida. Tenho um carinho enorme por você e uma eterna gratidão por todos esses momentos.

Ao Maxwell, meu colega de sala e “irmão acadêmico”, obrigada por todas as contribuições bibliográficas, conversas e companheirismo nesses anos de graduação e pós-graduação.

Aos colegas membros do Grupo de Estudos da União Africana – UA, cujas reuniões, debates e discussões foram importantíssimas para delinear os caminhos desse trabalho, muito obrigada!

À Sabrina e ao Jorge, que se dispuseram a estar presentes na minha banca de qualificação, agradeço imensamente por todas as contribuições que vocês me trouxeram naquele momento. Para a realização desse trabalho, me aventurei em duas áreas do conhecimento que não fizeram parte da minha formação enquanto Cientista Social: a linguística e a literatura. Assim, quando vocês me levaram todas as indicações e os textos dessas áreas das quais vocês possuem maior conhecimento, pude enfim visualizar onde esse trabalho iria chegar. A

contribuição de vocês para a realização desse trabalho foi enorme e sou infinitamente grata por isso!

Às minhas amigas que conheci em Araraquara, Maria Leonor e Maíra com quem tive a oportunidade de conviver desde que cheguei à Terra da Laranja e me ajudaram no crescimento pessoal e acadêmico, obrigada por todos os momentos que passamos juntas nessa cidade tão querida, e ainda mais por poder ter vocês em minha vida até hoje!

Às queridas amigas Talita, Gabriela e Carol, que estiveram comigo em tantos momentos e ainda estarão em tantos outros, obrigada por terem me dado o imenso prazer de conhecê-las. Amo vocês!!

Às minhas amigas dos tempos de escola, Ana Clara, Eduarda, Camila, Hanna e Mariana. Estivemos juntas desde antes de começarmos as respectivas faculdades e comemoramos a cada conquista que fomos alcançando. Muito obrigada por estarem comigo, amo vocês!

A todos os colegas de graduação e pós-graduação na FCLAr, muito obrigada!

Agradeço, enfim, a todos aqueles que em algum momento cruzaram meu caminho e deixaram um pouco de si, contribuindo para minha formação acadêmica e pessoal.

*(...) entendo a língua dos pássaros, leio o rastro dos pequenos animais no chão e as manchas luminosas que o sol projeta através das folhagens; sei interpretar o sussurro dos quatro grandes ventos e dos quatro ventos secundários, assim como a passagem das nuvens através do espaço, porque para mim tudo é sinal e linguagem.
Amadou Hampâté Bâ (2003, p. 28).*

RESUMO

O trabalho busca analisar, a partir de uma contextualização da colonização de Angola e de seus processos, como se deu a organização da sociedade angolana, tendo como foco de análise o papel desempenhado pela língua portuguesa a partir de sua instituição como língua oficial do país. Essa análise passa por momentos decisivos da história angolana, como já mencionado, o momento em que se inicia a colonização de fato, a organização dos movimentos independentistas, principalmente do Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA, a luta pela independência de Angola e, por fim, a constituição de um país livre, liderado pelo MPLA. Assim, procura-se analisar como o domínio da língua portuguesa em sua forma culta assume um papel de distinção dentro da sociedade angolana e se, mesmo com o fim da colonização, ainda é possível observar alguns resquícios coloniais nessa sociedade.

Palavras – chave: Língua portuguesa, Angola, colonialismo, independência.

ABSTRACT

The research aims to understand, according to Angola's colonization context and its process, how the organization of the Angolan society happened, focusing the analysis on the role of the Portuguese language since its establishment as the country's official language. This study englobes decisive moments of the Angolan history as, the already mentioned, moment when the colonization actually started, the setting of independence movements – mainly the “Movimento Popular de Libertação de Angola” – MPLA (Popular Movement for Angola's Liberation) –, the struggle for Angola's independence and, finally, the constitution of a free country, led by MPLA. Thus, the research aims to analyze how the knowledge of the Portuguese language, in its cultured form, assumes a role of social distinction among the Angolan society and that, even after the colonization period, it is still possible to observe some colonial vestiges in this society.

Keywords: Portuguese language, Angola, Popular Movement for Angola's Liberation, colonialism, independence.

LISTA DE IMAGENS

Quadro 1	População Alfabetizada	17
Quadro 2	Distribuição da população por províncias (adaptado)	27
Quadro 3	Províncias, superfície e população total	29
Quadro 4	População angolana por raça e status civilizacional (1940 e 1950)	58
Quadro 5	População das Colônias de África	59

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Mapa Etnolinguístico de Angola (2015)	19
Mapa 2	Mapa Político de Angola	26
Mapa 3	Densidade demográfica por província (adaptado)	28
Mapa 4	Divisão Político-Administrativa de Luanda	30
Mapa 5	Expansão Bantu na África	31
Mapa 6	Grupos Etnolinguísticos de Angola	32
Mapa 7	Mapa Cor de Rosa	51
Mapa 8	África em 1880 - Antes da Conferência de Berlim	52
Mapa 9	África em 1914 - Após a Conferência de Berlim	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANANGOLA	Associação dos Naturais de Angola
CEI	Casa dos Estudantes do Império
FNLA	Frente Nacional para a Libertação de Angola
MINA	Movimento para Independência de Angola
MNIA	Movimento dos Novos Intelectuais de Angola
MPLA	Movimento Popular para a Libertação de Angola
PALOP	Países africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCA	Partido Comunista de Angola
PCP	Partido Comunista Português
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PLUAA	Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola
UNITA	União Nacional para a Libertação Total de Angola
UPA	União dos Povos Angolanos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO E MOTIVAÇÕES PARA A PESQUISA	14
INTRODUÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
1 ANGOLA: CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO	26
2 O PROCESSO COLONIAL	36
2.1 O luso-tropicalismo e a justificativa portuguesa para a colonização	36
2.2 Chegada dos portugueses a Angola – primeiros contatos	39
2.3 Os degredados da metrópole em Angola	43
2.4 A Conferência de Berlim	46
2.5 O início da colonização de fato	53
3 OS MOVIMENTOS INDEPENDENTISTAS DE ANGOLA	64
3.1 As Igrejas Protestantes e a educação em Angola	64
3.2 Formação dos principais partidos independentistas – MPLA, UNITA e FNLA – e a luta pela independência	65
4 A SOCIEDADE ANGOLANA PÓS-INDEPENDÊNCIA E O OLHAR DA LITERATURA	75
4.1 A sociedade angolana pós-independência	75
4.1.1 A língua e a formação do Estado-Nação	78
4.1.2 A perspectiva Sociolinguística	82
4.2 As teorias pós-coloniais e a literatura angolana	84
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	97
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	101
ANEXO A - Hino de Angola	103
ANEXO B - Imagens de Angola	104
ANEXO C - Líderes independentistas e bandeiras dos movimentos	107
ANEXO D - Autores Angolanos	110

APRESENTAÇÃO E MOTIVAÇÕES PARA A PESQUISA

Minhas motivações para iniciar esse estudo existiram desde o começo da minha graduação em Ciências Sociais, na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara. Sempre tive comigo uma inquietação relacionada às diferenças do processo colonial do Brasil e dos países africanos que foram colônias de Portugal. Na minha inocência, de quem estava prestes a se aventurar por realidades desconhecidas, indagava: como era possível países que tiveram o mesmo colonizador apresentarem diferenças tão discrepantes?

Tendo isso em mim, na primeira aula que tive com o Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca - que logo se tornou meu orientador - quando ele perguntou para os alunos do primeiro ano de graduação quais eram suas expectativas com relação à formação como Cientista Social, motivações, intenções de pesquisa, etc., eu disse que gostaria de estudar a África, não sabia exatamente o que, mas sabia que era isso que eu queria estudar.

Assim, aventurei-me rumo a uma realidade desconhecida, buscando conhecer e compreender mais sobre os países africanos de língua oficial portuguesa através de leituras, reuniões no grupo de estudos da União Africana - UA, composto em sua maioria por alunos africanos, e tendo longas conversas com o Prof. Dagoberto.

Após algum tempo, os rumos que tomaria com relação a esse estudo foram se tornando mais claros, até o momento em que decidi que gostaria de estudar a língua portuguesa em Angola. Para isso, um elemento importante a que esse estudo deveria se atentar era a literatura, de modo que eu estaria adentrando, ao mesmo tempo, em dois campos do conhecimento até então completamente desconhecidos para mim: a linguística e a literatura.

As dificuldades foram inúmeras, por se tratar de uma pesquisa que trabalha com uma questão muito recente, de modo que a bibliografia sobre o tema é muito restrita e a maioria é feita em Portugal ou Luanda, não existindo edições brasileiras. Além disso, o distanciamento geográfico não tornou possível a realização de um trabalho de campo, fazendo com que esse estudo fosse baseado em uma análise bibliográfica.

E foi assim, com essas dificuldades envolvendo áreas do conhecimento que não fizeram parte de minha formação acadêmica e o aparente distanciamento com relação ao objeto de pesquisa - um distanciamento que pode não ser tão distante, levando em conta que sou descendente de portugueses, algo que o Algarve demonstra logo de "cara" - que, ao longo dos meus anos como graduanda e depois como mestranda em Ciências Sociais, desenvolvi um estudo sobre a língua portuguesa em Angola. Apresentado de forma mais superficial e com

foco na literatura pós-colonial como trabalho de Monografia, intitulado *O Pós-Colonial e a Literatura em Angola* (2016) e, agora, de forma mais aprofundada como Dissertação.

INTRODUÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao refletir a respeito de uma das principais questões colocadas para a África na atualidade, a questão do desenvolvimento, relacionamos alguns fatores que poderiam ser analisados para tentar propor alternativas de desenvolvimento próprias, de forma que não necessariamente os países africanos devessem seguir os moldes de desenvolvimento dos países do ocidente europeu.

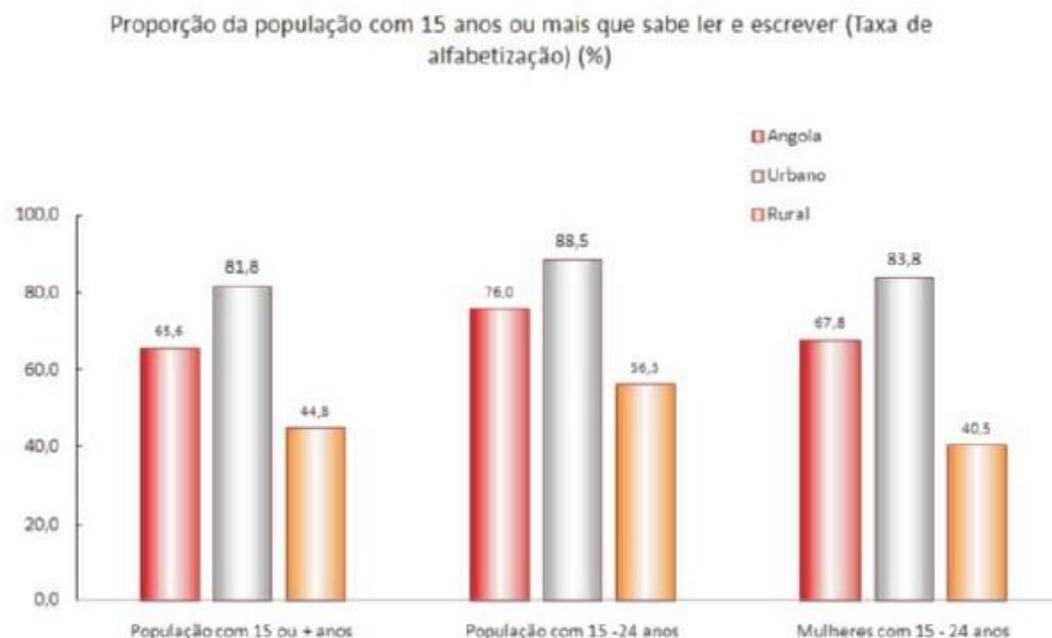
Intelectuais africanos - como Joseph Ki-Zerbo (2006), Inocência Mata (2007), Ruy Duarte de Carvalho (1999) e, ainda, na própria literatura angolana de Luandino Vieira (2006), de Agostinho Neto (1987), dentre outros - abordam o tema do desenvolvimento sempre tentando buscar alternativas que não a Ocidental, de forma a preservar a cultura e a identidade africanas. Pensando nas obras desses autores, questionamos o fato de a língua portuguesa ser utilizada por intelectuais que buscam a afirmação da Nação, livre das amarras ocidentais: essa busca por outros caminhos para o desenvolvimento e a afirmação enquanto Nação perante o mundo é feita através da língua que outrora lhes foi imposta pelos colonizadores-conquistadores.

A partir desse questionamento, inúmeros elementos nos foram apresentados, desde a forma como a imposição da cultura dos colonizadores portugueses modificou o modo de vida, a cultura e a mente dos indivíduos colonizados; o modo como esses indivíduos – já tendo assimilado a cultura portuguesa – pensam a luta pela independência; até a forma como vão se impor após a libertação, demonstrando reproduzir inúmeros elementos advindos da colonização, elementos que eram demonstrados pelos próprios colonizadores. Pensamos, então, como Angola poderia se desenvolver enquanto Nação livre se ainda possui elementos significativos da colonização em sua constituição?

Dessa forma, a hipótese que estrutura este estudo é a de que, mesmo com o final da colonização em Angola, ainda é possível observar presentes no cotidiano da sociedade elementos pertencentes à configuração de uma sociedade colonial. Isto é, podemos observar, por parte do MPLA, uma manutenção do Estatuto do Indigenato, a partir do momento em que introduz a língua portuguesa como a língua oficial do Estado, e coloca, dessa forma, todos os não falantes no lugar de analfabetos.

De acordo com o Quadro 1, abaixo, podemos verificar as taxas de alfabetização em Angola nas zonas urbanas e rurais:

Quadro 1: População Alfabetizada



Fonte: Ministério da Educação de Angola (2014, p. 27).

A taxa de alfabetizados em Angola com mais de quinze anos, no geral, é de 65,6% da população. Quando comparamos a taxa de alfabetização desses indivíduos na zona urbana (81,8%) com os que vivem nas zonas rurais (44,8%) fica clara uma situação que será trabalhada mais adiante nesse estudo. O número de alfabetizados nas zonas urbanas é praticamente o dobro do número de alfabetizados nas zonas rurais.

Esses indivíduos que vivem nas áreas mais afastadas da capital e dos centros urbanos não tiveram tanto contato com os colonizadores e quando o Movimento Popular de Libertação de Angola assume o poder, mantém uma estrutura social que privilegia os que assimilaram melhor a cultura portuguesa do que esses indivíduos que estão mais ligados à cultura tradicional e oral dos povos de Angola.

Cabe aqui, no entanto, considerar que esses dados são fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, ligado ao governo do MPLA. Além disso, esses dados correspondem à taxa bruta de alfabetização, não considerando a qualidade do ensino a que esses indivíduos têm acesso. Nesse sentido, estima-se que em Angola há um atraso escolar de 58,5%, de modo que se pode considerar que praticamente metade das crianças e jovens na faixa etária dos 12 aos 17 anos não esteja integrada adequadamente a programas de ensino correspondentes (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014).

A questão do analfabetismo em Angola envolve também a questão da tradição oral existente no continente africano. Por muito tempo, era considerado que a África era um

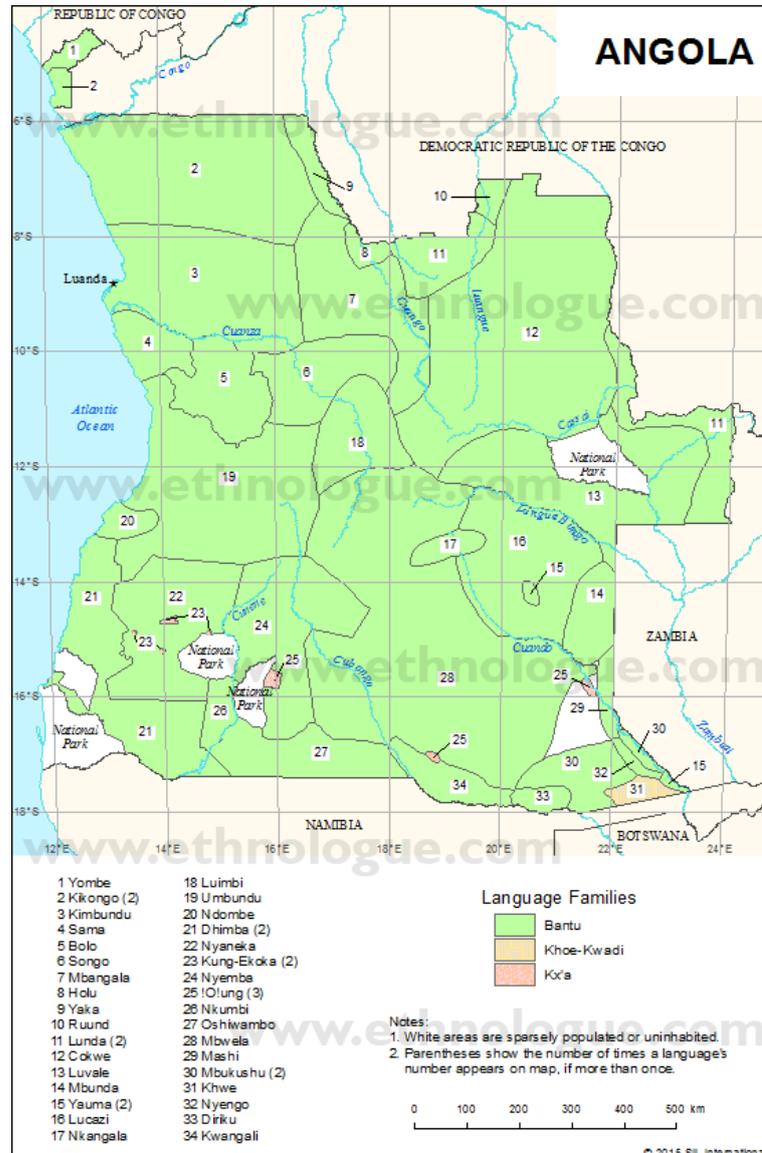
continente sem história. Essa foi uma ideia disseminada desde o início da colonização devido ao fato de não existir uma história escrita e sistematizada das civilizações africanas. A cultura africana era essencialmente oral, e sobre isso Amadou Hampaté Bâ em *Amkoullel, o menino fula* (2003) diz que:

O fato de nunca ter tido uma escrita jamais privou a África de ter um passado, uma história e uma cultura. Como diria muito mais tarde meu mestre Tierno Bokar: “A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. É a herança de tudo aquilo que nossos ancestrais puderam conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente” (BÂ, 2003, p. 174).

O que o autor traz na passagem transcrita acima é exatamente o contrário do que era dito pelos colonizadores quando chegaram à África. Afirmaram que o continente não possuía um passado, uma história e cultura pelo fato de não haver um saber sistematizado da forma como eles o faziam. E, assim fazendo, tornavam ainda mais “plausível” a missão civilizadora que propunham – ou aliviavam um pouco as consciências com as consequências da dominação forçada – acreditando que estariam fazendo um grande favor àqueles indivíduos tornando-os civilizados, cristãos e, a partir daí, um povo com uma história atravessada pela história portuguesa.

Sendo a língua portuguesa a língua oficial do Estado, tudo que for proveniente e referente ao mesmo, deve ser feito nesta língua. Dessa forma, como seria possível então, para esses 55% da população, compreender as informações passadas pelo Estado e também buscar seus direitos perante o mesmo, se toda a burocracia é feita nesta língua?

Mapa 1: Mapa Etnolinguístico de Angola (2015)



Fonte: Ethnologue (2015)¹

Como demonstrado pelo mapa acima, constata-se a existência de 34 línguas (do grupo bantu e de outros grupos) no território angolano, deixando mais claras as dificuldades que muitos indivíduos encontram em se inserir nesse espaço onde coexistem essas línguas. Ter a língua portuguesa como língua oficial do Estado tendo em vista as línguas étnicas, mostra-se muito problemático.

Nesse sentido, a ensaísta Inocência Mata (2007) corrobora a afirmação do papel desempenhado pelo governo angolano quando afirma que

¹Disponível em: <<http://www.ethnologue.com/map/AO>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

Eleita como “língua oficial” no próprio acto da proclamação da independência no dia 11 de novembro de 1975, o português seria nos anos 80, segundo dados do Ministério da Educação, língua materna de 11% da população, para, no dealbar do século XXI, se tornar língua materna de 21% da população – língua coexistente (mas não creio que convivente) com outras línguas faladas no território angolano, bantu e não bantu. Sem receio de qualquer rótulo (como o de ser politicamente incorrecta), direi que, então, não foi iniciado um trabalho sério e desideologizado conducente a assegurar “a promoção, o respeito e o uso social e privado” (Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos, Introdução) das línguas faladas no território angolano, disposições necessárias à garantia de universalismo, igualdade e harmonia (MATA, 2007, p. 154).

A partir desses questionamentos passamos a analisar o MPLA e seu papel na construção da sociedade angolana livre e é possível observar que seus dirigentes foram muito mais eficazes na transmissão da língua do que os próprios colonizadores o foram durante os 500 anos de colonização (FONSECA, 2012). Um exemplo é que, em Angola, aproximadamente 42% das crianças com menos de nove anos de idade têm a língua portuguesa como sua língua nacional (FONSECA, 2008).

Para se compreender as consequências desse uso da língua portuguesa para a estruturação da sociedade angolana e para o indivíduo, cabe aqui lembrar a afirmação de Memmi (1977), quando fala sobre o bilingüismo no contexto colonial. Segundo ele,

No contexto colonial o bilingüismo é necessário. É a condição de toda comunicação, de toda cultura e de todo progresso. Mas o bilíngüe colonial só se salva do enclausuramento para sofrer uma catástrofe cultural, jamais completamente superada. (...) A não coincidência entre a língua materna e a língua cultural não é exclusiva do colonizado. Mas o bilingüismo colonial não pode ser confundido com qualquer dualismo lingüístico. A posse de duas línguas não é apenas a de dois instrumentos, é a participação em dois reinos psíquicos e culturais. Ora, aqui os dois universos simbolizados, carregados pelas duas línguas, estão em conflito: são os do colonizador e do colonizado (MEMMI, 1977, p. 97).

Com isso, observamos que a língua portuguesa é um elemento de diferenciação dentre os angolanos na sociedade e que o MPLA foi e ainda é, mais responsável pela disseminação da língua no país do que os próprios colonizadores. O Estado em si é uma entidade "frágil" que não atinge da mesma forma todos os indivíduos, de modo que se acentuam cada vez mais as diferenças entre elites política e culturalmente ocidentalizadas e as elites tradicionais (VENÂNCIO, 2005a).

Dessa forma, o intuito desse estudo será o de esclarecer questões referentes à forma como a colonização portuguesa influenciou a atual configuração de Angola, buscando refletir

a respeito do papel que a língua portuguesa vem desempenhando desde os tempos coloniais e qual o seu significado para o país atualmente.

Desse modo, o objetivo principal deste trabalho é compreender como foi o desenvolvimento da sociedade angolana a partir do momento em que se iniciam os contatos com os colonizadores até o momento imediatamente após a conquista da independência. Isso será observado através de obras acadêmicas e literárias de forma a abranger a visão dos intelectuais (tanto europeus quanto africanos) e de autores literários angolanos que buscaram contar a história de Angola tendo o angolano como personagem principal, transmitindo seus pontos de vista.

Assim, o texto se divide em três principais capítulos que perpassam momentos decisivos da história angolana: o período colonial, a formação dos movimentos independentistas e a sociedade angolana pós-independência - segundo, terceiro e quarto capítulos. No segundo capítulo - O Período Colonial - é feita uma análise da colonização de Angola para além da perspectiva colonialista. Com isso, é traçado um panorama de contextualização, que vai desde a chegada dos portugueses ao território, até o momento em que Angola conquista sua independência, de forma que seja possível compreender de que maneira o colonizador impôs sua língua e seus costumes à população e constatar qual o significado que isso teve para a formação do país nos dias atuais.

No terceiro capítulo - Os Movimentos Independentistas de Angola - trata-se de formular uma análise de como se deu a organização dos movimentos independentistas, qual foi a trajetória do Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA, de forma a constatar a constituição da nação angolana independente e feita através da língua portuguesa e, ainda, fortemente influenciada por costumes europeus. Assim, é possível compreender o papel do MPLA na perpetuação da língua e de cultura portuguesas e também na manutenção dessa língua como um instrumento de poder.

Pode-se dizer que a língua portuguesa teve, nesse momento, um papel duplo: ao mesmo tempo em que era uma língua “comum” entre os diferentes grupos étnicos de Angola, e, dessa forma, o partido no poder não favoreceria nenhuma etnia ao escolher sua língua como língua oficial e podendo assim ocasionar novos conflitos internos, a língua portuguesa foi, por 500 anos, um instrumento de poder devido ao seu conhecimento restrito a certos indivíduos e que lhes conferia um caráter superior a outros que não a dominavam.

Por fim, no quarto capítulo - A Sociedade Angolana Pós-Independência - observamos a formação da estrutura social de Angola como um país independente e é caracterizado o papel que a língua portuguesa representa no cotidiano angolano. Compreende-se se, de fato, a

língua enquanto fator de distinção e como se representa como tal e como se dá a dinâmica da sociedade angolana tendo esse fator como foco de análise. É possível observar, portanto, nessa realidade em que se desenvolveu a língua portuguesa em Angola, qual o papel que a mesma representa nessa retomada da tradição e identidade angolanas, e como é possível afirmar essa identidade através de uma língua que inicialmente foi imposta pelos colonizadores, e vem sendo mantida e disseminada pelo movimento independentista desde 1975.

Dessa forma, foi necessário para este trabalho abranger toda a contextualização histórica que foi feita - discorrer sobre a colonização e a história do MPLA - para que a análise da sociedade angolana após a independência fosse a mais verossímil possível, pois se levaram em conta fatores muitas vezes deixados de lado quando se observa essa realidade partindo da ótica imperialista. Assim, foi possível compreender os caminhos que levaram a atual configuração da estrutura social de Angola, tendo por base a língua portuguesa.

Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, no sentido em que buscamos os dados para a análise em uma bibliografia dentro do tema proposto,

Um quarto aspecto geral da pesquisa qualitativa, conforme estes autores, é que apesar da crescente importância de material visual, a pesquisa qualitativa é uma ciência baseada em textos, ou seja, a coleta de dados produz textos que nas diferentes técnicas analíticas são interpretados hermeneuticamente (GÜNTHER, 2006, p. 202).

Utilizando-nos do método da pesquisa qualitativa, ao propor uma contextualização histórica a respeito da colonização e luta pela independência em Angola, situamos não somente nosso objeto de pesquisa – o papel desempenhado pela língua portuguesa na estrutura da sociedade angolana –, em questões teóricas/históricas, mas também nos indivíduos, cujo olhar sobre sua realidade nos é de vital importância para a formulação deste trabalho.

Para Mayring (2002), a ênfase na totalidade do indivíduo como objeto de estudo é essencial para a pesquisa qualitativa, isto é, o princípio da Gestalt. Além do mais, a concepção do objeto de estudo qualitativo sempre é visto na sua historicidade, no que diz respeito ao processo desenvolvimental do indivíduo e no contexto dentro do qual o indivíduo se formou (GÜNTHER, 2006).

Assim, para o que a presente pesquisa se propõe – interpretar uma bibliografia pertinente ao tema –, tomamos por base de método a antropologia interpretativa de Clifford Geertz,

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície (GEERTZ, 2008, p. 04).

Diferentemente do que é proposto por Geertz para uma antropologia interpretativa, não cabe para o presente momento desta pesquisa realizar uma etnografia e fazer uma descrição densa da realidade de Angola, mas buscar dentro da própria análise textual de obras a respeito da história do país - inclusive de escritores angolanos - a visão que esses indivíduos tiveram dos processos pelos quais Angola passou e esse trabalho se propõe a analisar e interpretar.

Desse modo, o material utilizado para a formulação da pesquisa foi o levantamento bibliográfico nacional e internacional a respeito do tema. Assim, será feita uma análise documental através de leituras e fichamentos das obras em três momentos: primeiramente com o objetivo de buscar compreender o contexto da colonização, principalmente através do ponto de vista de autores africanos; em um segundo momento, analisar a forma como se desenvolveu o processo independentista; e, por fim, como a língua portuguesa pôde se desenvolver num contexto pós-colonial em Angola.

Além disso, consideramos importante observar o papel que a literatura representa nesse cenário. Os escritores angolanos escreveram sobre seu país, seus sentimentos e seu passado para resgatar e preservar sua identidade, porém, o fizeram através de uma língua que originalmente não lhes pertencia. Ao utilizar o português (língua que lhes foi imposta), a expressão dos seus sentimentos com relação à sua identidade e pertencimento não ficava imune aos significados que essa língua carregava. O motivo para tal é observado por Mário Pinto de Andrade quando afirma que:

Assim, as culturas africanas, em geral *bantas*, nunca puderam encontrar um quadro para a fixação completa e o desenvolvimento de uma literatura escrita moderna. Todas as formas de criação literária procedentes desta região ficaram no estado oral e mantidas numa espécie de *clandestinidade tribal*. À medida que os cidadãos saídos das comunidades africanas se elevavam até à tomada de consciência cultural, pelo jogo de uma administração que deixava alguns lugares vagos aos negros nos estabelecimentos escolares da colônia, eles exprimiam-se em português (ANDRADE *apud* MATA; PADILHA, 2000, p. 25).

Dessa forma, é possível interpretar os dados obtidos através da bibliografia à luz da antropologia interpretativa e da hermenêutica. Através da obra de Anthony Giddens (1993), podemos compreender o pensamento de filósofos como Gadamer (1960), Heidegger (1967) e Ricoeur (1970), dentre outros, a respeito da hermenêutica e de suas contribuições para a análise e interpretação dentro das ciências sociais e, assim, podemos pensar em como os dados obtidos nessa pesquisa contribuem para a reflexão a respeito do papel que a língua portuguesa tem na sociedade angolana.

Em *Novas Regras do Método Sociológico* (1993), Giddens nos traz a percepção de Gadamer sobre a linguagem:

Gadamer assinala que a compreensão das manifestações intelectuais humanas (obras de arte, textos literários) por meio do círculo hermenêutico não deve ser vista como «método». Antes é o processo ontológico da expressão humana em operação em que, através da mediação da linguagem, a «vida intervém na própria vida». Segundo as palavras de Gadamer, a compreensão de uma linguagem não inclui o procedimento de «interpretação». Compreender uma linguagem é ser capaz de «viver nela» - um princípio «que é válido tanto para as línguas vivas como para as mortas». O problema hermenêutico é desta forma não uma questão do domínio exato da linguagem, mas antes a compreensão correta das coisas que são realizadas (geschieht) por meio da linguagem (GIDDENS, 1993, p. 73).

Para Gadamer, assim como para o pensamento mais avançado de Wittgenstein, a linguagem não é em primeiro lugar e acima de tudo um sistema de signos ou representações que de alguma forma «representa» objetos, mas uma expressão do modo humano de «estar no mundo» (GIDDENS, 1993, p. 74).

Com isso, é possível pensar na forma como a hermenêutica filosófica nos auxilia ao tentar compreender o papel que a língua portuguesa desempenha na formação da estrutura social angolana. Não a língua em si, mas as formas como os indivíduos dela se apropriam para a manutenção de meios de dominação dentro dessa sociedade. E ao se apropriar de uma língua que outrora lhes foi imposta, com um caráter de poder e de dominação, esses indivíduos buscam se inserir na sociedade de forma distinta daqueles que não dominam em todas as instâncias (escrita e falada) a língua portuguesa.

A partir das conclusões obtidas com a comparação dos dados advindos da bibliografia, será possível visualizar como é a situação da língua portuguesa em Angola hoje, e juntamente com os dados obtidos que possibilitaram uma contextualização histórica da construção dessa sociedade, será possível traçar um panorama a respeito de Angola, em que analisaremos e interpretaremos todos os pontos propostos por esse estudo.

Quadro 2: Distribuição da população por províncias (adaptado)

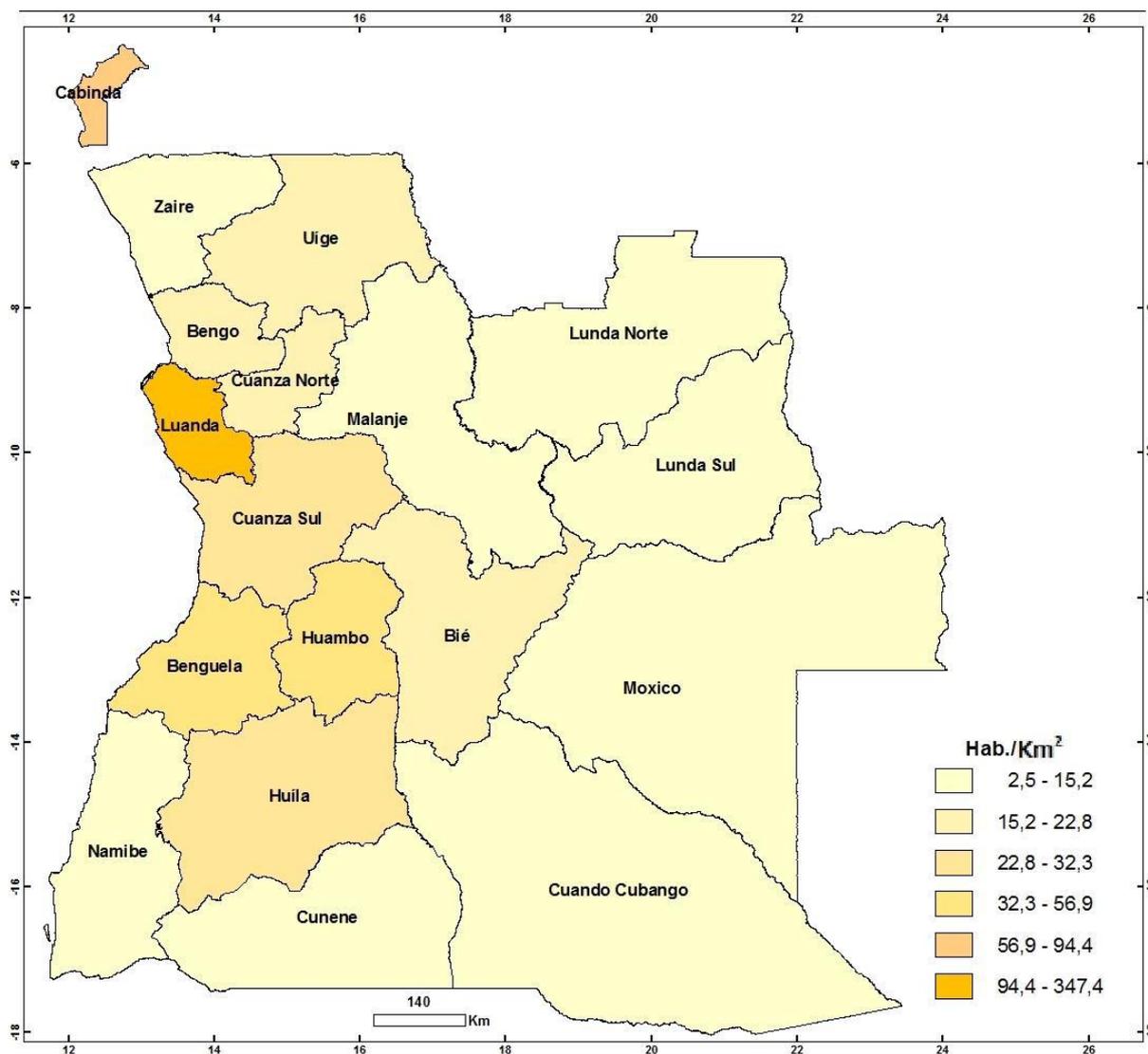
Província/Área de Residência	Total		Homens		Mulheres		Índice de Masculinidade
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Angola	24 383 301	100,0	11 803 488	100,0	12 579 813	100,0	93,8
Urbana	15 182 898	62,3	7 373 503	62,5	7 809 395	62,1	94,4
Rural	9 200 403	37,7	4 429 985	37,5	4 770 418	37,9	92,9
Províncias							
Cabinda	688 285	2,8	337 068	2,9	351 217	2,8	96,0
Zaire	567 225	2,1	281 892	2,1	285 333	2,0	98,8
Uíge	1 426 354	5,9	698 958	5,9	727 396	5,8	96,1
Luanda	6 542 944	26,9	3 205 346	27,2	3 337 598	26,6	96,0
Cuanza Norte	427 971	1,8	208 933	1,8	219 038	1,7	95,4
Cuanza Sul	1 793 787	7,4	865 021	7,3	928 766	7,4	93,1
Malanje	968 135	4,0	471 788	4,0	496 347	4,0	95,1
Lunda Norte	799 950	3,3	411 030	3,5	388 920	3,1	105,7
Benguela	2 036 662	8,4	961 484	8,2	1 075 178	8,6	89,4
Huambo	1 896 147	7,8	899 690	7,6	99 6457	7,9	90,3
Bié	1 338 923	5,5	636 370	5,4	702 553	5,6	90,6
Moxico	727 594	3,0	353 986	3,0	373 608	3,0	94,7
Quando Cubango	510 369	2,1	247 983	2,1	262 386	2,1	94,5
Namibe	471 613	1,9	227 653	1,9	243 960	1,9	93,3
Huila	2 354 398	9,7	1 117 342	9,5	1 237 056	9,9	90,3
Cunene	965 288	4,0	450 814	3,8	514 474	4,1	87,6
Lunda Sul	516 077	2,1	253 768	2,2	262 309	2,1	96,7
Bengo	351 579	1,4	174 362	1,5	177 217	1,4	98,4

Fonte: Quadro 0.1, p. 27 (adaptado)³.

Verifica-se, de acordo com o quadro acima, que Luanda abriga cerca de 27% da população total de Angola, seguida pela província de Huila, com aproximadamente 10%. Há uma grande diferença na percentagem de habitantes, levando-nos a observar a densidade demográfica no Mapa 3:

³ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Resultados Preliminares do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola**. Luanda: INE, 2014.

Mapa 3: Densidade demográfica por província (adaptado)



Fonte: Cartograma 0.3, p. 32 (adaptado)⁴.

Luanda apresenta uma densidade demográfica de 347,4 habitantes por quilômetro quadrado, em uma área de 18.825 km², e das 18 províncias angolanas é a 3^a menor, como demonstrado no Quadro 3:

⁴ Idem.

Quadro 3: Províncias, superfície e população total

CODIGO	PROVÍNCIAS	CAPITAL SEDE	SUPERFÍCIE KM2	POPULAÇÃO
01	Cabinda	Cabinda	7.273,25	688 285
02	Zaire	Mbanza Congo	40.130,00	567 225
03	Uíge	Uíge	61.455,35	1 426 354
04	Luanda	Luanda	18.825,00	6 542 944
05	Cuanza Norte	Ndalatando	19.987,65	427 971
06	Cuanza Sul	Sumbe	55.116,90	1 793 787
07	Malanje	Malanje	87.246,61	968 135
08	Luanda Norte	Lucapa	102.783,50	799 950
09	Benguela	Benguela	39.151,36	2 036 662
10	Huambo	Huambo	33.141,40	1 896 147
11	Bié	Cuito	70.316,75	1 338 923
12	Moxico	Luena	201.683,37	727 594
13	Cuando Cubango	Menonge	198.576,80	510 369
14	Namibe	Namibe	57.090,00	471 613
15	Huíla	Lubango	78.992,20	2 354 398
16	Cunene	Ondjiva	87.342,00	965 288
17	Lunda Sul	Saurimo	87.342,00	516 077
18	Bengo	Caxito	14.964,00	351 579

Fonte: Instituto Nacional de Estatística⁵.

Durante a Guerra de Independência (1961 – 1975), houve uma realocação de grande parte da população do país pelos próprios portugueses, por questões estratégicas. Mas o grande contingente populacional de Luanda (Ver Mapa 3) se dá, principalmente, por conta da Guerra Civil, que ocorreu de 1975 a 2002, momento em que muitos indivíduos se deslocaram do campo para a capital.

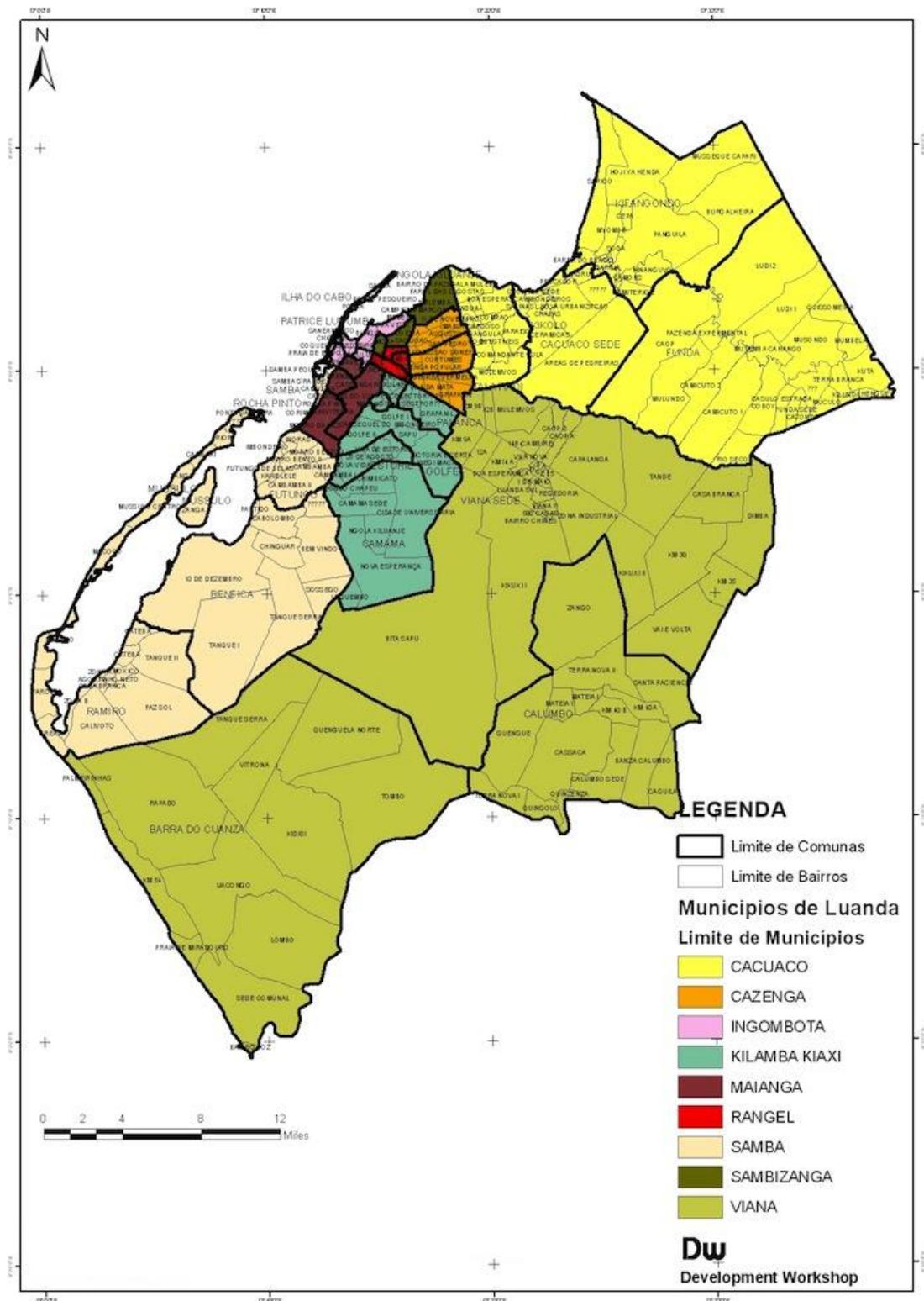
(...) a previsão é que para 2020 a taxa de concentração urbana poderá chegar a 72%. Esse panorama se agrava ainda mais pelo fato de que o interior do país está sofrendo um processo de desertificação, afastando as possibilidades de investimento privado e desenvolvimento social nessas regiões (BALSALOBRE, 2015, p. 58).

Assim, a alta concentração de indivíduos nas zonas urbanas de Angola tende a isolar cada vez mais aqueles indivíduos que vivem nas zonas rurais e que, como observamos ao longo desse e de outros estudos, ficam à margem da sociedade no que diz respeito a investimentos de infraestrutura, educação, desenvolvimento e participação política.

⁵ Disponível em:

<http://www.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=ine&xpgid=generics_detail&generics_detail_qry=BOUI=770278&actualmenu=770272>. Acesso em: 23 fev. 2016.

Mapa 4: Divisão Político-Administrativa de Luanda



Fonte: Development Workshop⁶

⁶ Disponível em: < https://angolaenglish.files.wordpress.com/2013/01/luanda_antigadpa_com-bairros.jpg>. Acesso em: 23 fev. 2016.

Como já mencionado, Angola possui 34 línguas (ver Mapa 1) sendo a maioria do grupo de línguas de origem bantu. Os bantu foram um povo que promoveu grandes migrações no continente africano, de modo que aproximadamente um terço da população tem origem linguística e cultural de raiz bantu (LWANGA-LUNYIIGO, VANSINA, 2010; BALSALOBRE, 2015). A designação bantu, porém, não diz respeito a um grupo étnico, mas de povos que possuem uma origem cultural e linguística comum.

Mapa 5: Expansão Bantu na África



Fonte: História Geral da África III: África do século VII ao XI, p. 173⁷.

⁷ J. Vansina In LWANGA-LUNYIIGO, Samwiri; VANSINA, Jan. Os povos falantes de banto e a sua expansão. In: FASI, Mohammed El. **História Geral da África III: África do século VII ao XI**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 173.

Segundo o Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola, é possível dividir o país em 6 grandes grupos linguísticos, que são: kikongo, kimbundu, thokwe, umbundu, mbunda e kwanyama, como demonstrados no Mapa 6:

Mapa 6: Grupos Etnolinguísticos de Angola



Fonte: Mapa dos grupos etnolinguísticos de Angola.⁸

Porém, o autor Vatomene Kukanda (2000) - linguista - relaciona que em Angola verifica-se a existência de nove línguas de origem Bantu e línguas de origem khoisanas, em menor quantidade. As línguas Bantu são:

a) **Kikongo** - falado principalmente nas províncias de Cabinda, Zaire, Uige e parte do Bengo, apresentando catorze variantes no território angolano: *Vili, Yombe, Kakongo* e *Woyo* em Cabinda; *Solongo* e *Kisikongo* no Zaire; *Soso, Kango, Zombo, Suku, Pombo, Gwenze, Paka* e *Koji* no Uige.

⁸ Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola. *Mapa Etnolinguístico de Angola* apud Fernandes, J.; Ntondo, Z. Angola: Povos e Línguas, Luanda: Editorial Nzila, 2002. p.57. Disponível em: <http://www.triplov.com/letras/americo_correia_oliveira/literatura_angolana/anexo3.htm>. Acesso em: 22 fev. 2016.

- b) **Kimbundu** - províncias do Malanje, Kwanza-Norte, Luanda, parte do Bengo e parte de Kwanza-Sul;
- c) **Umbundu** - províncias do Bié, Huambo, Kwanza-Sul e Benguela, conta com quinze variantes principais: *Viyeno* (Bieno) e *Mbalundu* no Bié; *Mbalundu*, *Wambu* e *Sambu* no Huambo; *Sele*, *Sumbi*, *Pinda* e *Mbwi* no Kwanza-Sul; *Cisanji*, *Lumbu*, *Ndombe*, *Hanya*, *Nganda* e *Cikuma* em Benguela.
- d) **Cokwe** (do grupo etno-linguístico Lunda-Cokwe) - províncias de Lunda-Norte, Lunda-Sul, Moxico e Cuando-Cubango, apresenta sete variantes: *Lunda*, *Kioku*, *Mataba*, *Kakongo* ou *Badinga* e *Mai* em Lunda-Norte; *Kioku* em Lunda-Sul; *Lunda-Iwa-Shinde*, *Lunda*, *Ndembo*, *Kioku* em Moxico; *Kioku* no Bié e em Cuando-Cubango.
- e) **Ngangela** - províncias do Bié, Moxico, Cuando-Cubango e Huila, contando com vinte e duas variantes: *Lwimbi* no Malanje; *Lwimbi*, *Ngangela*, *Ambwela*, *Engonjeiro*, *Ngomielo* e *Mbande* no Bié; *Lwena*, *Lwale*, *Lucaze*, *Mbunda*, *Ambwela*, *Ambwela-Mbande*, *Kangola*, *Yakuma*, *Luyo*, *Nkoya* e *Kamashi* no Moxico; *Lucaze*, *Mbunda*, *Ngangela*, *Ambwela*, *Kamashi*, *Ndungo*, *Nyengo*, *Nyemba* e *Aviro* no Cuando-Cubango; *Ngangela* e *Nyemba* no Huila.
- f) **Nyaneka-humbi** (grupo etno-linguístico Nyaneka-Humbi) - província de Huila e parte da província do Cunene, apresentando onze variantes: *Mwila*, *Gambo*, *Humbi*, *Handa* (mupa), *Handa* (cipungu), *Cipungu*, *Cilenge-Humbi* e *Cilenge-Muso* em Huila; *Humbi*, *Ndongwena*, *Hinga* e *Konkwa* no Cunene.
- g) **Ambo** - províncias do Cunene e parte de Cuando-Cubango, possui seis variantes principais: *Vale*, *Kafina*, *Kwanyama* e *Ndombodola* no Cunene; *Kwangar* em Cuando-Cubango.
- h) **Herero** - províncias do Namibe e Cunene, contando principalmente com seis variantes: *Ndimba*, *Shimba* e *Shavikwa* no Cunene; *Kwanyoka*, *Kuvale* e *Kwendelengo* no Namibe.
- i) **Oxindonga** - está presente na província do Cuando-Cubango e possui três variantes: *Kusu*, *Nyengo* e *Sambio*.

Segundo Kukanda (2000), as línguas khoisanas (Kung ! ou Kamusekele, Kazama, Kede, Kuissi, Kwepe) são faladas por um número cada vez menor de indivíduos nas províncias no sul do país (Cunene e Cuando-Cubango). Segundo ele, seus interlocutores já abandonaram essas práticas linguísticas em detrimento de outras, como por exemplo o Kwanyama (KUKANDA, 2000). Além dessas, há ainda línguas congolezas sendo faladas em Luanda, como é o caso do Lingala, por exemplo.

Dessa forma, fica mais clara qual é a realidade dos angolanos que convivem em meio a tanta diversidade linguística e cultural, e as dificuldades decorrentes de se estabelecer a língua portuguesa como oficial, e toda a burocracia referente ao Estado ser feita nessa língua. Muitas dessas línguas aqui relacionadas são faladas em zonas rurais, de forma que enquanto não houver esforços significativos no sentido de preservação linguística, poderão ser extintas.

Além da riqueza cultural e linguística, Angola é um país que conta com vastos recursos naturais, sendo assim o segundo maior produtor de petróleo na África Subsaariana (depois da Nigéria); é o quarto maior produtor de diamantes do mundo; é a segunda potência em recursos hídricos na sub-região austral e detém vastas florestas, em especial a de Maiombe - segunda maior do mundo (RSA, 2012).

No Relatório Social de Angola de 2012, os dados apresentados de relação entre o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) são interpretados de forma a concluir que Angola falha - muito - na questão social. É constatada a existência de crescimento econômico suficiente para melhorar as condições de vida da população quando se observa que o aumento do PIB é desproporcional aos ganhos do IDH, parecendo confirmar que o rendimento tem sido desviado para atender a uma faixa restrita da população (RSA, 2012).

Um exemplo dessa situação é que a expectativa de vida em Angola no ano de 2012 é aproximadamente de 52 anos - seis anos a menos do que a média dos países com baixo IDH. É levado em consideração no IDH todos os aspectos relacionados, desde a expectativa de vida ao nascer, os anos de estudo e o padrão de vida, logo, quanto maior o IDH mais se sustenta o processo de desenvolvimento econômico (RSA, 2012).

Além disso, durante o período em que foi colônia de Portugal – do século XV a 1975, Angola foi o país que mais forneceu mão de obra escravizada para o Brasil durante o período em que este também esteve sob dominação portuguesa. Estima-se que, durante o período de tráfico de africanos escravizados do Atlântico, entre 1519 e 1867, tenham sido levados de Angola e da Bacia do Congo aproximadamente cinco milhões de pessoas que seriam vendidas e escravizadas (BALSALOBRE, 2015).

Ao analisar de forma global o que representou a colonização no continente africano, Joseph Ki-Zerbo (2006) – importante historiador nascido em Burkina Fasso, em 1922 – assevera que, fundamentalmente, ela representou a ruptura com os tradicionais sistemas políticos africanos, imputando-lhes mudanças definitivas. Além disso, o colonialismo apresentou como consequência o tráfico escravo que representou a compulsória contribuição africana à industrialização europeia (BALSALOBRE, 2015, p. 39).

A afirmação de Ki-Zerbo (2006), trazida por Balsalobre (2015) no trecho transcrito acima, resume o que significou para a cultura e para os sistemas políticos africanos a imposição da cultura e a dominação do colonizador: ruptura. A partir daí, os colonizados viram sua realidade se modificar totalmente: todas as estruturas sociais, relações comerciais e crenças foram profundamente abaladas em função de uma cultura dominante que os colocava à margem de sua sociedade.

2 O PROCESSO COLONIAL

No presente capítulo, temos por objetivo descrever como se deu o processo colonial de Angola. Procuramos trabalhar com uma bibliografia de autores que propuseram um outro olhar sobre o processo colonial, um olhar crítico, que nos apresenta uma visão mais ampla de todos os processos sofridos pelo país enquanto colônia portuguesa.

Como será notado nas sessões que se seguem, aprofundamo-nos nas obras de Américo Boavida (1967), Frantz Fanon (1968), Gerald J. Bender (2004), Joseph Ki-Zerbo (1972a; 1972b), Albert Memmi (1977), Dalila Cabrita Mateus (1999) e Mário Pinto de Andrade e Marc Ollivier (1974) para a composição do presente capítulo, pois são autores que trazem informações muito importantes sobre esse período para Angola, apresentando-nos uma visão muito diferenciada no que diz respeito à dominação portuguesa no país, questões relacionadas à relação colonizador–colonizado, e como isso interfere na formação psicológica desses indivíduos e, por fim, como se deu a formação não somente dos principais movimentos que lutaram pela independência de Angola, mas também de seus dirigentes.

A explanação a respeito do processo colonial abrangerá a história de Angola em cinco principais momentos, em que abordaremos a questão do luso-tropicalismo e como isso influenciou a mentalidade portuguesa em justificar a colonização, os primeiros contatos estabelecidos entre os portugueses e africanos, a transformação de Angola em Colônia Penal com o envio de degredados para “contribuir” com a colonização, os efeitos da Conferência de Berlim para a demarcação do território português e, por fim, a colonização mais intensiva e abrangente do território após as definições da Conferência.

2.1 O luso-tropicalismo e a justificativa portuguesa para a colonização

O domínio português em Angola foi, por muito tempo, justificado pela ideologia do luso-tropicalismo, cujos defensores diziam que, entre o povo português não existia racismo e, assim, “sua colonização dos territórios tropicais, não-europeus, era caracterizada por uma legislação e interação humana racialmente igualitária” (BENDER, 2004, p. 43).

A crença central para o luso-tropicalismo era a de que os primeiros contatos culturais dos primeiros habitantes de Portugal deram início a uma civilização singular, que era capaz de estabelecer relações cordiais com todas as outras civilizações existentes. Isso, porque

(...) durante os quase vinte séculos anteriores à consolidação, em 1267, da área que constitui o Portugal moderno, os habitantes de Portugal foram influenciados e modelados por uma variedade de grupos culturais, étnicos, raciais e religiosos. (...) as tribos ibéricas absorvem pelo menos sete grandes civilizações, incluindo os Gregos, os Celtas, os Cartagineses, os Romanos, os Visigodos e os Mouros. Cada uma delas deixou marcas indeléveis na sociedade portuguesa incipiente (BENDER, 2004, p. 52).

Bender (2004) afirma que, antes da Revolução de Abril de 1974⁹, uma esmagadora maioria do povo português realmente acreditava nos ideais do luso-tropicalismo. Essa ideologia é frequentemente associada à presença portuguesa na África, mas suas origens estão na experiência brasileira, no início do século XX, analisadas por Gilberto Freyre. Em 1933, Freyre publicou *Casa grande e Senzala* e, com isso, transformou a forma como era vista a miscigenação no país.

Antes vista de forma negativa e causadora dos atrasos do Brasil, com Freyre, a miscigenação passa a ser algo positivo, pois os brasileiros “poderiam contemplar a sua arte, literatura, música, dança, em suma, a sua cultura e descobrir uma riqueza e uma vitalidade que eram fruto da fusão de raças e civilizações” (BENDER, 2004, p. 46). Assim, o luso-tropicalismo se torna o elemento legitimador da colonização, uma vez que Portugal não era racista e nem estava colonizando, pois não estava se impondo no território e, sim, se misturando àqueles indivíduos:

A ideia lusotropicalista partiria do dogma de que os portugueses brancos se misturariam espontaneamente à vida tropical e praticariam largamente a mestiçagem, no que revelariam uma espécie de ‘generosidade própria da raça e do carácter dos portugueses’ (ANDRADE *apud* MEDINA, 2000, p. 52).

Dessa forma, no início da década de 1930, o Brasil procurou, a partir da tese freyreana de harmonia étnica, fundar o seu luso-tropicalismo, o que propiciou a Portugal, logo após a Segunda Guerra Mundial, especialmente na década de 1950, a adotar a tese e a teoria de Gilberto Freyre de miscigenação positiva e da cultura harmônica lançada por Portugal nos trópicos - embora houvesse diferenças significativas na forma com que o negro era visto nos dois países. Enquanto que no Brasil a cultura sofreu uma relevante africanização ao longo dos séculos, em Angola a cultura não sofreu uma "aportuguesação" na mesma medida.

⁹Conhecida também por Revolução dos Cravos, ocorreu em 25 de abril de 1974 em Portugal e pôs fim ao Estado Novo – também conhecido por Salazarismo, em referência a António de Oliveira Salazar, seu líder e fundador – que vigorou por 41 anos consecutivos.

Presumiram que o fator chave da equação racial brasileira tinha sido a presença da cultura portuguesa e, além disso, que o <fator português> adquirira uma importância tão primordial que a experiência brasileira se repetiria inevitavelmente em Angola. No âmago da crença de que as relações de raça em Angola emulariam as do Brasil, reside a premissa de que a natureza das relações de raça em toda a sociedade racialmente mista é *determinada pela nacionalidade da população branca* (BENDER, 2004, p. 68, grifo nosso).

Dessa forma, os portugueses se orgulhavam da miscigenação, porém, como colocado por Bender (2004) na passagem transcrita acima, essa miscigenação era determinada pela nacionalidade da população branca - portuguesa - cuja cultura se sobrepõe à dos africanos. A miscigenação defendida pelos portugueses é uma troca desigual, na qual a cultura africana era considerada inferior.

Assim, Salazar, ao se tornar ministro em 1932, assume uma postura de reavivar no povo português o sentimento de orgulho da Nação, exaltando o esplendor da colonização portuguesa na África:

Que a sociedade multirracial é possível prova-o em primeiro lugar o Brasil, a maior potência latino-americana e precisamente de raiz portuguesa, e seria portanto preciso começar por negar esta realidade, além de muitas outras, para recusar a possibilidade de constituição social desse tipo em território africano (SALAZAR *apud* BENDER, 2004, p. 66).

Porém, devem ser observadas as diferenças entre os processos de assimilação do negro no Brasil e em Angola. Leva-se em conta que, para justificar a “missão civilizadora” de Portugal em Angola, havia uma necessidade de se colocar o africano em posição inferior à sua, pois “era imperativo para Portugal salvaguardar os interesses das raças inferiores, cuja inclusão sob as influências do Cristianismo é um dos maiores e mais ousados feitos da colonização portuguesa” (MONTEIRO *apud* BENDER, 2004, p. 49).

Sob pressão da conjuntura internacional após a Segunda Guerra Mundial - quando acontecia uma descolonização do continente africano (menos por Portugal) - em justificar sua presença na África, Salazar encontra no luso-tropicalismo e em Gilberto Freyre a fonte da maior parte dos instrumentos que foram utilizados para atender a essa exigência:

Tudo repousava na suposta existência, diz o escritor angolano, dessa ‘unidade de sentimento e de cultura’ em todos os países tropicais colonizados pelos portugueses, sob o seu domínio, unidade que teria resultado, segundo o pernambucano, dos pressupostos próprios da colonização lusa: o povo português seria ‘o mais cristão dos colonizadores modernos nas suas relações com as gentes ditas inferiores, o mais transbordante de simpatia’ (ANDRADE *apud* MEDINA, 2000, p. 53).

Assim, justificados pelo luso-tropicalismo e a pela missão civilizadora, Portugal inicia um colonialismo extremamente contraditório e violento na África, cujas consequências permanecem até os dias de hoje. Nas seções que se seguem, o objetivo é explicar com maior riqueza de detalhes a colonização, desde os primeiros contatos com os portugueses até o momento em que se inicia uma dominação mais intensiva em Angola.

2.2 Chegada dos portugueses a Angola – primeiros contatos

Quando os reis lusitanos das primeiras décadas do século XV ordenaram aos seus embaixadores ‘de fazer carregar as naus (...) com cobre, marfim e escravos’; ou quando recomendaram aos seus súditos ‘de fazer em sorte que não hajam nesses reinos, negros que saibam fazer trabalhos com pedra e cal, nem com o ferro (...) para que eles não venham a ser poderosos’; ou ainda, quando os chefes tradicionais foram coagidos, pela força, a renunciar, em benefício exclusivo da coroa de Portugal, ‘às montanhas de ouro e de prata’ (...), ‘à ilha mineira de Luanda’, etc. – não poderia ser outro o fim das estruturas fundamentais e tradicionais angolanas (BOAVIDA, 1967, p. 28).

Cabe nesse momento fazer uma breve contextualização a respeito da situação em que Portugal se encontrava no momento em que se iniciam as expansões no século XV. No século XIV, a Europa passa a enfrentar uma crise, quando, devido a uma exploração mais intensa dos camponeses, começam a ocorrer rebeliões em diversos países ao longo dos anos. O que nos leva a questionar por quais motivos Portugal seria pioneiro na expansão em meio a esse cenário de crise.

Boris Fausto (1995) afirma que isso foi possível porque Portugal se afirmava enquanto um país autônomo, com tendência para se voltar para fora da Europa e já possuía experiência com comércio de longa distância. O autor relaciona diversos fatos significativos que permitiram a Portugal iniciar sua expansão, dos quais o ponto fundamental foi o papel desempenhado por Dom João, conhecido como Mestre de Avis. Isso porque ao redor de Dom João se reagruparam muitos setores sociais de alta influência na sociedade portuguesa: nobreza, burocracia nascente e comerciantes.

Assim, ainda segundo Fausto (1995), a expansão portuguesa corresponderia ao interesse de diversas classes, grupos sociais e instituições. Para a Coroa, representava uma oportunidade de encontrar novas fontes de receita em meio a uma crise; para os comerciantes, representava boas oportunidades de negócio; para os nobres e membros da Igreja era uma oportunidade de se colocar em prática a missão Divina de “cristianizar os povos bárbaros”; e para o povo, uma chance de tentar uma vida melhor e fugir da opressão. É nesse cenário em

que Portugal inicia sua expansão marítima em busca de novas rotas de comércio e oportunidades de colonizar novas terras.

Bender (2004) afirma que depois da conquista de Ceuta, em 1415, as naus portuguesas, tuteladas por D. Henrique foram gradualmente descendo as costas africanas, de forma que em 1446 já havia em Portugal aproximadamente mil escravos vindos do Senegal. “Mais para o sul da costa, ao longo da fronteira norte de Angola, os portugueses encontraram em 1482 o líder indiscutível entre os reinos litorais da África Central – o vasto Reino do Congo” (BENDER, 2004, p. 58).

O Reino do Congo (ou Kongo) era, segundo Pestana (2006), uma sociedade de império

constituída da justaposição (agregação) de várias identidades, controladas por um poder central, onde o tempo não é mais cíclico mas linear, tendo a semana cinco dias, tendo cada um o seu nome e um deles dedicado ao mercado. O tempo é medido e controlado pelo poder político que instituía um calendário e organizava a vida social, pela divisão social do trabalho, em torno da produção e do consumo do sobreproduto social, sendo o processo de troca operado através de um sistema de equivalentes, nomeadamente, a moeda nacional, o *zimbo* (PESTANA, 2006, p. 149).

Assim, os portugueses estabeleceram suas primeiras relações em Angola com os Bacongos¹⁰:

Graças a um incidente fortuito durante a primeira viagem de Diogo Cão a Angola, em 1483, quatro dos seus homens ficaram na corte do Manicongo (o rei do Congo), o qual induziu Cão a trazer para Lisboa quatro reféns bacongos. O rei D. João II viu na chegada dos reféns uma ótima oportunidade para impressionar o rei deles; por conseguinte, recebeu-os com a mais refinada hospitalidade real, incluindo o melhor alimento, vestuário, alojamento, educação e naturalmente, religião (BENDER, 2004, p. 59).

Da mesma forma que os Bacongos eram bem recebidos em Portugal, os quatro homens de Diogo Cão recebiam hospitalidade semelhante em Mbanza Congo¹¹, na corte real. Assim se estabeleceu uma relação entre Portugal e Congo, com a qual “puderam observar-se mutuamente no próprio seio dos respectivos reinos” (BENDER, 2004, p.59). Era de extrema importância para os portugueses nesse momento desenvolver boas relações com os chefes africanos, pois não tinham conhecimento algum das terras africanas. Assim,

¹⁰ Os Bacongos (ou Bakongos) são um grupo étnico Bantu. Em meados do século XIII, ocupavam o vale do rio Congo e formaram o Reino do Kongo – que até a chegada dos portugueses era um reino forte e unificado, cuja capital M’banza Kongo ficava na atual província angolana do Zaire. Estima-se que a capital albergava entre 50 e 100 mil habitantes (BENDER, 2004; KI-ZERBO, 1972; PESTANA, 2006).

¹¹ Após a conversão do Manicongo ao cristianismo, a capital passa a se chamar São Salvador (KI-ZERBO, 1972).

Os Portugueses, ao chegarem, observaram nos primeiros tempos uma atitude de respeito. Tomaram a sério os Congueses, que, segundo um autor da época, tinham ‘uma alta ideia de si mesmos. Os Portugueses diziam que eram homens como eles e cristãos’. Chegado à presença do manicongo¹², Rui de Sousa beijou-lhe a mão, conforme a etiqueta da corte de Lisboa (KI-ZERBO, 1972a, p. 259).

Esses primeiros contatos portugueses estabelecidos com os Bacongos foram, nos cinco séculos de presença portuguesa na África, os mais igualitários. Por isso, esse período é frequentemente utilizado por escritores defensores do luso-tropicalismo como um exemplo das boas relações entre portugueses e africanos (BENDER, 2004). Pestana (2006) afirma ainda que esse período foi de adaptação linguística recíproca entre angolanos e portugueses, demonstrando que o bilinguismo se inicia já nesse momento, mesmo que deficiente:

Por força das circunstâncias em que se deu, no fim do século XV, o encontro entre africanos e portugueses, não é surpreendente que a Língua Portuguesa fosse adoptada como língua de comunicação. Menos ainda será surpreendente que os portugueses, ditado pela necessidade de se comunicar, mas fazendo também prova da capacidade de adaptação aos hábitos, costumes e usos de outros povos, tenham sentido a obrigação de falar as línguas locais - nomeadamente, o Kikongo, língua oficial do reino do Kongo -, dando-se um processo de adaptação recíproca pela aprendizagem das línguas de uns e de outros (PESTANA, 2006, p. 149).

Com a descoberta feita por Bartolomeu Dias e Vasco da Gama do caminho marítimo para as Índias, o interesse da Coroa Portuguesa pelo Congo diminuiu. Como colocado por Bender (2004), “O reino do Congo passou progressivamente a ser considerado como depósito de escravos, especialmente pelos portugueses de S. Tomé, que oficialmente (por meio de decretos) dominavam o comércio de escravos na costa” (BENDER, 2004, p. 60). Foi o momento em que as boas relações entre portugueses e congolezes chegaram ao fim, e nem os membros da família real estavam imunes aos traficantes:

Os traficantes de escravos já percorriam o seu próprio reino e incitavam os seus vassallos à revolta, levando nos barcos príncipes e mesmo parentes do rei, que se queixa, desesperado, numa das cartas: ‘Para evitar tudo isto, só queremos receber do vosso reino padres, mestres para as escolas e, como mercadorias, nada mais que vinho e farinha para o Santíssimo Sacramento’ (KI-ZERBO, 1972a, p. 261).

¹²Manicongo é o título dado ao monarca bakongo do Reino do Kongo. Na ocasião dos fatos aqui descritos sobre as relações entre os portugueses e bakongos, o Manicongo era NzingaMbemba, que após a chegada dos portugueses e a conversão ao cristianismo, passa a se chamar Rei Afonso I (BENDER, 2004; KI-ZERBO, 1972).

O intenso comércio de africanos escravizados teve efeitos devastadores para o Congo, “de tal modo os Bacongos que foram incapazes de resistir às invasões dos Jagas, em 1569, os quais expulsaram simultaneamente o Manicongo e os portugueses da capital do Congo” (BENDER, 2004, p. 63). Nesse momento, os interesses escravagistas portugueses já estavam direcionados mais ao sul.

Durante os regimes de Salazar e Caetano, funcionários e estudiosos citavam com frequência os cinco séculos de contatos portugueses com os povos africanos como prova que os portugueses conseguiram tratar os Africanos como iguais. (...) Depois de Afonso, mais nenhum Manicongo recebeu o mesmo respeito e o reconhecimento por parte de um regime português. Morreu miserável, abandonado pelo seu povo e ridicularizado pelos portugueses locais (BENDER, 2004, p. 64).

Sobre o início da conquista militar dos territórios angolanos, Mário Pinto de Andrade e Marc Ollivier (1974) elucidam que,

Os portugueses iniciam a partir de 1575, a conquista militar da feitoria do Ndongo e de outras populações que iriam constituir a colônia de Angola. Resistindo durante três séculos, as comunidades indígenas destas regiões lutam por preservar as suas instituições sociais, desta vez contra a incursão das tropas e da cobiça dos negociantes (ANDRADE; OLLIVIER, 1974, p. 24).

Conforme o tráfico de africanos escravizados foi diminuindo na região do Congo e de Angola, Portugal sentia a necessidade de manter seu domínio sobre sua colônia mais extensa, que tinha como solução um povoamento branco, mas também havia a necessidade de remover criminosos e rebeldes da metrópole. É assim que se inicia a transferência de condenados da metrópole para iniciar o processo colonial de Angola:

A história dos portugueses em Angola, antes do século XX, é essencialmente a história dos criminosos exilados – degredados – que eram descarregados nas costas de Angola como lixo, já que assim eram considerados. (...) Os degredados foram em grande parte responsáveis pela imagem negativa de Angola que a maioria do povo português teve durante cinco séculos da presença portuguesa no território (BENDER, 2004, p. 117).

Assim, é possível observar que Portugal, mesmo nessa fase inicial de contatos com os povos residentes na região que passará a se chamar Angola, foi responsável por profundas mudanças estruturais, políticas e culturais. Mesmo tentando se justificar através do luso-tropicalismo, fica claro que as ações de Portugal em Angola foram arbitrárias e, desde o momento em que se estabeleceram as primeiras relações, nunca os angolanos estiveram livres de interesses que favoreceriam somente a Coroa.

2.3 Os degredados da metrópole em Angola

Numa primeira fase, sob o panegírico de cristianização dos selvagens, os governantes, em Portugal, atiraram para os exércitos e para as caravelas a gente rude dos campos, os condenados e os aventureiros, para defender as conquistas de uma civilização que se dizia ameaçada pelos bárbaros e infiéis (BOAVIDA, 1967, p. 13).

Desde muito antes da chegada de Diogo Cão a Angola, Portugal enviava para a colônia prisioneiros da metrópole. Durante os cinco séculos de presença portuguesa em Angola, a imagem negativa que muitos portugueses tinham da colônia se dava justamente pela presença dos degredados no território. A grande maioria não ia para o exílio da colônia para ficar encarcerado, e sim para se dedicar a atividades como o comércio de bebidas, de escravos e inclusive ocupavam a maior parte dos postos da polícia e do exército (BENDER, 2004).

Em Angola, dificilmente esses criminosos abandonavam suas tendências, sendo que

A degeneração da população branca de Angola prosseguiu ao longo do século XVIII. Assassinos, incendiários, violadores e ladrões chegavam com tal regularidade que o secretário de Estado Melo e Castro caracterizava a maioria dos habitantes europeus de Angola nos fins do século como ‘gente facinorosa¹³’ (BENDER, 2004, p. 122).

Bender (2004) aponta ainda que muitos viajantes que passavam por Angola faziam relatos apontando – de forma implícita ou explícita – que os africanos apresentavam um padrão moral e religioso muito mais elevado do que o dos próprios europeus, habitantes do país.

O atraso econômico de Portugal em relação às outras potências coloniais europeias ajuda a compreender a dificuldade que a metrópole tinha em explorar as colônias. Portugal não possuía base de capital – nem mesmo industrial – para explorar os recursos que suas colônias ofereciam, e isso é um problema que, segundo Bender (2004), perpassa por todo o período de dominação portuguesa na África – Monarquia, República, Estado Novo (até meados dos anos 1960). Sobre o atraso econômico de Portugal, Américo Boavida (1976) afirma ainda que,

Além da escravatura, outros fatores concorreram para este panorama. A própria natureza do sistema colonial escravagista português – simultaneamente o mais bárbaro e o mais primitivo – de uma brutalidade e

¹³ Facinoroso: criminoso, malvado, perverso.

de uma intensidade que nunca foram igualadas em qualquer outro ponto do continente, reflete o subdesenvolvimento de uma potência colonial que nunca conseguiu ter relações econômicas de transformação, com as suas dependências, (...) nem exportar quantidades apreciáveis de capital fixo para as suas colônias (BOAVIDA, 1976, p. 52).

Boaventura de Sousa Santos (2003) também faz uma análise do atraso econômico de Portugal e como ele se figura como uma potência colonizadora enquanto que, na Europa, é considerado subdesenvolvido, no ensaio denominado *Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade*. O autor relaciona as imagens dos personagens de Shakespeare na peça *A Tempestade* com a situação colonizador/colonizado de Portugal com suas colônias.

Segundo o autor, desde o século XVII, Portugal era um país semiperiférico no sistema mundial capitalista, de modo que por um longo período foi praticamente uma "colônia informal" da Inglaterra:

No domínio dos discursos coloniais, a subalternidade do colonialismo português reside no fato de que desde o século XVII a história do colonialismo foi escrita em inglês, e não em português. Isso significa que o colonizador português tem um problema de auto-representação algo semelhante ao do colonizado pelo colonialismo britânico (SANTOS, 2003, p. 25).

Assim, Portugal representava, ao mesmo tempo, Próspero e Caliban, dependendo do ponto de vista (a partir da ótica das potências europeias ou dos indivíduos das colônias).

O Próspero português não é apenas um Próspero calibanizado: é um Caliban quando visto da perspectiva dos Super-Prósperos europeus. A identidade do colonizador português é, assim, duplamente dupla, constituída pela conjunção de dois outros: o outro que é o colonizado e o outro que é o próprio colonizador enquanto colonizado. Foi essa aguda duplicidade que permitiu ao português ser emigrante, mais do que colono, nas "suas" próprias colônias (SANTOS, 2003, p. 27).

Os portugueses foram construindo uma imagem dos povos nativos das colônias que era muito semelhante à imagem que os outros países europeus tinham deles: como um povo subdesenvolvido, com condições de vida muito precárias, ignorante, irracional, dentre outros. Isso está presente em muitos relatórios de viajantes, comerciantes e religiosos que vinham da parte norte da Europa para a África (BENDER, 2004; SANTOS, 2003).

Em aparente contradição com tudo isso, porém, Portugal foi a primeira potência européia a lançar-se na expansão ultramarina e a que manteve por mais tempo o seu império. Se o colonialismo jogou um papel central no sistema de representações da modernidade ocidental, Portugal teve

participação pioneira na construção desse sistema e, portanto, no jogo de espelhos fundador entre Próspero e Caliban. O enigma é, pois: como é que o Caliban europeu pôde ser Próspero além-mar? (SANTOS, 2003 p. 35).

Segundo Boavida (1976), o déficit da balança comercial portuguesa apresentava um quadro sem precedentes dentre as potências europeias, de forma que Portugal se tornava um dos países mais atrasados da Europa:

Portugal, que não lançou ainda as bases de uma industrialização planificada, mantém as estruturas econômicas de um país subdesenvolvido, cujo equilíbrio orçamental assenta no parasitismo colonial *sui generis* e completamente oposto àquele de uma economia imperialista – exportando produtos quase brutos, que não requerem senão um mínimo de intervenção técnica, e importando produtos manufaturados (BOAVIDA, 1976, p. 60).

Portugal, que não tinha condições de investir na exploração de seus próprios recursos, muito menos nos recursos das colônias, encontrava, portanto, no exílio de degredados da metrópole a melhor solução para suprir a necessidade de se estabelecer uma população branca em Angola (BENDER, 2004). Cabe aqui ressaltar que os inconfidentes mineiros também foram enviados para Luanda como degredados, de modo que indivíduos caracterizados dessa forma poderiam não passar de opositores do regime português.

Para a desqualificação e estigmatização do Próspero cafre realizado contribuiu também a condição dos portugueses que povoaram os territórios. Segundo Marc Ferro, foi primeiro em Portugal que se adotou a prática de "livrar-se dos criminosos, dos delinquentes, mandando-os cumprir pena para longe — exemplo que a Inglaterra imitou em escala gigantesca com os convictos que a partir de 1797 foram povoar a Austrália". Desde 1415, de fato, cada navio que partia a explorar a costa de África levava seu contingente de degredados (SANTOS, 2003, p. 37).

Bender (2004) traz ainda dados referentes a um estudo empírico de Silva Telles¹⁴ que apontam a ida de 4.114 degredados a Angola no período de 1883 a 1898. Chegavam a Angola uma média de 257 degredados por ano, os quais constituíam praticamente dois terços de toda a população branca residente em Angola. Até as primeiras décadas do século XX, esses indivíduos constituíam a maioria dos brancos no país, sendo que isso tornava praticamente impossível o estabelecimento de uma comunidade de colonos brancos que se prestassem à missão civilizadora de Portugal (BENDER, 2004).

A “falta de visão” dos portugueses ao iniciarem a colonização penal em Angola é parcialmente atribuída, de acordo com Bender (2004), ao preconceito racial. Isso porque era

¹⁴Secretário Geral da Sociedade de Geografia de Lisboa, fez um estudo sobre o sistema de degredados em Angola no período de 1883 a 1898.

comum, no início da colonização, o pensamento de que bastava um europeu em meio aos indígenas para induzir ali a civilização – mesmo que esse europeu fosse o “mais degenerado dos degredados” (BENDER, 2004, p. 161).

Américo Boavida (1976) afirma que quando surgiu o fascismo em Portugal, no ano de 1928, se acentuou na colônia uma das principais características do colonialismo português em Angola: povoamento e genocídio. Assim,

Mais do que nunca, Angola passou a ser uma colônia penal, e nos primeiros anos do salazarismo, a população europeia era composta de condenados de delito comum e outros, ‘vestidos de sarja azul com a inscrição D.D.A.¹⁵, a branco, no peito e nas costas’” (BOAVIDA, 1976, p. 46).

O fim do exílio de condenados metropolitanos em Angola se deu quando Salazar, em 1932, promulgou um decreto abolindo esse ato. Isto porque quando se tornou primeiro ministro, Salazar procurou conter os gastos da metrópole, e neles estavam incluídos o transporte e a manutenção desses degredados.

Dessa forma, Gerald Bender conclui que:

Constitui uma ironia suprema e uma tragédia que os instrumentos empregados por Portugal para levar a cabo a sua missão civilizadora proviessem, até aos últimos cinquenta anos, da escória da nação mais subdesenvolvida da Europa (...). Além disso, não existe praticamente nenhum testemunho histórico de que os degredados, cuja maioria eram assassinos condenados, tenham alguma vez reformado a sua conduta criminosa durante a permanência na colônia. No entanto, constituíram a maioria e a vanguarda do contato português com os africanos durante os 450 dos 500 anos de colonização (BENDER, 2004, p. 169).

Mesmo com a abolição desse sistema de envio de degradados às colônias portuguesas na África, Bender (2004) afirma ainda que os imigrantes brancos livres do século XX provinham – da mesma forma que os degredados – dos estratos sociais mais baixos da sociedade. Persistia, portanto, a carência que esses indivíduos tinham de um preparo educacional e profissional para que pudessem contribuir para o desenvolvimento do país, e não somente explorá-lo.

2.4 A Conferência de Berlim

O despertar colonial de Portugal no momento do *rush* africano é um dos episódios mais dramáticos da sua história. Sai o país justamente de longas

¹⁵D.D.A. – Depósito dos Degredados de Angola, era a denominação das “prisões e fortalezas de São Miguel e da Barra, onde eram depositados os deportados e presos políticos em Luanda” (BOAVIDA, 1976, p. 46).

lutas internas, para tomar, na exploração da África central, um lugar de primacial importância. O país tinha realmente o direito de esperar que as outras potências o ajudassem neste esforço de reconstrução (...) mas topavam com as ambições de Leopoldo II e os planos de Cecil Rhodes... (RENOUVIN; PRÉCLIN; HARDY *apud* PATTEE, 1961, p. 1).

Portugal era um país economicamente atrasado, comparado às outras potências coloniais da Europa. Assim, quando o sistema imperialista se desenvolve, os países capitalistas necessitam de fontes de matérias primas e mercado para seus produtos, acelerando assim o processo de conquista de novos territórios (ANDRADE; OLLIVIER, 1974):

A autonomia do império português desapareceu então totalmente. Com efeito, Portugal não estava à altura de rivalizar com as grandes metrópoles do imperialismo na partilha das zonas de influência que se realizavam no planeta. No decorrer do século XVIII as posições dominantes no comércio colonial eram progressivamente conquistadas pelos ingleses – que realizavam na altura a revolução industrial – e a industrialização bloqueada pela concorrência dos produtos manufacturados britânicos (ANDRADE; OLLIVIER, 1974, p. 27).

Leopoldo II, Rei da Bélgica, estava disposto a tudo para ter plenos direitos sobre o território do Congo. Frente às dificuldades encontradas em atingir seu objetivo, concluiu que a melhor saída seria propor uma ação conjunta internacional. A Bacia do Congo era um ponto estratégico de dominação e, assim, outras potências atentaram para os perigos que a centralização de esforços nessa área poderia causar, concordando em se reunir e resolver essas questões em uma Conferência, realizada entre novembro de 1884 e fevereiro 1885 (PATTEE, 1961).

Nesse sentido, cabe ressaltar uma breve discussão a respeito do significado da Conferência de Berlim para a conquista de parte da África pelos europeus. Godfrey N. Uzoigwe (2010), ao tratar a respeito da partilha e conquista da África, aponta teses de vários autores a respeito deste polêmico tema, e dentre estes, cita George Hardy (1930), dentro da teoria da dimensão africana a respeito do tema, que “julgava que a resistência africana à crescente influência europeia precipitou a conquista efetiva, tal como as rivalidades comerciais cada vez mais exacerbadas das nações industrializadas levaram à partilha” (HARDY *apud* UZOIGWE, 2010, p. 30).

Dessa forma, Uzoigwe (2010) discorda das clássicas proposições de que a partilha era uma consequência inevitável para a África, e “pelo contrário, considerada a consequência lógica de um processo de devoração da África pela Europa, iniciado bem antes do século XIX” (UZOIGWE, 2010, p. 31). A partilha foi, de fato, um ato arbitrário das potências

européias, mas não foi somente nesse momento em que esses países passaram a se impor no território africano, a divisão foi parte de um processo iniciado séculos antes.

A partilha da África é um assunto delicado. A atualidade forjou o mito dos europeus, ávidos e sem escrúpulos, reunidos em torno do pano verde para trinchar o continente negro. As melhores inteligências falam, hoje em dia, da “divisão de Berlim”, como se a colonização não tivesse começado bem antes de 1885, e como se o espírito da Conferência de Berlim não tivesse sido contrário a uma divisão acelerada (BRUNSCHWIG, 2006, p. 71).

Marc Ferro (1996) também trabalha com a questão da Conferência de Berlim, e afirma que:

A Conferência de Berlim não oficializou realmente a partilha da África negra, como se afirmou, nem sequer o reconhecimento de zonas de influência na hinterlândia. Apenas formulou as 'regras do jogo', permitindo essa orgia de operações e anexações que ficaram conhecidas como a 'corrida de obstáculos', pois cada potência europeia saía em disparada para fincar sua bandeira no maior número possível de territórios... (FERRO, 1996, p. 102).

Com isso, pode-se observar que para Brunschwig (2006) e Ferro (1996), a intenção inicial da Conferência era a de ocupar efetivamente o território africano, e não a de dividi-lo entre as potências europeias. Esse momento da divisão do território ocorreria após 1890, através da noção de *esfera de influência*, que por definição era contrária à ocupação determinada pela Conferência. Segundo Brunschwig (2006):

Ora, a noção de esfera de influência, introduzida no artigo 3 do tratado germano-britânico de 1886, estava em contradição com a Ata de Berlim. Ela não a violava porque a Ata geral considerava apenas as costas, mas aplicava à parte interior do país princípios opostos. A esfera de influência não se torna ainda nem explorada nem ocupada; nenhuma “autoridade suficiente” se exerce aí. Ela é caça guardada, cuja exploração se verificará no futuro (BRUNSCHWIG, 2006, p. 58).

Sobre as esferas de influência, Pattee (1961) afirma que

A África, desde a Conferência de Berlim, estava destinada a ser outra parte do mundo onde as “esferas de influência” determinariam a política e onde seria necessário um equilíbrio mais ou menos estável para assegurar a tranquilidade (PATTEE, 1961, p. 19).

A definição das esferas de influência eram uma etapa preliminar à ocupação efetiva de um território por uma determinada potência europeia. Se nenhuma outra potência contestasse o tratado, a potência beneficiária assegurava aos poucos sua soberania sobre esse território. Porém, essa soberania somente se tornava realidade quando aceita ou não contestada por

nenhuma outra potência. Na maioria das vezes havia essa contestação, mas logo a situação era resolvida através de acordos entre as potências envolvidas (UZOIGWE, 2010).

A demarcação de limites dessa zona de influência era feita utilizando-se de fronteiras naturais ou, quando não havia, por referências geográficas. Na maioria das vezes não foram levadas em conta as fronteiras políticas pré-existentes dos povos africanos e, novamente, temos um claro exemplo de como a colonização causou profundas mudanças no território africano (UZOIGWE, 2010).

Vários fatores apontavam a necessidade de se organizar a conquista efetiva dos territórios africanos pelas potências europeias. Richard Pattee (1961) coloca como fatores, que voltariam a atenção da Europa para a África, a campanha contra a escravatura, que causaria um sentimento humanitário generalizado, sendo que não seria o suficiente libertar o negro na sua condição de ignorância, mas também era preciso levar a ele a civilização. Além disso, a Europa saía de um longo período de concentração nacional e

(...) o continente europeu encontrava-se mais ou menos neutralizado, dividido em blocos sólidos e definidos, sem grandes oportunidades para o imprevisto. Todas as tentativas de expansão continental provocariam necessariamente uma reação bélica (PATTEE, 1961, p. 11).

Assim, a África apresentava possibilidades que essas potências europeias não encontrariam em nenhum outro lugar:

Na Conferência de Berlim foram enunciadas algumas regras muito simples. A ocupação do litoral não bastava para reivindicar as terras do interior, a menos que este fosse ocupado, com notificação às potências. As bacias do Congo e do Níger eram declaradas livres ao comércio internacional. Desencadeou-se, portanto, a corrida para a África, e isto constituiu provavelmente o principal pecado do imperialismo. Em 1880, apenas uma décima parte da África estava vagamente ocupada pelos Europeus. Em vinte anos vão-se eles apoderar de todo o resto. Ocupam-se territórios porque se pensa em ter-se necessidade deles para proteger ocupações anteriores. Depois ocupam-se porque estão ao alcance da mão. Em seguida, para a chegar antes do vizinho. Acaba-se por ocupar por ocupar, como em tempo de penúria, porque 'sempre pode fazer jeito', nem que seja para trocar por qualquer coisa mais. Por toda a parte, os métodos são idênticos (KI-ZERBO, 1972b, p. 76).

No entanto, Uzoigwe (2010) aponta para um detalhe significativo no que diz respeito a esse equívoco a respeito das reais intenções da partilha da África:

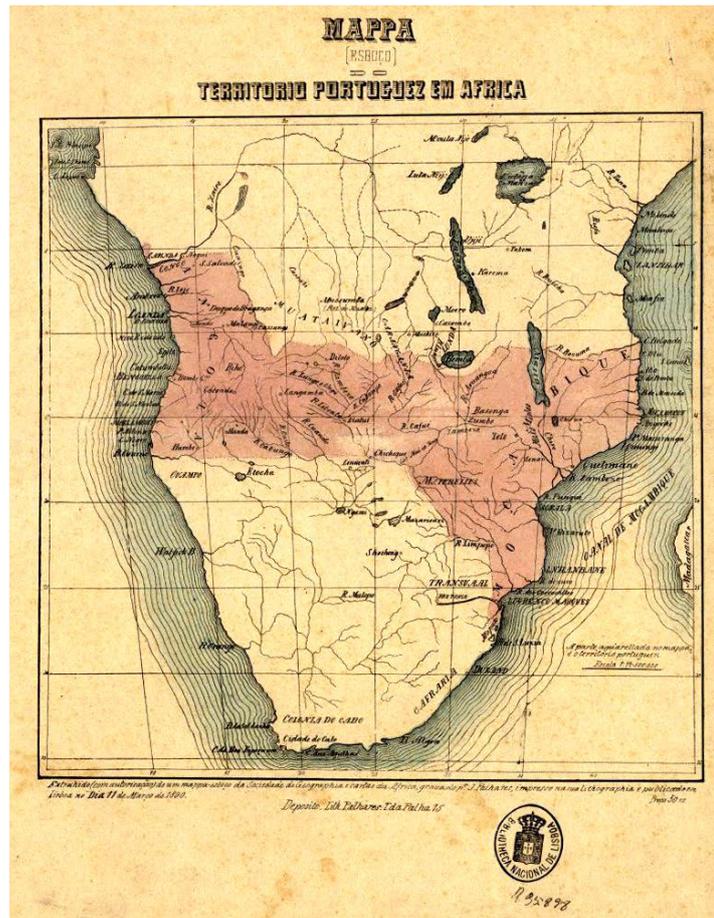
Dizer, ao contrário da opinião geral, que ela não retalhou a África só é verdade no sentido mais puramente técnico. As apropriações de territórios deram-se praticamente no quadro da conferência, e a questão das futuras apropriações foi claramente levantada na sua resolução final. De fato, em

1885, já estavam traçadas as linhas da partilha definitiva da África (UZOIGWE, 2010, p. 35).

Dessa forma, ao analisar as condições de realização da Conferência, conclui-se que a expansão colonial na África foi uma questão secundária, estando sujeita, a princípio, aos jogos de aliança e rivalidade da Europa. Assim, o motivo pelo qual houve uma aceleração dessa divisão foi, sim, o dos crescentes nacionalismos e do progresso técnico que ocorriam na Europa, além de se ter em mente a necessidade de garantir às indústrias em crescimento um mercado consumidor que futuramente poderia servir-lhe bem; mas também é de suma importância compreender o papel desempenhado pelos líderes africanos em sua resistência contra a dominação de seus territórios. “Conquanto a independência política fosse o objetivo supremo, muitos Estados africanos estavam prontos a mobilizar suas forças para impedir qualquer violação de sua autonomia cultural ou soberania econômica” (ISAACMAN; VANSINA, 2010).

Nesse contexto, Portugal apresenta o projeto da África Meridional Portuguesa, mais conhecido como "mapa cor de rosa" (ver Mapa 7), em que garantia a posse de todos os territórios entre Angola e Moçambique. Porém, as pretensões portuguesas de unir Angola e Moçambique entravam em choque com as intenções inglesas de unir o Cairo à África do Sul, de modo que em 1890 a Inglaterra anunciou o "ultimato inglês", ameaçando se declarar em guerra caso Portugal não desistisse (BALSALOBRE, 2015).

Mapa 7: Mapa Cor de Rosa



Fonte: The Pink Map (1890).¹⁶

Dentre as consequências resultantes da Conferência de Berlim, cabe aqui destacar que Portugal teve que abrir mão de um vasto território, correspondente ao Congo (para os franceses e belgas) e as Rodésias (para os ingleses):

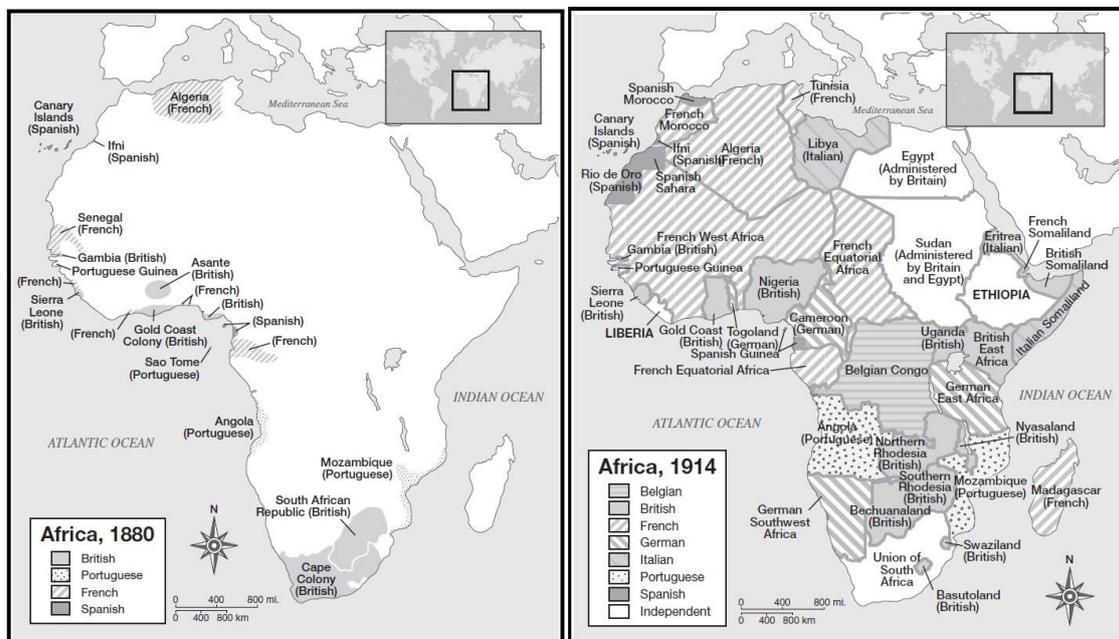
Na África Central e do Sul, o acordar tardio de Portugal ia trazer-lhe uma desilusão (...). Em 1890, aquilo que um inglês chamou a ‘estúpida insistência patriótica de Portugal’ conduziu ao ultimato da Grã-Bretanha, que alinhou barcos de guerra na costa de Moçambique. Ameaçado e sem apoio, Portugal cedeu e viu, cheio de mágoa, os vastos territórios do interior, constituídos pelos ricos planaltos correspondentes às Rodésias, não somente escaparam-se-lhe das mãos, mas cortarem em dois os seus domínios africanos. Com esta divisão ficava o Império Lunda retalhado em três fatias, entre o Congo, Angola e a Rodésia (KI-ZERBO, 1972b, p. 79).

Além disso, as fronteiras construídas para definição dos interesses políticos e influência econômica das potências europeias, ocasionaram em novos problemas para a população africana (Ver Mapas 8 e 9):

¹⁶ Disponível em: < http://www.africafederation.net/Rose_map.htm>. Acesso em: 09/02/2016.

Com a penetração colonial, as formações culturais africanas tiveram novos problemas. As fronteiras em linhas retas traçadas a partir dos mapas da Conferência de Berlim dividiram vários povos, fragmentando suas formações culturais entre mais de um território colonial e unificando diversas culturas dentro de um território colonial. Nessa operação de desfazer e refazer, desestruturar e reestruturar, o colonizador explorou também as diferenças existentes entre os povos reunidos, atijando rivalidades e oposições entre elas no espírito da política de dividir para dominar. Da manifestação das rivalidades e oposições assim atijadas, nasceu o fenômeno batizado “tribalismo”, um conceito pobre, ideologicamente carregado e que vem desqualificar o rico conteúdo das identidades étnicas e culturais (MUNANGA *apud* FONSECA, 2007, p. 169).

Mapas 8 e 9: África em 1880 - Antes da Conferência de Berlim e em 1914 - Após a Conferência de Berlim



Fonte: Africa Pre-Scramble Map.¹⁷

Fonte: Africa Post-Scramble Map.¹⁸

Essa contextualização acerca da Partilha da África é de suma importância, pois da forma como é colocada, dá margem à compreensão de que a colonização só se iniciou após a Conferência de Berlim, não apresentando uma história anterior ao processo de conquista do continente africano, tampouco aponta a resistência africana à colonização, e ainda dá a entender que as resoluções da Conferência em si designavam uma divisão do território africano.

¹⁷ Disponível em: < <https://sites.google.com/a/smumn.edu/lynch/maps-globalization-non-trade/colonization> >. Acesso em: 09/02/2016.

¹⁸ Idem.

2.5 O início da colonização de fato

A partir da análise nas seções anteriores foi possível apreender a visão que Portugal tinha de que, em Angola, repetiria-se a experiência da colonização no Brasil.

Presumiram que o fator chave da equação racial brasileira tinha sido a presença da cultura portuguesa e, além disso, que o ‘fator português’ adquirira uma importância tão primordial que a experiência brasileira se repetiria em Angola (BENDER, 2004, p. 68).

Seguindo a análise que Bender (2004) faz dessa colocação, concluímos que é um equívoco justificar a colonização portuguesa baseada na ideia do sucesso da miscigenação entre as raças e que isso provocava a ausência de preconceito racial¹⁹. Para começar que, em Angola, os negros nunca foram menos do que 95% da população, enquanto que no século XIX no Brasil, os negros compunham aproximadamente um quinto da população (BENDER, 2004).

Além disso, em Angola, a maioria da população vivia em áreas consideradas rurais, e, em 1970, aproximadamente 10% dos angolanos viviam nos centros urbanos, enquanto que mais de 50% dos brancos viviam nas maiores cidades do país. Portanto, até muito recentemente, a maioria dos angolanos tinha tido pouca ou nenhuma associação com os portugueses (BENDER, 2004).

Ainda de acordo com Bender (2004), há uma enorme diferença no grau de assimilação dos negros no Brasil e em Angola, muito por causa do tipo de cultura dominante que esses indivíduos assimilariam. O autor aponta que, no Brasil, a cultura sofreu uma considerável “africanização”²⁰ ao longo dos séculos e, em Angola, encontrava-se um cenário completamente diferente, considerando que antes da independência, os africanos tinham sofrido muito pouca influência nas suas estruturas de classe e socioeconômicas.

(...) os portugueses em Angola mantiveram-se muito fechados às influências africanas, mesmo em aspectos como a música, a alimentação e a *língua*, que tão nítida influência demonstram no Brasil. Numa palavra, os africanos na Angola colonial deveriam assimilar uma cultura portuguesa quase pura, rígida, pouco modificada pelo mínimo traço das suas próprias culturas numericamente dominantes. Semelhante rigidez cultural e os exagerados

¹⁹ Ideia que compõe a base do luso-tropicalismo.

²⁰ A presença africana no Brasil influenciou a cultura de tal forma a ponto de eles serem considerados os verdadeiros colonizadores. A língua portuguesa, por exemplo, sofreu grandes influências do quimbundo; o movimento negro brasileiro desempenha um importante papel no processo de africanização da cultura e vida social.

padrões exigidos aos africanos (antes de 1961) para serem considerados oficialmente como assimilados, ajudam a explicar por que é que menos de 1% dos africanos, em 1950, eram legalmente classificados como assimilados²¹ (BENDER, 2004, p. 79).

Após a Conferência de Berlim, Portugal deu início às chamadas Guerras de Pacificação contra os angolanos, com o intuito de conquistar seus territórios. Assim, foi somente em 1920 que Portugal declarou ter tomado posse da maioria dos territórios de Angola. Essas guerras pacificadoras tiveram como consequência para os angolanos a sua sujeição ao regime de trabalho português (BENDER, 2004). Nos finais do século XIX, um pensamento comum a esses colonizadores em Angola era o de que

(...) eles acreditavam que os africanos eram tão inferiores aos portugueses que não valia a pena tentar civilizá-los através da educação. Enes e, mais tarde, Mouzinho de Albuquerque afirmaram que o único meio eficaz de transmitir a civilização portuguesa aos africanos era o trabalho manual, o qual, defendiam eles, se tornava necessário para levar os africanos a apreciar a dignidade do trabalho (BENDER, 2004, p. 235).

A partir da política de António Enes - administrador colonial e Ministro da Marinha e Ultramar - sobre a disciplina através do trabalho forçado, observa-se que há um aumento da colonização de povoamento e uma marginalização dos angolanos nos meios políticos, administrativo, social e militar. Segundo Nelson Pestana (2006): "Esta política de desenvolvimento separado e de assimilação progressiva vai procurar subalternizar as línguas africanas e impor o português como língua de civilização e de cultura, tornando as elites monolíngüísticas" (PESTANA, 2006, p. 152).

Com o início do povoamento branco em Angola, sucederam-se muitas campanhas portuguesas contra os angolanos:

Antes da segunda metade do século XIX, a maior parte dos combates entre portugueses e africanos girava à volta do tráfico de escravos, mas, a seguir à Conferência de Berlim, em 1885, os ataques portugueses eram sobretudo motivados por desejos de conquista territorial e de subjugação dos povos africanos. Os ataques portugueses e contra-ataques africanos, no fim do século XIX e início do século XX – eufemisticamente denominados ‘guerras da pacificação’ – começaram no sul contra os orgulhosos Ovambos, que se bateram durante mais de um quarto de século. As guerras estenderam-se ao planalto do Bié em 1902, quando os normalmente pacíficos Ovimbundu se revoltaram contra as condições de trabalho, o comércio de aguardente e a interrupção portuguesa do comércio da borracha. Por fim, os portugueses lançaram-se contra os Dembos, ao norte, na sua mais difícil campanha, que durou até 1920, altura em que Portugal conseguiu finalmente declarar ter

²¹ Assimilados eram os africanos e mestiços que eram considerados como integrados na cultura portuguesa. Ao longo do presente capítulo a questão da assimilação será aprofundada.

conquistado ou obtido a aquiescência da maior parte dos africanos em Angola (BENDER, 2004, p. 233).

Com a conquista do território e posterior advento de um processo de colonização efetiva nas zonas próximas ao litoral de Angola, os portugueses transportaram sua cultura e suas práticas cotidianas, tais como a língua, a literatura, a música, os hábitos alimentares, dentre outros para a colônia. O desejo do colonizador era recriar na colônia o ambiente da metrópole (MEMMI, 1977).

Ao longo deste processo, o colonizado se viu obrigado a aceitar sua posição e para poder se inserir na dinâmica colonial, devia cada vez mais assimilar os costumes de seu colonizador. Assim, teve início uma dinâmica social em que cada vez mais eram predominantes costumes europeus e menos se viam as manifestações culturais nativas (MEMMI, 1977):

(...) seguia-se que tudo quanto destruísse as tradicionais instituições, crenças e práticas africanas – incluindo o trabalho forçado – era positivo, uma vez que afastava os africanos das suas próprias culturas e os aproximava do estilo de vida português (BENDER, 2004, p. 253).

Para Frantz Fanon (1968) “O mundo do colonizado é um mundo cindido em dois” (FANON, 1968, p. 28). Essa frase ilustra a situação psicológica vivida pelo colonizado:

A zona habitada pelos colonizados não é complementar da zona habitada pelos colonos. Estas duas zonas se opõem, mas não em função de uma unidade superior. Regidas por uma lógica puramente aristotélica, obedecem ao princípio da exclusão recíproca: não há conciliação possível, um dos termos é demais. (...) Este mundo dividido em compartimentos, este mundo cindido em dois, é habitado por espécies diferentes (FANON, 1968, p. 28).

Afirma ainda que,

O mundo colonial é um mundo maniqueísta. Não basta ao colono limitar fisicamente, com o auxílio de sua polícia e de sua gendarmaria, o espaço do colonizado. Como que para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal. (...) Por vezes este maniqueísmo vai até o fim de sua lógica e desumaniza o colonizado. A rigor, animaliza-o (FANON, 1968, p. 30).

“O que é verdadeiramente o colonizado importa pouco ao colonizador” (MEMMI, 1977, p. 80). Com as colocações de Bender (2004), Fanon (1968) e Memmi (1977) pode-se observar o lugar ocupado pelo colonizado dentro da colônia. É um lugar onde ele permanece aquém de toda a organização e participação na dinâmica social em seu país. Toda a burocracia colonial excluía os angolanos até o momento em que estes dominavam um elemento chave da dinâmica colonial, que é a língua do colonizador e, no caso das colônias de Portugal, é a

língua portuguesa. Cabe ressaltar que Fanon (1968) e Memmi (1977) se referem à colonização como um todo, e não somente à colonização de Angola, como é o caso de Bender (2004).

Para ser considerado civilizado, uma das condições era a de ser necessário aprender a língua do colonizador. O domínio da língua portuguesa passou a ser um fator de diferenciação entre os colonizados: aqueles que dominavam a língua poderiam almejar cargos de maior prestígio, inclusive dentro da administração da colônia, do que aqueles que não possuíam o mesmo conhecimento. A língua do colonizador levou à assimilação e a uma “alienação cultural” que impedia o desenvolvimento de línguas africanas para a compreensão da própria realidade dos africanos (MATA, 2007).

De acordo com Manuel Jorge (2006),

a colonização portuguesa criou, assim, um africano de tipo novo. Destribalizado, não sabendo, por vezes, falar a língua local, impelido pelas estruturas organizacionais europeias e, enfim, urbanizado, o assimilado desempenha, plenamente, o seu papel de pilar da colonização (JORGE, 2006, p. 10).

Com isso, cria-se um grande vazio deixado pela cultura do colonizado. A herança de um povo é transmitida pela educação em uma sociedade em que a principal forma de transmissão é a oralidade, que se dá por meio da língua. A maior parte das crianças colonizadas não frequenta a escola, e as que frequentam encontram um problema: a história, a memória e a língua na qual isso é ensinado não são as suas (MEMMI, 1977).

O governo de Salazar criou um sistema de educação que atuava de duas formas: um para os portugueses e assimilados e outro para os indígenas. O primeiro, disponível somente para os portugueses e assimilados, seguia o regime educacional vigente na metrópole, enquanto que o segundo, para os indígenas, era limitado a ensinar apenas os indivíduos a ler, escrever e falar em língua portuguesa (JORGE, 2006).

Toda a burocracia colonial excluía o colonizado por ser feita somente na língua do colonizador. Portanto, enquanto o colonizado só tem conhecimento de sua língua materna, ele se torna um estrangeiro no próprio país. Sua língua materna, que é carregada de cultura e que possui uma relação de afetividade, passa a ser completamente desvalorizada (MEMMI, 1977).

Com o fim da República em Portugal e com a ascensão do Estado Novo de Salazar, “reacenderam o interesse em levar a cabo a ‘missão histórica’ de Portugal, que consistia em transformar os africanos em portugueses” (BENDER, 2004, p. 248). Dalila Cabrita Mateus (1999) nos informa também que, em 1930, Salazar publica o Ato Colonial, no qual é

ressaltada a necessidade de os portugueses promoverem a expansão da raça e sobre ser parte da essência da Nação desempenhar a função história da colonização, buscando incorporar os africanos à comunidade cultural portuguesa - projeto das "províncias do ultramar". É sobretudo nesse momento de implementação do Ato Colonial que começa a se formar a dupla realidade cultural em Angola. Paralelamente a realidade cultural angolana, forma-se a da cultura europeia que aos poucos se torna dominante.

Sobre o Ato Colonial de 1930, Joseph Ki-Zerbo elucida ainda que,

O Acto Colonial de 1930, devido a Salazar, então ministro das Colónias, consagrava este domínio total das colónias por parte da metrópole, tanto do ponto de vista político como económico, proibindo ao mesmo tempo o trabalho forçado em proveito das companhias (KI-ZERBO, 1972b, p. 135).

O Ato Colonial foi incorporado à Constituição portuguesa na revisão feita em 1951. Nessa revisão, as colónias passaram a ser consideradas províncias ultramarinas de Portugal e

(...) a ficção de um Portugal multicontinental, igualitário e fraternal tornou-se a nota constante da propaganda de Lisboa. Os Portugueses, nisso iguais aos Belgas, viam a ascensão dos indígenas para a civilização como um processo muito lento, quase à escala geológica. A unidade de medida era, pelo menos, o século. Por isso mesmo, e apesar da resolução espectacular de 1951, persistiu a triste realidade: atraso económico, social e cultural, exploração e racismo sob o manto hipócrita da assimilação (KI-ZERBO, 1972b, p. 136).

Mário Pinto de Andrade e Marc Ollivier (1974) afirmam que, em 1936, o ditador Salazar fixa um programa para a política colonial que

(...) foi efetivamente conseguido, mas com uma falha: a transformação do próprio Portugal numa semicolónia do imperialismo mundial. A descrição das estruturas das permutas entre <o espaço português> pelo III Plano de Fomento o testemunha: “A metrópole entrega uma grande parte das matérias-primas, produtos alimentares e produtos simples fabricados aos países industrializados dos quais recebe artigos de produção e produtos industriais de grande valor; os territórios ultramarinos e outros países subdesenvolvidos recebem da metrópole uma grande parte das exportações de produtos industriais, para os quais lhe entregam as matérias primas e os produtos alimentares”. Como se pode ver, o subdesenvolvimento é uma noção relativa, e pode-se aplicá-la para caracterizar a situação de Portugal em relação aos seus mestres imperialistas (ANDRADE; OLLIVIER, 1974, p. 87).

Na política colonial do Estado Novo, foi implantado o Sistema de Indigenato, que consistia em dividir a população em Indígenas (também chamados de não-assimilados,

nativos), ou seja, todos os africanos e mestiços que não eram considerados civilizados; e os Não-Indígenas (civilizados), ou seja, todos os brancos e assimilados. Segundo Mateus (1999):

(...) em pleno Estado Novo, a lei considerava como *indígenas* (e portanto não civilizados) todos os indivíduos “*de raça negra ou seus descendentes, que não possuam ainda a ilustração ou os hábitos individuais e sociais pressupostos para a aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses*” (art.º 11.º) (MATEUS, 1999, p. 22, grifo da autora).

Bender (2004) afirma que os recenseamentos de 1940 e 1950 em Angola – que foram os únicos em que se dividiu a população nestas duas categorias – apontam um resultado controverso com relação ao número de assimilados, pois se leva em conta que determinar se um indivíduo era ou não assimilado cabia exclusivamente à arbitrariedade dos administradores locais.

Quadro 4: População angolana por raça e status civilizacional (1940 e 1950)

Quadro 17
População angolana por raça e «status civilizacional»
(1940 e 1950)⁷¹

Ano	Raça	População total	Total de civilizados	Porcentagem de «civilizados»
1940	a) Africanos	3665829	24 221	0,7
	b) Mestiços	28 035	23 244	82,9
	c) Brancos	44 083	44083	100,0
1950	a) Africanos	436 689	30 089	0,7
	b) Mestiços	29 64826	335	88,8
	c) Brancos	78 826	78 826	100,0

Fonte: Bender (2004, p. 249).

Mateus (1999) aponta para as condições em que era possível conseguir um regime de cidadania²² na colônia:

E previa a passagem do indígena ao regime de cidadania, efectuada através de provas discricionariamente controladas pela autoridade colonial, desde que tenha mais de 18 anos, fale correctamente a língua portuguesa, exerça uma profissão, arte ou ofício que lhe assegure o rendimento necessário à sua manutenção e à das pessoas a seu cargo, ou possua os meios suficientes para esse fim, tenha uma boa conduta e adquira a ilustração e os hábitos pressupostos para a aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses e não tenha sido notado como refractário ou desertor ao serviço militar (art.º 56.º) (MATEUS, 1999, p. 22).

²² Sobre isso, ver o conto *A Menina Vitória*, de Arnaldo Santos (1981).

Com essas exigências feitas pela autoridade colonial e tendo em vista a situação dos colonizados, não é de se surpreender que, em 1953, de um total de 4.145.266 habitantes de Angola, apenas 135.355 eram considerados civilizados, como é possível visualizar no Quadro 5, abaixo.

Quadro 5: População das Colônias de África

QUADRO I: População das Colônias de África

<i>Colônias</i>	<i>Número de habitantes</i>	<i>Não civilizados</i>	<i>Civilizados</i>
Angola	4 145 266	4 009 911	135 355
Moçambique	5 732 317	5 640 363	91 954
Guiné-Bissau	510 777	502 457	8 320
Total	10 388 360	10 152 731	235 629

Fonte: *Anuário Estatístico do Ultramar*, INE, 1953, pp. 36-37.

Fonte: Mateus (1999, p. 22).

Alguns africanos poderiam saber ler e escrever em português, vestir-se como portugueses e preencher outros requisitos determinados pelo artigo citado, mas se demonstrassem qualquer vestígio de sua identidade étnica, não seriam considerados assimilados. Além dessas exigências, a dificuldade encontrada pelos angolanos estava também no acesso às instituições que lhes poderiam transmitir a "civilização portuguesa".

Dessa forma, podem-se perceber as dificuldades encontradas pelos angolanos em ocupar posições de destaque dentro dessa sociedade colonial. Além disso, os assimilados, por mais que considerados "cidadãos", jamais possuiriam os mesmos privilégios que os cidadãos brancos e portugueses. Assim, esses indivíduos se deparam com outra questão: para manter sua posição de prestígio e continuar detentor de poder, o colonizador não aceita a assimilação (MEMMI, 1977).

A assimilação vai contra a proposta de dominação em que todo o sistema colonial é baseado. Como o colonizador mantém seu domínio sobre o colonizado se passa a considerá-lo como um igual? É por isso que se criavam tantas barreiras para o reconhecimento dos indígenas como civilizados, e para os que conseguiam obter essa posição, ao menor "descuido", poderiam voltar a ser considerados como indivíduos não-civilizados.

Uma dessas barreiras era a da educação na colônia. O sistema educacional empregado nas colônias era o mesmo da metrópole, de modo que o angolano aprendia na escola toda a

realidade social, cultural, econômica, política e geográfica da metrópole. Eles ficavam totalmente alienados de sua própria realidade social. Além de aprender precariamente a ler, contar e serem catequizados, aprendiam também a trabalhar nas lavouras das missões (BALSALOBRE, 2015).

É possível relacionar, novamente, o atraso de Portugal em relação às outras potências da Europa no final do século XIX, quando observamos que:

(...) 82,4% da população portuguesa total eram de analfabetos nas vésperas da Conferência de Berlim e, no final do século XIX, havia apenas 2.848 alunos frequentando liceus em Portugal (desse total, apenas 59 eram mulheres). Esse contexto de analfabetismo era privilegiadamente mantido pelo ditador fascista Antônio Salazar, que tinha o interesse de perpetuar essa situação ao declarar que "os analfabetos constituíram 'a parte mais linda, mais forte e mais saudável da alma portuguesa'" (BALSALOBRE, 2015, p. 43).

Dessa forma, não seria possível esperar que Portugal prezasse pela realização de um trabalho educativo em suas colônias, sendo que nem na metrópole essa questão era valorizada. Como seria possível portanto, que o indígena fosse educado da forma devida a ponto de poder preencher os requisitos para se tornar um cidadão na colônia?

Além disso, outra questão com a qual o trabalhador colonizado se depara é com a do trabalho forçado: “Desde o fim da Conferência de Berlim, que um conjunto de textos cheios de ambiguidades e astúcias jurídicas fornecia uma capa legal à prática generalizada desta forma moderna de escravatura” (ANDRADE; OLLIVIER, 1974, p. 78). Era definido que o indígena deveria procurar trabalho para sua subsistência e para o bem da coletividade – e neste aspecto, o Estado teria poderes de forçar o trabalho dos mesmos.

Por mais que todos os assimilados fossem assalariados, seus rendimentos eram substancialmente menores do que os dos trabalhadores portugueses. Além disso, muitos desses assimilados trabalhavam na administração local e, na sua maioria, ocupavam posições subalternas, e os que não trabalhavam em funções públicas eram empregados de comércio, de transportes, operários, etc. Assim, dentre os angolanos assimilados,

Não há comerciantes em número que se note, não há agricultores que trabalhem por conta própria, não há uma elite com projeção na sociedade, não há uma imprensa, (...), não recebem instrução conveniente. Os assimilados regressam ao indigenato quando os seus recursos financeiros diminuem, não há sequer uma carpintaria, uma sapataria ou uma barbearia digna desse nome e que seja propriedade de africanos, (...) dificilmente se encontra um guarda-livros de cor a servir uma casa comercial de Luanda. (MACHADO *apud* MATEUS, 1999, p. 23).

A partir disso, com alguns assimilados e mestiços de Angola indo estudar fora do país, se iniciou um processo de tomada de consciência sobre sua realidade, ainda mais quando muitos foram “surpreendidos ao descobrir que a maioria dos portugueses que encontravam eram (nos termos que lhe ensinaram) consideravelmente menos civilizados que eles próprios” (BENDER, 2004, p. 255).

Sobre essa tomada de consciência desses indivíduos, Fanon (1968) afirma que

Então o colonizado descobre que sua vida, sua respiração, as pulsações de seu coração são as mesmas do colono. Descobre que uma pele de colono não vale mais do que uma pele de indígena. Essa descoberta introduz um abalo essencial no mundo. Dela decorre toda a nova e revolucionária segurança do colonizado. Se, com efeito, minha vida tem o mesmo peso que a do colono, seu olhar não me fulmina, não me imobiliza mais, sua voz já não me petrifica. Não me perturbo mais em sua presença. Na verdade, eu o contrario. Não somente sua presença deixa de me intimidar como também já estou pronto para lhe preparar tais emboscadas que dentro de pouco tempo não lhe restará outra saída senão a fuga (FANON, 1968, p. 34).

Dessa forma, foi possível para esses indivíduos estabelecer contato com novos ideais e pessoas que os fizeram repensar a respeito de sua realidade, “que os encorajaram a buscar mais do que a reforma de um sistema colonial que poucas promessas oferecia de alguma vez acabar com a exploração dos negros de Angola” (BENDER, 2004, p. 255).

Houve tentativas pacíficas por parte desses indivíduos em se fazer ouvir pelas autoridades coloniais, mas foram todas em vão, e aí “voltaram seus talentos e energias para o objeto da total independência nacional” (BENDER, 2004, p. 255). Após um tempo de revolta, suscitaram-se algumas reformas no colonialismo português e,

Embora muitas destas reformas viessem a revelar-se mais tarde como uma simples mudança na forma mais do que na substância, a guerra fez finalmente acordar Portugal para o reconhecimento de alguns anacronismos no seu sistema colonial. Precisamente no momento em que outras potências coloniais europeias despojavam dos seus territórios africanos, Portugal empenhou-se totalmente na resistência às forças do nacionalismo e em procurar seriamente desenvolver a terra, os recursos e o povo da sua colônia – numa palavra, em colonizar Angola. Mas era demasiado pouco e demasiado tarde (...). A herança de cinco séculos de abusos contra os africanos era demasiado grande para ser superada com umas quantas reformas atrasadas (BENDER, 2004, p. 256).

Nesse período, imediatamente anterior à independência, Angola registrou, de fato, avanços significativos no seu desenvolvimento de infra-estruturas e, conseqüentemente, de produção material: "Angola chegou a ocupar o 4º lugar, a nível mundial, na produção de café,

com a cifra de 228.000 ton, em 1971 e o 3º lugar como maior produtor de sisal, chegando a produzir 72.270 ton, em 1972 (AMARAL, 2004, p. 49).

Atraídas pelas riquezas minerais de Angola, muitas empresas se instalaram no país nesse período, principalmente relacionadas à extração de diamantes e petróleo. Como consequência, houve um grande crescimento nos setores de transportes e comunicações, com novas estradas e portos. Dessa forma, pode-se dizer que:

"(...) o período 1961-1973 se caracterizou por uma forte implantação do capitalismo em Angola", suportado numa estratégia do desenvolvimento colonial, delineadas pelos I e II Planos, Plano Intercalar, III e IV Planos de Fomento Económico. Planos com um carácter quase exclusivamente indicativo, em que o desenvolvimento era considerado possível atingir desde que, por um lado, o sector privado respondesse satisfatoriamente, como se previa, ao conjunto de incentivos e actuações do sector público e, por outro lado, a Administração controlasse o ritmo de crescimento dos seus gastos correntes em benefício das despesas de formação do capital (AMARAL, 2004, p. 46).

Mário Pinto de Andrade e Marc Ollivier (1974) trazem em sua obra um trecho do manifesto²³ do MPLA a respeito do colonialismo português no qual se afirma que

(...) o colonialismo transmitiu a todo o corpo social de Angola o micróbio da ruína, do ódio, do atraso, da miséria, do obscurantismo, da recção. A via que nos querem impor é totalmente contrária aos interesses supremos do povo angolano: aos da nossa sobrevivência, da nossa liberdade, do nosso rápido e livre progresso económico, da nossa felicidade de assegurar o pão, a terra, a paz e a cultura para todos. É de uma necessidade absoluta para o povo angolano impedir o desaparecimento da população negra de Angola (...) (ANDRADE; OLLIVIER, 1974, p. 90).

Ainda de acordo com Andrade e Ollivier (1974), esses autores reforçam a importância do papel desempenhado por esses angolanos assimilados que foram para a metrópole quando afirmam que

Entretanto, numa conjectura onde as massas camponesas, são, como vimos anteriormente, o objeto principal da exploração, e mantidos por isso num estado de alienação cultural, profundo, enquanto que o proletariado é praticamente reduzido à condição de escravo, só uma minoria de eleitos pode objectivamente organizar a tomada de consciência anticolonialista e de a ligar a uma compreensão global do sistema imperialista mundial (ANDRADE; OLLIVIER, 1974, p. 91).

No presente capítulo fica claro, portanto, como desde o início da colonização e ocupação do território angolano, os processos estabelecidos por Portugal são extremamente

²³Manifesto apresentado em Luanda em Dezembro de 1956.

contraditórios. Salazar institui o Ato Colonial em defesa da dominação dos territórios afirmando que estaria levando em frente a missão de Portugal de levar a civilização aos indígenas, transformando suas colônias em províncias ultramarinas. Porém, ainda assim, consideravam que os indígenas estariam a séculos de alcançar a civilidade.

Além disso, o programa que Salazar institui em 1936 para a política colonial, dependendo do ponto de vista, coloca Portugal como uma "semicolônia do imperialismo mundial". Nesse sentido, quando observamos os pontos exigidos para que o indígena passasse a ser considerado assimilado, e que cabia ao próprio colonizador determinar quem poderia passar a ser considerado cidadão, cabe-nos questionar: que português era esse, sendo que eles próprios eram considerados "escória" perante as outras potências da Europa?

Novamente, reforço aqui a ideia de que os atrasos de Portugal refletiram ativamente em toda a história de suas colônias africanas e, nesse caso, em Angola, a partir do momento em que passaram a ser colônias portuguesas. E é exatamente no momento em que o colono percebe isso que passa a questionar todas as políticas instituídas por Portugal e suas inúmeras falhas.

Graças a esses indivíduos - parte de uma minoria - que puderam visualizar essas questões quando foram estudar na metrópole, desencadeou-se uma tomada de consciência em relação a sua realidade. Porém, devido ao fato de ter sido uma minoria que teve essa possibilidade me deparei com outros questionamentos com relação, principalmente, a que conhecimento esses indivíduos tinham de seu próprio povo para que pudessem contemplar a todos num governo livre do domínio português.

3 OS MOVIMENTOS INDEPENDENTISTAS DE ANGOLA

3.1 As Igrejas Protestantes e a educação em Angola

Cabe ressaltar, nessa seção, a importância da Igreja Protestante na formação básica de alguns indivíduos que posteriormente seriam dirigentes de movimentos nacionalistas: “As missões protestantes terão contribuído para a criação das bases do nacionalismo nas colônias, particularmente em Angola e Moçambique, ‘*ao ensinarem o Antigo Testamento, com aquelas perseguições todas aos judeus*’” (MATEUS, 1999, p. 32, grifo da autora).

Percebendo a influência que as Igrejas Protestantes tinham na sociedade, Salazar conduziu uma intensa perseguição aos missionários alegando que eles teriam se envolvido no desaparecimento de um grande número de estudantes da África portuguesa para a França e a Suíça. Com isso, muitos missionários desapareceram, foram mortos, expulsos do país ou presos pela PIDE²⁴.

MalcomMcVeigh, um dos missionários expulsos, teria comentado, com ironia, ao deixar Angola: “*Nós educamos mais portugueses e elevamos mais angolanos ao estatuto de assimilado que o Governo português. E foram precisamente esses resultados que tornaram a nossa Igreja suspeita aos olhos das autoridades*” (MATEUS, 1999, p. 36, grifo da autora).

As Igrejas Protestantes concediam também bolsas a estudantes africanos terem a oportunidade de formação universitária em Lisboa:

Um antigo membro da Casa dos Estudantes do Império refere que os estudantes protestantes beneficiavam de ótimas bolsas de estudo. E esclarece: “*Basta dizer que eu, na altura, recebia 750\$00 por mês, o que me dava para ter um quarto, pagar a comida e sobravam uns tostões para um cafézito de vez em quando e o cinema uma vez por mês. Por isso precisava da Casa dos Estudantes do Império. Ao passo que os estudantes protestantes recebiam 3000\$00 e tinham os seus lares: existiam dois, um no Lumiar, o outro em Carcavelos. Prolongavam, pois, em Portugal, a vivência que tinham em África. Juntos e falando a sua língua, discutiam os seus problemas (...)*” (MATEUS, 1999, p. 38, grifo da autora).

O ensino universitário não era visto com bons olhos pelos dirigentes, já que não havia, por parte do regime colonial, o interesse de que os africanos pudessem se organizar em grupos que, posteriormente, poderiam lutar pela independência das colônias. Assim, os que tiveram acesso a esse ensino foram os negros assimilados que tiveram condições de sair do país para

²⁴A Polícia Internacional e de Defesa do Estado – PIDE, desempenhou um importante papel durante o Estado Novo principalmente para neutralizar as oposições ao regime.

estudar, como no caso de Agostinho Neto, que recebeu uma bolsa de estudos da Igreja Metodista, porque era “filho de um pastor e de uma professora de escola metodista, tendo sido secretário do bispo Ralph Dodge antes de ir estudar para Portugal” (MATEUS, 1999, p. 34).

A Igreja Metodista de Luanda teve um grande êxito no que diz respeito à educação, e para Mário António de Oliveira, um dos principais motivos para isso “foi a nova pedagogia utilizada – na senda das ‘*common schools*’ americanas – e, sem dúvida, o uso da língua materna no ensino e na formação dos catequistas negros” (OLIVEIRA *apud* MATEUS, 1999, p. 36).

Como o ensino era feito baseado no modelo da metrópole, não é difícil compreender as dificuldades que os angolanos tinham em assimilar o conteúdo. Os esforços das Igrejas Protestantes foi no sentido de adaptar esse ensino à realidade desses indivíduos, de modo que eles assimilariam melhor o conteúdo. Daí o sucesso que essas igrejas tiveram na educação em Angola e o descontentamento do governo colonial com relação a isso, que promoveu uma perseguição aos indivíduos associados a essas igrejas.

3.2 Formação dos principais partidos independentistas – MPLA, UNITA e FNLA – e a luta pela independência

Os primeiros movimentos políticos angolanos surgiram durante o período republicano de Portugal (1910-1926), são eles o Partido Reformista de Angola (1910) e a Liga Angolana (1912). Com a posterior transformação do regime político de Portugal para o Estado Novo, sob o domínio de Salazar, a liberdade de existência de organizações autônomas africanas chegou ao fim e essas foram reorganizadas sob o controle estatal como centros culturais (VISENTINI, 2012).

Nesse período, compreendido entre 1948 e 1960, houve um avanço importante para a construção da literatura angolana. Chamado de 4º Período por Pires Laranjeira (1995), foi crucial para a formação dessa literatura:

Época decisiva, considerada unanimemente como a da organização literária da nação, com base em movimentos como o MNIA²⁵, o da *Cultura* e o da CEI, além de outros contributos, como o das Edições Imbondeiro (de Sá da Bandeira). O Neo-realismo cruza-se com a Negritude. (...) É nesse contexto brevemente favorável que surge uma actividade marcada já fortemente por um desejo de emancipação, em sintonia com os estudantes que, na Europa,

²⁵ Movimento dos Novos Intelectuais de Angola - MNIA, criado em 1948 por Viriato da Cruz, António Jacinto, dentre outros, como uma organização cultural nacionalista. Foi um dos movimentos que deu origem ao MPLA (LARANJEIRA, 1995).

davam conta de que, aos olhos da cultura ocidental, não passavam todos de <cidadãos portugueses de segunda> (LARANJEIRA, 1995, p. 37).

O lema do MNIA era "Vamos descobrir Angola!", o que por si só caracterizava as intenções da organização. Foi um período de crescente atividade cultural e, em 1951, foi criada a revista literária *Mensagem*, pelo departamento cultural da ANANGOLA²⁶.

O Movimento, nas palavras de Viriato da Cruz, “*incitava os jovens a redescobrir Angola em todos os seus aspectos, através de um trabalho colectivo e organizado; exortava a produzir para o povo; solicitava o estudo das modernas correntes culturais estrangeiras, mas com o fim de repensar e nacionalizar as suas criações positivas e válidas; exigia a expressão dos interesses populares e da autentica natureza africana, mas sem que se fizesse nenhuma concessão à sede de exotismo colonialista*”. A poesia tornou-se “*o principal veículo com que procuravam restabelecer o contacto com as raízes do seu povo*” (MATEUS, 1999, p. 54, grifo da autora).

Nessa década, para Laranjeira (1995) a poesia era a forma de expressão literária mais conveniente. Assim,

O caminho poético pode assim congregar as três vertentes do júbilo ideológico: o povo, a classe e a raça. O povo é negro, trabalhador, explorado e oprimido. Numa palavra: colonizado. Fundamentalmente, traça-se o quadro ou alude-se a figuras paradigmáticas de colonizados: contratados, prostitutas, escravos, moleques, arduas²⁷, lavadeiras, estivadores, analfabetos, serviçais, etc. Pertencem à raça negra ou, no máximo, são mulatos, mas raros. A Negritude concede-lhes o sentimento de exaltação da raça negra, nomeadamente na solidariedade com os negros do Novo Mundo e, por outro lado, sublinha o re-conhecimento das raízes, que são étnicas, tribais, mergulhando nos milénios (LARANJEIRA, 1995, p. 39).

Apesar das tentativas do governo salazarista de impedir a chegada de ideias revolucionárias em Angola, o contato com esses ideais foi possível a partir dos poucos africanos que tiveram acesso ao estudo e a ideias anticoloniais. Assim, iniciou-se um movimento nacionalista que levou à criação do Partido Comunista de Angola (PCA) – que surgiu a partir do Partido Comunista Português – e, em 1950, foi criado o Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), que convocou os africanos a organizar um movimento emancipatório e fazendo com que, assim, surgissem os primeiros movimentos de libertação (VISENTINI, 2012; MATEUS, 1999).

Na década de 1950, foi criado também em Lisboa o Centro de Estudos Africanos, no qual se reuniram os futuros principais líderes independentistas das colônias portuguesas, inclusive o próprio Agostinho Neto. O governo fascista fechou este Centro, mas os jovens

²⁶ Associação dos Naturais de Angola.

²⁷ Vendedores ambulantes de jornal.

mantiveram suas atividades na Casa dos Estudantes do Império – CEI, fechada em 1964 (VISENTINI, 2012).

Muitos jovens advindos das colônias portuguesas em África iam estudar em Lisboa e Coimbra, e esses indivíduos sofreram influências, de acordo com Mateus (1999), associativas - na CEI, na Casa de África, Associações Acadêmicas e em outros locais de interação; influências político-orgânicas do Partido Comunista Português (PCP) e do Movimento Anticolonialista; e influências político-culturais do marxismo, do neo-realismo e da negritude.

Dessa forma, a CEI que havia sido criada para servir aos interesses dos portugueses e de sua missão histórica de colonizar e levar a civilização aos indígenas (de acordo com o que foi estabelecido pelo Ato Colonial), acaba se tornando sua maior inimiga.

No entanto, criada que fora para servir a política imperial do regime, contribuiu, afinal, para a sua derrocada. Por ela passaram umas largas dezenas de dirigentes dos movimentos emancipalistas, entre eles os “*pais fundadores*” Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Lúcio Lara, Marcelino dos Santos. E até Eduardo Mondlane, ainda que se não possa considerar propriamente um homem da CEI, nela esteve durante a sua curta estada em Portugal (MATEUS, 1999, p. 74, grifo da autora).

Assim, no ano de 1956, é criado em Angola o Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA, liderado por António Agostinho Neto (com formação nas Universidades de Coimbra e Lisboa, era poeta e utilizou a poesia como arma de luta) (MATEUS, 1999). O MPLA teria sido o resultado de uma associação entre PLUAA, do Movimento para a Independência de Angola (MINA) e do PCA. Sobre as influências da CEI e do PCP nos movimentos independentistas, Lúcio Lara, um dos fundadores do MPLA, afirma que:

A actividade nacionalista desenvolvida a coberto da instituição oficial que era a Casa dos Estudantes do Império, o impacte que sobre a juventude das colónias alcançaram os estudos, as palestras e outras actividades promovidas pelo semiclandestino Centro de Estudos Africanos, criado em 1951, traduziram-se numa crescente adesão de intelectuais, estudantes e outros trabalhadores, originários dos nossos países, às tarefas revolucionárias que iam desde a denúncia internacional dos crimes dos colonialistas (...) à participação em acções dos movimentos antifascistas portugueses (...). Assiste-se, assim, ao desabrochar ideológico e político e a uma tomada de consciência militante da nossa gente, que por força das circunstâncias de estudo ou de trabalho residia em Portugal. E durante esse período, os patriotas angolanos e de outras ex-colónias identificaram-se politicamente com os democratas portugueses que lutavam pela conquista do seu direito à liberdade e à democracia. (...) o Partido Comunista Português muito contribuiu para temperar os militantes das então colónias portuguesas e a energia, o heroísmo dos comunistas portugueses, e a sua consciência, inspiraram e deram confiança àqueles que lutavam pela sua liberdade nas então colónias (LARA *apud* MATEUS, 1999, p. 106).

Dentre os membros do MPLA, era possível encontrar tanto mestiços quanto assimilados e brancos, e dentre os movimentos independentistas que surgiram em Angola, o MPLA era o que contava com a maior estrutura de organização: possuía uma escola de formação para seus membros e bons contatos internacionais, em particular com a União Soviética (VISENTINI, 2012).

Posteriormente, o MPLA se transformaria em um partido político e é o partido que governa Angola desde sua independência (1975). Os principais dirigentes do MPLA saíram da elite crioula de Angola, que se desenvolveu a partir da interação entre europeus e africanos. A formação do partido é de suma importância à compreensão do papel que o MPLA teve no desenvolvimento da língua portuguesa, como colocado por Dalila Cabrita Mateus (1999):

Acresce que, nos dirigentes do MPLA, o português era 'a língua materna da maioria dos elementos e o seu veículo habitual de comunicação'. Mario de Andrade referiu, a propósito, que 'era preciso falar o português em casa para ter sucesso na escola', sendo, pois, o kimbundo 'a língua do quintal'. Assim, não estranhemos que alguns dirigentes, 'mesmo ao mais alto nível', não falassem as línguas nacionais. Ao passo que, nos outros movimentos, 'as línguas maternas dominantes podiam ser o 'kikongo' (FNLA) ou o 'umbundo' (UNITA) (MATEUS, 1999, p. 51).

Pestana (2006) afirma que a declaração da independência foi feita em português, assim como os discursos de Agostinho Neto. O motivo para a língua portuguesa ser utilizada era, além de uma razão política, por uma "razão material inultrapassável": a falta de conhecimento linguístico que ele tinha, mesmo do Kimbundu, língua de sua etnia (PESTANA, 2006).

No que diz respeito ao termo “elite crioula”, cabe aqui uma contextualização. A autora Dalila Cabrita Mateus (1999) utiliza esse termo para caracterizar uma determinada parcela da população de Angola que, através de séculos de interação entre portugueses e europeus, se desenvolveu.

(...) definiremos elite crioula angolana, tal como o faz Jill R. Dias, como “*categoria sociocultural que engloba uma vasta gama de elementos heterogêneos, desde os descendentes dos europeus nascidos localmente (tanto brancos como mestiços) aos africanos destribilizados, mais ou menos adaptados à cultura europeia (os chamados civilizados, ou assimilados na terminologia colonial portuguesa)*”(…) (MATEUS, 1999, p. 45, grifo da autora).

Mateus (1999) afirma ainda que, sem dúvida, esse grupo constituía uma elite, mesmo tendo em sua composição mais africanos negros do que brancos, devido aos seus níveis superiores de riqueza e educação, que os colocava em situação privilegiada frente à maioria da população angolana. Nelson Pestana (2006) afirma sobre essa elite angolana que:

A elite angolana nascente é portadora de um universo de referências ligado ao processo de produção da sociedade angolana e marcado por um processo de "ocidentalização" precoce, desde fins do século XV, que se caracteriza pela adoção de novas formas de organização, nova tecnologia de regulação social, novo quadro ideológico, fortemente marcado pela doutrina cristã com a introdução do livro de Deus (a Bíblia) e da Língua Portuguesa (PESTANA, 2006, p. 148).

Sobre as elites coloniais, embora preferindo chamá-las elites modernas, José Carlos Venâncio (2005a) diz que alguns de seus elementos que prosseguiram os estudos nas universidades das metrópoles puderam se afirmar enquanto intelectuais e escritores, citando o caso de Léopold Senghor (Senegal) e Agostinho Neto (Angola) como paradigmáticos. Com isso, o autor quer dizer que embora tenham tido uma trajetória política que indicasse que, como presidentes, atuariam de determinada maneira, seus atos enquanto primeiros presidentes de seus países não corresponderam ao esperado:

Após as independências, assiste-se na verdade, a um progressivo afastamento dos escritores e intelectuais nacionalistas em relação aos seus antigos correligionários, que, enquanto governantes, com justificações várias, nomeadamente a necessidade de construir nações a partir de territórios políticos etnicamente espartilhados, instituíram regimes políticos de partido único, que, na maioria dos casos, redundaram em ferozes ditaduras. Aos primeiros restou-lhes a palavra, quase sempre na língua do colonizador, e, salvaguardando a integridade física, o exílio (VENÂNCIO, 2005a, p. 155).

Retomando Pires Laranjeira (1995) na periodização da literatura angolana, o período compreendido entre 1961 e 1971 reflete uma intensa atividade editorial ligada ao Nacionalismo. Mateus (1999) afirma que os projetos independentistas se manifestaram, principalmente, na poesia. Agostinho Neto era um poeta e, para ele, o projeto político angolano era um

(...) itinerário dinâmico, que o levaria da sombra para a não sombra, etapa no caminho para a luz. A sombra era a alienação social, cultural e política, a exploração econômica, a repressão política e policial, a miséria e o analfabetismo, a prostituição e o alcoolismo, o exílio na 'civilização ocidental'. A não sombra eram a esperança e o amor. E a luz seria a conquista da liberdade e da independência e, com elas, o desabrochar do povo (MATEUS, 1999, p. 156).

Esse período, no entanto, foi abatido por uma repressão generalizada sobre políticos e intelectuais ligados aos movimentos nacionalistas, particularmente, como já mencionado, o encerramento da CEI, das Edições Imbondeiro, dentre outras. Apesar disso, Luandino Vieira

se torna responsável por uma grande revolução no estilo da literatura, chamado de estratégia de *ghetto*:

São livros escritos e publicados segundo uma estratégia de *ghetto*, com uma linguagem alusiva, simbólica e alegórica, podendo ler-se nas entrelinhas uma intenção de, pelo aparente silêncio ou inexpressividade temática, abstraccionista ou tipicista, iludir a censura e marcar posições subtis de solidariedade com a luta anti-colonial, mesmo versando uma temática como a do amor (LARANJEIRA, 1995, p. 41).

Neste momento, a luta pela independência estava ligada ao desejo de transformação social, de forma a eliminar a exploração. “A libertação nacional tem de ser uma etapa para a realização de uma forma mais vasta de libertação, que é a libertação do homem (NETO *apud* MATEUS, 1999, p. 158). Um documento do MPLA dizia ainda que

(...) a independência nacional deve substituir a velha sociedade exploradora por uma nova sociedade, livre dos males da antiga e completamente em oposição, para realizar as aspirações das massas exploradas (MATEUS, 1999, p. 158).

Além do MPLA, lutaram pela independência de Angola a Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA – e a União Nacional para a Independência Total de Angola – UNITA. Holden Roberto era líder da União das Populações do Norte de Angola, que posteriormente se torna União das Populações de Angola (UPA) e, a partir de 1962, passa a ser a FNLA. Ao contrário do MPLA, o FNLA buscava uma luta racial: colocava-se contra os brancos, portugueses e comunistas. Seus recursos eram muito limitados e seus membros possuíam pouco ou nenhum treinamento militar (VISENTINI, 2012).

A UNITA foi criada em 1964 e tinha como líder Jonas Savimbi. Buscava o apoio popular e a mobilização das massas – tinha apoio das etnias do Sul (Ngangela, Chokwe e Ovimbundu). Uma preocupação da UNITA era assegurar o apoio principalmente dos Ovimbundu, que são a maior etnia em Angola (e à qual Jonas Savimbi pertencia). Savimbi criticava o fato de que os dirigentes do MPLA eram membros da elite crioula e concentravam-se em Luanda: “O próprio Jonas Savimbi o afirma, dizendo que ‘os quadros mais em vista do MPLA eram urbanos, saíam de Luanda. E os quadros da UNITA eram mais rurais’” (MATEUS, 1999, p. 50).

Entretanto, o que se constata é que a maioria dos líderes independentistas angolanos do MPLA conhecia apenas a língua kimbundu e a portuguesa. Muitos destes tinham o português como a sua língua nacional e a consideraram como uma língua abstrata e sem base cultural que pudesse interferir político-ideologicamente nos rumos do país e, ainda, a concebia

como uma língua administrativa, burocrática e gerencial do Estado Angolano. (FONSECA, 2012, p. 04).

No ano de 1961, após alguns ataques de movimentos independentistas²⁸ em Angola, Salazar procurou iniciar uma campanha para convencer os africanos de que eles teriam muito mais a ganhar se aliando ao governo português do que aos movimentos independentistas: os decretos de Setembro de 1961 determinavam a abolição do trabalho forçado, a expropriação ilegal de terras e outras práticas que contribuía para denegrir os africanos e, inclusive, a concessão de nacionalidade portuguesa aos africanos (BENDER, 2004; MATEUS, 1999).

No início da guerra os africanos civis não tinham muito contato com os guerrilheiros, o que deu a Portugal certa liberdade para divulgar suas reformas – que na substância em nada modificaram as políticas do regime. Foi somente no final de 1966 que os nacionalistas mudaram de tática e passaram a atacar o Leste de Angola, e assim conseguiram conquistar o apoio de muitos camponeses (BENDER, 2004).

Portugal, percebendo a possibilidade da adesão que os movimentos nacionalistas poderiam ter dos camponeses, decidiu isolá-los dos guerrilheiros, promovendo o reagrupamento dos civis em aldeamentos.

Assinalava ainda outro capítulo muito triste na crônica da destruição dos padrões sociais, econômicos e políticos tradicionais de Angola – uma crônica que começou com a escravatura, prosseguiu com as Guerras de Pacificação e o período do trabalho de contrato e veio culminar com a reinstalação forçada de mais de um milhão de africanos durante a guerra (BENDER, 2004, p. 264).

Bender (2004) nos chama a atenção para a existência de dois tipos de aldeamentos: os de reordenamento estratégico, que consistiam em aldeias organizadas pelos militares, muitas vezes rodeadas de arame farpado, onde se agrupavam africanos dispersos de modo a impedir o avanço e a infiltração dos guerrilheiros dentro do território e impedir a mobilização desses camponeses; e os de reordenamento rural, que ocorreram na maior parte do território angolano, e tinham como intuito o desenvolvimento econômico e social, mais do que servir de posto militar.

Os principais objetivos desse reordenamento seriam, portanto, o controle da população africana que antes estava mais dispersa pelo território, agora se encontrariam concentrados em determinadas áreas, a conquista da lealdade desses indivíduos através da promoção do

²⁸Segundo Bender (2004), esses ataques foram lançados por assimilados e mestiços que organizaram o MPLA e a União dos Povos Angolanos – UPA, em Fevereiro e Março de 1961.

desenvolvimento social e econômico, e, por fim, liberar algumas terras que eram ocupadas por africanos para serem repovoadas por europeus (BENDER, 2004).

Afirmavam que, como condição para que a luta progredisse para lá das ocasionais incursões e emboscadas conduzidas a partir da fronteira, tornava-se imprescindível lançar raízes entre o campesinato, que poderia ajudar a guerrilha a manter as suas bases no interior do território. Beneficiariam durante esse período de mobilização da suposição errada dos portugueses de que a guerra era causada exclusivamente por forças exteriores sem qualquer apoio entre a população de Angola (BENDER, 2004, p. 279).

As guerrilhas do Norte de Angola tinham por estratégia ataques feitos a partir do outro lado da fronteira com o Zaire. Isso não possibilitou que tivessem bases fixas no interior das colônias, sendo assim, não recebiam o apoio dos camponeses. Os dirigentes do MPLA e da UNITA, vendo as falhas nessa estratégia, se prepararam para concentrar suas investidas no Leste, em meados das décadas de 1960 e 1970.

“A estagnação econômica, a solidariedade internacional à luta pela independência e o desgaste militar português na África levaram ao êxito da resistência angolana” (VISENTINI, 2012, p. 55). Assim, se formou o governo transitório, composto pelos três partidos que lutaram pela independência – MPLA, FNLA e UNITA – e Portugal.

Quando da revolução em Portugal, as posições permaneciam na mesma. A F.N.L.A. e a U.N.I.T.A. ocupavam largas bolsas no Norte e no Centro-Sul do país, enquanto o M.P.L.A. se impunha em todo o Centro-Norte, no Sul e no Leste. Por investigação de J. Savimbi, o presidente Kenyatta conseguiu que os três movimentos assinassem os acordos de Mombaça (6 de Janeiro de 1975), a fim de constituírem uma frente única para as negociações que levariam ao acordo de Alvor (15 de Janeiro de 1975). Ora este acordo, assinado entre Portugal e os movimentos nacionalistas africanos, não resolvia nenhum dos problemas fundamentais e limitou-se a fixar a data da independência num quadro ‘único e indivisível’. Muito prolixo sobre a proteção dos interesses de Portugal e dos Portugueses, estabeleceu um governo de transição na base pouco realista de uma repartição paritária dos postos ministeriais e da regra do consenso para as decisões do Estado (KI-ZERBO, 1972b, p. 283).

Este governo provisório logo se desintegrou, devido às diferenças irreconciliáveis existentes entre os movimentos, de ordem política e ideológica (VISENTINI, 2012). Com a falha da tentativa de criação de um governo de transição em Angola, os movimentos independentistas se armaram através de fornecedores interessados (KI-ZERBO, 1972b). O Acordo de Alvor previa a realização de eleições, porém, os partidos não se mostraram dispostos a efetivação das mesmas de imediato.

A F.N.L.A. porque não dispunha de suficiente implantação política no território. O M.P.L.A. porque receava que o reflexo tribalista lançasse as etnias majoritárias, os Umbundos e os Bacongós, respectivamente para a U.N.I.T.A. e a F.N.L.A., ficando o M.P.L.A. apenas com os Quimbundos do Centro, os Fiotes de Cabinda e os mestiços, grande número dos quais forneciam ao movimento quadros de *élite*. Apenas a U.N.I.T.A., invadida pelos Brancos como cavalo de Tróia para se perpetuarem em Angola, insistia em eleições (KI-ZERBO, 1972b, p. 283).

Na literatura, em 1975 foi fundada em Angola a União dos Escritores Angolanos (UEA) inaugurando uma nova era política e literária, o que foi possível em função de que o presidente era poeta:

Entrou-se assim numa fase literária de extensa exaltação nacional, cultuando nos textos a constituição do Estado e da Nação, a tomada do poder político, a opção pelo socialismo e invectivando a agressão das tropas sul-africanas, zaienses e da UNITA, com o apoio norte-americano (LARANJEIRA, 1995, p. 42).

Na Guerra Civil, esses três partidos receberam um amplo apoio de potências internacionais. A FNLA recebeu - por um tempo - apoio da China²⁹ e, quando o MPLA declarou a independência em Luanda, a FNLA e a UNITA fizeram o mesmo no Huambo e receberam o apoio dos Estados Unidos. A UNITA, também apoiada pela China, era formada em maior parte por mercenários e sul africanos. O MPLA recebia o apoio de alguns países africanos, da União Soviética e recebeu um apoio militar significativo de Cuba.

Segundo Fonseca (2008) o processo para se obter a paz em Angola foi mais difícil do que em Moçambique, por exemplo, pelo fato de se ter vários interlocutores ocidentais.

O que se traduz é que em Angola havia muitos interesses soviéticos, americanos, sul-africanos, portugueses, cubanos em função de suas riquezas minerais (petróleo, ouro, diamante). Nisto atraindo esses interesses externos que não propiciaram as negociações internas ideais e adequadas entre o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a resistência da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Desse modo, Angola ficou quase três décadas em guerra intestina, tornando-se um laboratório bélico internacional e virando refém de grupos estrangeiros que visavam mais a saúde de suas finanças do que o bem do povo angolano (FONSECA, 2008, p. 53).

No próximo capítulo, será analisada a formação da sociedade angolana livre, governada pelo MPLA, de modo a compreender de que modo se deu essa organização, tendo

²⁹ Sobre o apoio chinês na independência de Angola ver: MARTINS, Maxwell. **Entre dragões e palancas negras**: o apoio chinês na independência de Angola. 2016. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UNESP/FCLAr, Araraquara, 2016.

em vista que a proposta de criar uma sociedade em total oposição à anterior pode não ter sido efetivada como se imagina.

4 A SOCIEDADE ANGOLANA PÓS-INDEPENDÊNCIA E O OLHAR DA LITERATURA

Nesse capítulo, debruçaremos-nos sobre uma análise da sociedade que começa a se formar após a independência de Angola. Nesse sentido, será analisado o papel que as obras literárias chamadas de "pós-coloniais" e que contam a história de Angola colonial e pós-colonial representam nesse sentido. Nessas obras, o angolano é considerado o personagem principal, transmitindo ao leitor uma visão de sociedade a partir de uma perspectiva diferente do que a que era transmitida pelo olhar do "outro".

Assim, nas seções seguintes, serão feitas análises das configurações da atual sociedade angolana pós-independência: i) como a sociedade está organizada social e politicamente; ii) sobre o que são as teorias pós-coloniais, como essas teorias estão presentes nas literaturas angolanas do pós-independência e como os autores trabalham com essa realidade em suas obras; iii) como isso contribui para a compressão da realidade do país atualmente; iiiii) o que a língua portuguesa representa nessa sociedade.

4.1 A sociedade angolana pós-independência

Como já mencionado no capítulo anterior - sobre a formação dos partidos que lutaram pela independência de Angola - o MPLA tinha uma base ideológica socialista e recebeu amplo apoio da União Soviética. Desse modo, quando foi implantada a 1ª República, chamada República Popular de Angola, em 11 de Novembro de 1975, o MPLA iniciou um processo de criação de bases para um desenvolvimento condizente com os ideais de uma sociedade socialista, o que iria na contramão das estratégias instituídas por Portugal com os Planos de Fomento (AMARAL, 2004).

Segundo Amaral (2004), a inviabilização prática desse projeto socialista só seria reconhecida após o fim da União Soviética quando, em 1992, seria criada a 2ª República - República de Angola. O autor elucida ainda que, após a proclamação da independência, a estratégia de construção de um Estado de Democracia Popular para substituir o até então aparelho estatal colonial-fascista foi implantada sem a definição clara de seus objetivos.

Nesse sentido, com a crise no mercado mundial de petróleo, criou-se o ambiente favorável para o desenvolvimento do setor petrolífero angolano, que impulsionava o desenvolvimento da economia do país no geral. Entretanto, essa previsão não se consolidou, haja vista que o investimento na

exploração do petróleo absorveu os lucros gerados para o alargamento do setor, agravando ainda mais a crise do país (BALSALOBRE, 2015, p. 49).

Dessa forma, foi se formando um cenário de crise econômica, política e militar em Angola em que a falta de um planejamento estratégico sem deficiências resultou em uma crise generalizada e profunda na sociedade.

Se, com a independência, o País ficou liberto dos condicionalismos legais (lei do condicionamento industrial, regime de pagamentos externos, etc.) impostos pela ex-metrópole ao seu desenvolvimento industrial, - então considerados, pelo novo poder instituído, como a causa da situação caótica, no plano econômico -, são situações objectivas como a guerra de agressão imperialista e o eclodir da guerra civil, a pilhagem efectuada pelos exércitos invasores, a opção por um modelo económico de desenvolvimento socialista, a criação do poder popular e a consequente política de confiscos e nacionalizações levada ao extremo, a ausência de estruturas administrativas, a criação de tribunais populares revolucionários, o êxodo de cerca de 300 mil portugueses que detinham o poder econômico, etc., que conduzem o País a uma inelutável agonia económica (AMARAL, 2004, p. 52).

Assim, após séculos de dominação portuguesa, seguidos por anos de luta pela independência aos quais se seguiram os da guerra civil, Angola – assim como outros países de colonização portuguesa – encaram décadas de recessão econômica e social. De modo que para Amaral (2004), o período da Primeira República

Constituiu um erro de estratégia política e econômica, um paradoxo, alicerçar a construção de uma sociedade socialista, apoiada por uma estratégia capitalista no desenvolvimento do sector petrolífero, num país com as características económicas, sociais e culturais de Angola, após cinco séculos de colonização (AMARAL, 2004, p. 68).

Nesse sentido, Kabengele Munanga (1993) traz um questionamento sobre a independência dos países africanos em geral, mas muito pertinente para a realidade de Angola, quando afirma que:

Naquela euforia geral dos anos 60, talvez não fosse o momento, na cabeça das massas, de pensar nas dificuldades de aprendizagem em autogovernar-se, mas de dominar os sofisticados mecanismos de relações internacionais (econômicas, diplomáticas...). A independência significava, a justo título, para todos, o fim das barreiras sociais e raciais, a desmistificação da inferioridade natural dos africanos e o desmantelamento do velho espectro da superioridade natural do branco. Representava um momento de ruptura entre um passado de humilhação, de desumanização, de exploração e um futuro diferente a ser construído (MUNANGA, 1993, p. 103).

Para as elites africanas em geral, a independência significou tomar a posição dos brancos e usufruir de todas as vantagens dela decorrentes. Não se pensou em aprender a

autogovernar-se, como analisado por Munanga (1993), mas sim que havia a necessidade de acabar com o regime colonial. Como consequência, esses países enfrentam grandes dificuldades no setor econômico, político e social.

A economia africana é, desde a colonização, uma economia orientada e controlada do exterior. Sua infra-estrutura é ainda colonial apesar dos esforços de alguns dirigentes conscientes. A velha ordem econômica internacional se mantém apesar dos discursos e das declarações feitas nos foros mundiais para transformá-la numa "nova ordem", que repartiria equitativamente as riquezas do mundo. A pilhagem da África, que começou com o tráfico negreiro, a escravidão e a colonização, se prolonga hoje através da chamada "troca desigual": o preço muito baixo das matérias-primas agrícolas e minerais em contraposição ao superfaturamento dos produtos e bens de consumo e equipamento produzidos pelos países desenvolvidos (MUNANGA, 1993, p. 105).

Constata-se, assim, uma impossibilidade – não somente de Angola, mas da África em geral – desse Estado pós-colonial corresponder às expectativas da população. Isso porque, dentre outros fatores, os governantes não transformaram as estruturas de modo que pudessem servir ao povo ao invés das classes dominantes mundiais (NZONGOLA-NTALAJA, 2011).

Sobre a independência linguística, Timbane, Quebi e Abdula (2014) afirmam que:

Com as independências, os PALOP's erraram mais uma vez por atribuir às línguas autóctones funções sociais específicas, porque entendemos que é nesse período que se poderia declarar a independência linguística. Pretendemos dizer que os líderes africanos, ao invés de valorizar as línguas africanas deram prestígio a língua do colonizador alegando que iriam provocar contendas étnicas (TIMBANE; QUEBI; ABDULA, 2014, p. 194).

Partindo da ideia de que a língua portuguesa daria para os novos governantes a possibilidade de continuar a dialogar com o mundo ocidental, assim como Portugal fazia, as línguas autóctones foram confinadas ao estatuto de tribais, de pequenos grupos e, portanto, sem dimensão e poder no país. Isto, porque, os colonizadores portugueses não buscaram introduzir essas línguas de forma mais ampla no território, pelo contrário, elas eram proibidas como instrumento de comunicação social. Tratou-se, portanto, de uma política linguística de inferiorização das línguas autóctones.

As línguas autóctones foram mantidas nessa posição inferior à língua portuguesa de forma a retardar o aparecimento da consciência nacional: "A impossibilidade de obter instrução materna, a degradação cultural e o esquecimento das tradições são sequelas do colonialismo mental" (LOPES *apud* TIMBANE; QUEBI; ABDULA, 2014, p. 187). Demonstrando assim os efeitos no campo psicológico da dominação colonial.

Dessa forma, os desejos que os indivíduos sonharam realizar no pós-independência foram destruídos pelos governos que se estabeleceram. Os compromissos com a democracia, o desenvolvimento econômico, a solidariedade pan-africanista perderam espaço quando as elites governantes se interessaram mais por defender seus interesses de classe. A visão de desenvolvimento ocidental foi adotada pelas elites governantes de forma que elas tomaram para si o papel de "elites da modernização" (NZONGOLA-NTALAJA, 2011).

Tendo lutado durante muito tempo para serem integrados na sociedade colonial como europeus honorários eles tinham, de acordo com Frantz Fanon "o desejo permanente de identificação com a burguesia metropolitana". Assim, embora tivessem inicialmente expressado o compromisso com os ideais da democracia, de desenvolvimento econômico e de unidade pan-africanista, as realidades práticas da governança os fizeram substituir essas aspirações ideológicas pelos interesses egoístas da classe (NZONGOLA-NTALAJA, 2011, p. 119).

Portanto, o cenário com o qual nos deparamos hoje ao analisar a situação de Angola é marcado por profundas contradições decorrentes desde os discursos dos movimentos que desejavam a independência até o momento em que essa tão sonhada independência é conquistada. A guerra civil e a crise serviram de álibis para a prorrogação da instituição da democracia em detrimento da administração do Estado e do controle sobre o território e a população. De modo que é possível afirmar que não houve uma ruptura entre o período colonial e o pós-independência e, sim, uma descolonização, na qual o colonizador português não está mais presente, mas sua imagem permanece sendo reencenada pelos próprios angolanos.

4.1.1 A língua e a formação do Estado-Nação

A dinâmica dos tipos de diversidade linguística existente em muitos países africanos, constituída pela coexistência entre línguas ex-européias e autóctones, afecta diretamente o processo de formação das Nações-Estado, já que se levantam tensões originadas pela complexa relação entre a diversidade linguística e a formação das Nações-Estado. A diversidade linguística e a correspondente diversidade sociocultural impõem constrangimentos à integração de diferentes grupos sociais numa comunidade política, económica e sociocultural unitária (FIRMINO, 2005, p. 19).

Como já mencionado na Introdução deste trabalho, em Angola a língua portuguesa coexiste com outras 34 línguas étnicas. Essas línguas formam universos de sentidos e

significados únicos a cada uma dessas etnias, de modo que cada uma interpreta a realidade baseada em diferentes gamas de significados.

Os grupos étnicos são mais pequenos, mais baseados na ancestralidade comum e mais permanentes na história humana, enquanto as nações têm uma especificidade temporal e espacial. Note-se também que o estatuto de membro de um grupo étnico é essencialmente exclusivo ou atributivo, isto é, supostamente baseado em atitudes inatas. As nações são mais inclusivas e são mais definidas sob o ponto de vista cultural e político (FIRMINO, 2005, p. 20).

Em Angola, é possível observar uma situação linguística muito particular, não compartilhada por todos os países que foram colonizados pelos portugueses e que tem a língua portuguesa como língua materna: não há a criação de uma língua intermediária como o caso do crioulo, por exemplo. Sobre essa questão, Timbane, Quebi e Abdula (2014) afirmam que isso se dá porque:

Os vastos territórios, o grande número da população e a dispersão das etnias pelo território faz com que não surgissem casos de pidgins nem crioulos. O português continuou a ser usado especificamente nas grandes cidades e com o contato entre os portugueses e as línguas africanas permaneceu isolado, quer dizer, cada um atuando no seu espaço. Veja-se que o português foi adotado como língua oficial destes países mesmo não sendo língua predominante para maior parte das populações conhece e tem habilidade em falar como as suas línguas maternas; as línguas nacionais passaram a exercer o seu papel em ambientes informais e confinadas aos círculos residências periurbanos e rurais, lugares onde habitam a maior parte da população. O português continuou sendo a única língua de ensino e da administração (TIMBANE; QUEBI; ABDULA, 2014, p. 189).

Nelson Pestana (2006) afirma que em um Colóquio sobre a "Língua Portuguesa em África" foram analisadas razões de ordem política, pedagógica e pragmática que justificam a escolha dos cinco países africanos recém independentes pela língua portuguesa como língua oficial. A primeira, de ordem política, estaria relacionada à unidade dos territórios e à necessidade de manutenção do espaço da lusofonia; a pedagógica seria por proporcionar uma continuidade do ensino e o acesso à informação; de ordem pragmática, por haver a necessidade de uma integração econômica e a língua portuguesa proporcionava uma vantagem no sentido de ser mais "universal" (PESTANA, 2006).

O autor afirma ainda que a opção pela língua portuguesa em Angola não é somente política, mas histórica, cultural e social, no sentido de que, para além de um "espólio de guerra", a língua portuguesa é um denominador comum nas diversas vias da angolidade podendo ser considerada também como "nacional", considerando que a própria angolidade

é fruto dos conflitos e cooperações entre as culturas angolanas e portuguesa (PESTANA, 2006).

A angolanidade é construída, segundo Manuel Jorge (2006),

com tudo aquilo que a História legou ao povo angolano: o substracto negro-africano e os elementos da cultura dominante que, ao longo dos séculos, penetraram até ao fundo do inconsciente popular. (...) Ela parte do princípio de que não há cultura pura, como não há raça pura (JORGE, 2006, p. 8).

A angolanidade é um conceito que foi criado nos anos 1960 para expressar a identidade do angolano, num momento em que se desenrolavam inúmeros acontecimentos político-militares no país. Para Manuel Jorge (2006), a angolanidade apresenta um elemento linguístico, que é o uso da língua portuguesa como elemento aglutinador da Nação, e também o elemento psicológico, que consiste no conjunto de formas de pensar, sentir e viver na sociedade e que, apesar da influência portuguesa, a sociedade angolana não foi completamente diluída pela cultura dominante e sim se adaptou.

Seguindo a proposta de distinção entre grupo étnico e nação proposta por Firmino (2005), chega-se à esfera política, em que a política étnica se preocupa prioritariamente com a proteção dos membros do grupo no Estado sem reivindicações de território próprio, enquanto que uma política nacionalista busca a autodeterminação nacional ou de governo próprio dentro do território nacional.

A partir disso, quando pensamos na nação angolana, que procura se definir após a independência, visualizamos um obstáculo de grandes proporções que se define principalmente por questões linguísticas: como se constrói um Estado-Nação, cuja definição é a de uma comunidade homogênea cujos indivíduos compartilham de uma mesma língua e cultura, em um país com diferenças étnicas tão bem definidas?

Essa problemática se coloca para os países africanos de modo geral, como apresentado por Munanga (1993), quando observa que:

A questão da democracia e da construção de um Estado-Nação no modelo ocidental é uma das mais cruciais na África hoje. Pensava-se, no início dos anos 60, que a transferência do poder era apenas um problema de constituições. Estas foram elaboradas nos modelos ocidentais (bicameralismo e presidencialismo) e dadas de presente aos africanos na véspera das independências de cada país. Esqueceu-se que a democracia era uma invenção e uma conquista ocidental e que não fazia parte das concepções de mundo das sociedades africanas tradicionais, além do fato de que os próprios sistemas coloniais não a aplicaram aos africanos durante a vigência da dominação, salvo raras tentativas nos últimos anos de colonização (Senegal, Nigéria, Gana) (MUNANGA, 1993 p. 106).

Firmino (2005) afirma que, conforme a compreensão de nacionalidade foi avançando, o conceito de nação foi se aproximando da análise de como uma nação é sentida e se torna parte das consciências dos indivíduos e como se dá seu processo construtivo sócio-histórico. Nessa perspectiva, a nação não seria mais uma homogeneização cultural, "(...) mas antes ela é um produto de crenças ideológicas que são permanentemente determinadas por contingências sócio-históricas (FIRMINO, 2004, p. 24).

Benedict Anderson (2008) afirma que a nação é mais uma comunidade imaginada – uma construção cognitiva e ideológica – do que um grupo de pessoas que vive sob um mesmo conjunto de traços culturais. Nesse sentido, é conveniente o seguinte questionamento: é possível afirmar que a sociedade angolana pós-independência seja uma comunidade imaginada?

Mais precisamente, Anderson (1991 [1983]) argumenta que a nação moderna é uma <comunidade imaginada> cujos membros não sabem muito sobre os seus co-membros, embora exista, em cada mente, um sentido de comunhão que os une. A nação é imaginada na mente dos seus membros como limitada, já que ela só compreende parte da humanidade e é distinta das outras nações; como soberana, porque é independente no tocante à legislação interna; e, acima de tudo, como uma unidade fraternal na qual existe um profundo espírito de camaradagem horizontal, não obstante as desigualdades e a exploração que seus membros podem sofrer (FIRMINO, 2005, p. 24).

No que diz respeito à língua, para Anderson (2008), a emergência dessa nova consciência nacional estaria associada à língua vernácula, que torna possível a conexão entre os co-leitores, que por estarem ligados a um mesmo campo linguístico, sentem que pertencem a um mesmo tempo e espaço (FIRMINO, 2005). Além disso, para Anderson (2008) uma nação pode ser imaginada mesmo que não tenha uma comunidade linguística homogênea, o importante é que seus membros a imaginem na base de uma mesma língua escrita.

O nacionalismo requer apenas que os membros de uma nação imaginem a sua comunidade nacional através da mesma língua. Além disto, a imaginação de uma nação não requer uma língua autêntica. (...) Para B. Anderson, é sempre um erro tratar as línguas nacionais como emblemas da nacionalidade, tal como as bandeiras, o traje ou as danças folclóricas. A importância de uma língua nacional reside na sua capacidade de gerar comunidades imaginadas, isto é, de construir solidariedades particulares (FIRMINO, 2005, p. 25).

A partir dessas análises de Benedict Anderson (2008) e Gregório Firmino (2005) é possível estabelecer uma relação direta sobre a formação da sociedade angolana após a independência de Portugal. A língua portuguesa foi oficializada como língua oficial porque,

segundo os dirigentes do MPLA, era um elemento comum a todo o território angolano. Assim, mesmo com todas as diferenças culturais dos grupos étnicos e suas respectivas línguas, existe em Angola o sentimento de unidade através da língua portuguesa que possibilita a esses indivíduos ter a ideia de pertença a uma nação, mesmo que essa língua não tenha sua origem em Angola. Podemos, portanto, considerar Angola uma "comunidade imaginada".

A questão crucial que se coloca aos dirigentes dessas nações em construção é como criar uma identidade nacional que se sobrepõe às identidades étnicas existentes e capaz de conter e de canalizar estas últimas no sentido de favorecer a unidade e a formação da consciência nacional. De outro modo, como criar uma identidade nacional sem prejudicar as identidades étnicas e regionais que são fontes de diversidades e portanto de riqueza cultural e no mesmo tempo ameaçadoras da unidade nacional, pois manipuladas política e ideologicamente na luta pelo poder? A ideia de que a etnicidade não oferece uma base sólida para construir uma nação moderna levou a pensar que o Partido Único seria uma solução viável para impor as realidades políticas modernas baseadas na "Nação" em oposição ao "eticismo" desestabilizador (MUNANGA, 1993, p.108).

Assim, o Estado pós-colonial não foi pensado pelos dirigentes do MPLA como uma possibilidade de abarcar todas essas etnias em uma situação de cooperação interétnica. A maior preocupação dos movimentos nacionalistas era retirar completamente o Estado burocrático das mãos dos colonizadores e não, por exemplo, mudar as fronteiras territoriais da colônia, o que, como já mencionado anteriormente, teve sérias consequências para a organização social. De modo geral, os estados africanos não foram capazes de ultrapassar os limites impostos pelo pluralismo cultural, pela escassez de recursos e dependência em relação às antigas metrópoles (FIRMINO, 2005).

4.1.2 A perspectiva Sociolinguística

A teoria Sociolinguística é uma subárea do conhecimento da Linguística que estuda a língua dentro de seu contexto social, o que a torna um elemento fundamental para a análise proposta por esse trabalho, que busca relacionar a língua portuguesa com a construção da sociedade angolana pós-independência.

Firmino (2005) traz uma importante relação estabelecida por Pierre Bourdieu (1977) sobre os processos de legitimação das práticas linguísticas. A partir de uma comparação com o mercado econômico, Bourdieu demonstra que uma comunidade linguística nada mais é do que um campo linguístico de produção em que as forças dominantes são as mesmas do

mercado, pois determinam um valor às diferentes práticas linguísticas que estão em concorrência umas com as outras.

Ou seja, o valor dado às práticas linguísticas geram uma distinção que se estabelece dentro das relações sociais, políticas e econômicas da sociedade. Ora, em Angola essa situação é claramente representada quando observamos o caráter de distinção e prestígio que tem a língua portuguesa em comparação às línguas étnicas. O conhecimento da língua portuguesa possibilitava ao indivíduo, no período colonial, o reconhecimento como assimilado e, portanto, ser membro de uma elite que tinha acesso a inúmeras vantagens sociais - situação de distinção que se manteve na sociedade pós-colonial.

Mais ainda, uma vez que a competência linguística funciona como um capital simbólico que assegura o acesso aos recursos simbólicos e materiais, os que dominam o campo linguístico de produção, reprodução e recepção de produtos linguísticos tenderão a favorecer e a proteger as suas práticas linguísticas (FIRMINO, 2005, p. 39).

A partir do trecho transcrito acima, é possível pensar na escolha feita pelo MPLA em manter a língua portuguesa como língua oficial do país independente. Seus dirigentes faziam parte de um grupo de indivíduos que estavam inseridos em um universo social à parte do restante da população. Nessa situação de elite assimilada, encontravam inúmeras possibilidades de acesso a melhores condições de vida e poder não experienciadas por aqueles que não faziam parte desse grupo.

A verdade é que o Estado monolíngue e monocultural representa uma utopia (Hamel, 2008), apesar de ser uma utopia poderosa e conveniente às ideologias ocidentais do mundo atual. Quando o planejamento linguístico privilegia determinada língua como língua estatal em detrimento das outras envolvidas no contexto plurilíngue, é inevitável a exclusão dos cidadãos de processos educacionais, dos meios de comunicação, dos discursos oficiais, das publicações, das leis, etc. (PONSO, 2001, p. 5).

Nesse sentido, a discussão avança para a compressão da economia política por trás das práticas linguísticas quando se observa que a capacidade de representação da língua é influenciada pelas relações de poder que "definem o campo linguístico e que configuram o contexto social em que o uso da língua ocorre" (FIRMINO, 2005, p. 40). A língua é também, portanto, um indicador das relações existentes entre os diversos grupos sociais de uma sociedade.

Além da perspectiva de definição da língua oficial baseada em relações internas na sociedade, há também a justificativa de que a língua portuguesa possibilitaria o acesso a relações internacionais, o que não ocorreria com a adoção de uma língua étnica como língua

oficial. Nesse caso se define uma língua internacional, na sociolinguística chamada de LWC³⁰, em detrimento de uma língua étnica como língua oficial.

Ainda mais, esta abordagem destaca o facto de as práticas linguísticas reflectirem simbolicamente as relações de poder que influem nas interacções sociais. As práticas linguísticas estão intrinsecamente ligadas aos processos políticos e socioeconómicos que operam aos níveis nacional e internacional, um facto que deverá ser examinado numa análise que pretenda compreender as implicações sociais do uso da língua (cf. Bourdieu 1977a; Gal 1987; 1989) (FIRMINO, 2005, p. 41).

Assim, ao definir uma língua comum para um Estado-Nação estaria se estabelecendo o elo de integração dos indivíduos e possibilitando a instituição de políticas económicas e sociais que atingissem a todos. Porém, isso não implica que o acesso a essas políticas será igualmente distribuído a todos os indivíduos dentro dessa sociedade, pois como já observado, seus membros não estão igualmente posicionados. Logo, falar uma mesma língua não implica em um desenvolvimento de valores culturais similares (FIRMINO, 2005).

Nesse sentido, a oficialização da língua portuguesa em Angola – assim como em outros países africanos que oficializaram a língua colonial – é acompanhada de uma carência de políticas que permita o acesso da maioria dos cidadãos a ela ou que promova medidas de institucionalização e promoção de línguas étnicas. Novamente, isso se caracteriza como uma estratégia "através da qual a política linguística é usada pelos que estão no poder para o manter, bem como os seus privilégios" (FIRMINO, 2005, p. 45).

Por fim, outra questão levantada pela instituição das LWC em países pós-coloniais é de que elas sofrem transformações. Essas línguas são adaptadas num processo sociolinguístico chamado de "nativização"³¹, comprovando que elas não são estáticas e se transformam num processo de adaptação à realidade sociocultural e política (FIRMINO, 2005). Esse processo pode ser observado na língua portuguesa em Angola, quando se mistura às línguas étnicas e é também utilizado em defesa da afirmação de que essa língua portuguesa de Angola não é mais a língua do colonizador e sim a do angolano.

4.2 As teorias pós-coloniais e a literatura angolana

As teorias pós-coloniais aparecem no cenário académico ao final dos anos 70 do século XX, devido principalmente ao fim do colonialismo em grande parte das colónias em

³⁰ LWC: línguas de comunicação mais ampla, derivado de *language of wider communication*.

³¹ Luandino Vieira é um exemplo do processo de nativização da Língua Portuguesa.

África e em Ásia. Na ocasião de seu surgimento, fazia referência não ao período histórico pós-colonial, “mas sim ao fim das ilusões dos projetos nacionais levados a cabo numa série de países recém-independentes” (MACHADO, 2004, p. 19).

Após as independências das colônias, iniciaram-se outros tipos de conflitos nesses territórios: lutas armadas, disputas étnico-raciais, elites governamentais antidemocráticas e corruptas, violência, e muitos outros fatores que causaram na população uma decepção referente ao que se imaginava que seria o processo de descolonização e instituição de nações livres. Nesse sentido, as teorias pós-coloniais pensam esse processo de forma a compreendê-lo e superá-lo.

O pós-colonialismo surgiu também como uma exigência de lugar para a fala, de uma preocupação de fazer valer a voz dos indivíduos de fora do primeiro mundo. (...) Nesta acepção, o que caracterizaria uma situação pós-colonial seria uma relação de insuficiência representacional, ou seja, uma incapacidade crônica dos sujeitos de expor sua própria narrativa sobre os fatos (MACHADO, 2004, p. 20).

Neste sentido, cabe aqui relacionar às teorias acadêmicas pós-coloniais, de autores como Stuart Hall (2001), Homi Bhabha (1998), Frantz Fanon (1968), dentre outros, o trabalho e a crítica presente na literatura pós-colonial. A literatura, por vezes, torna-se um instrumento de difusão de ideais nacionalistas e a literatura africana, diferentemente da literatura europeia, possui um aspecto étnico e cultural.

Para Boaventura de Sousa Santos (2003), o pós-colonialismo deve ser compreendido em duas principais acepções: em um primeiro momento, considera-se o período histórico após as independências, em um segundo, enquanto um conjunto de práticas que busque situar o colonizado no centro das narrativas:

O pós-colonialismo deve ser entendido em duas acepções principais. A primeira é a de um período histórico, aquele que se sucede à independência das colônias, e a segunda é a de um conjunto de práticas e discursos que desconstruem a narrativa colonial escrita pelo colonizador e procuram substituí-la por narrativas escritas do ponto de vista do colonizado. Na primeira acepção o pós-colonialismo traduz-se num conjunto de análises econômicas, sociológicas e políticas sobre a construção dos novos Estados, sua base social, sua institucionalidade e sua inserção no sistema mundial, as rupturas e continuidades com o sistema colonial, as relações com a expotência colonial e a questão do neocolonialismo, as alianças regionais etc. Na segunda acepção, insere-se nos estudos culturais, lingüísticos e literários e usa privilegiadamente a exegese textual e as práticas performativas para analisar os sistemas de representação e os processos identitários (SANTOS, 2003, p.26).

Assim, enquanto que a literatura europeia se baseia em uma Nação já construída, a literatura africana não possui essa base e procura introduzir-se no processo de construção do “nacional”, ela assume a responsabilidade de construir uma Nação condizente com a identidade daqueles para os quais fala.

A literatura nos países africanos de língua portuguesa (ex-colônias e, portanto, encaixam-se na “teoria pós-colonial”) são em sua maioria retratos histórico-sociais que ultrapassam as barreiras da ficção.

É que não raro é apenas por via da literatura que as linhas do pensamento intelectual nacional se revelam, e se vêm revelando, em termos de várias visões sobre o país e identidades sociais, colectivas e segmentais, conformadas nas diversas perspectivas e propostas textuais (MATA, 2007, p. 28).

Segundo Inocência Mata (2007), isso decorre do fato de que, durante o regime monopartidário, a liberdade de expressão estava cercada de interesses em nome dos desígnios impostos pela consolidação da pátria, e justamente o lugar onde seria possível encontrar informações sobre outros pontos de vista – fatos que eram omitidos dos discursos oficiais – era na literatura.

O ponto de partida desse protocolo de transmissão de “conteúdos históricos” é a ideia de que o autor – em pleno domínio e responsabilidade sobre o que diz, ou faz as suas personagens dizerem – psicografa os anseios e demónios de sua época, dando voz àqueles que se colocam, ou são colocados, à margem da “voz oficial”: daí poder pensar-se que o indizível de uma época só encontra lugar na literatura – ou, porque a História é parcial e parcelar, como equaciona José Saramago, pensar-se que a “ficção desafia a História como discurso que a reinventa e compensa a sua parcialidade” (MATA, 2007, p. 29).

A autora afirma ainda que a condição híbrida não é exclusiva de sociedades pós-coloniais. Antes mesmo da colonização portuguesa na África, muitas sociedades já eram comunidades complexas e diásporizadas e, assim sendo, portanto, comunidades multiculturais. Como colocado por Stuart Hall em “Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais”,

A noção de que somente as cidades multiculturais do Primeiro Mundo são diásporizadas é uma fantasia que só pode ser sustentada por aqueles que nunca viveram nos espaços hibridizados de uma cidade colonial do Terceiro Mundo (HALL, 2008, p. 114).

Portanto, no que diz respeito às sociedades africanas, Inocência Mata afirma

Por isso, considerar a hibridez e o sincretismo como particularidades da intersecção cultural dos sujeitos do processo de colonização e, portanto, lugares quase cativos da condição pós-colonial e até dos “pós-coloniais”, é desconsiderar a dinâmica interna das sociedades africanas, acabando por ser, tal postura, uma espécie de ideologia pré-determinada para proclamar a abertura cultural como algo que só pertence a espaços do centro (MATA, 2007, p. 37).

Outra questão apontada pela autora, quando faz a análise das teorias pós-coloniais nas literaturas africanas, é a de que o termo “pós-colonial” carrega uma ambiguidade quando se refere, a princípio, ao fato de que o fim de uma dominação colonial sobre um determinado território não necessariamente implica na “neutralização de seus corolários, permitindo até a internalização de antigas relações de poder opressivas (...)” (MATA, 2007, p. 40).

Sobre a especificidade do pós-colonial no espaço dos portugueses, Boaventura de Sousa Santos (2003) diz que:

À luz dessas duas orientações, o pós-colonialismo no espaço português terá menos de “pós” do que de anticolonialismo. Trata-se de um pós-colonialismo desterritorializado, porque dirigido contra uma engenharia de injustiça social, de dominação e de opressão que dispensa os binarismos modernos em que assentou até agora o pós-colonialismo — local/global, interno/externo, nacional/transnacional (SANTOS, 2003, p. 51).

Retomando a análise do autor sobre o papel de Portugal como um “Próspero calibanizado” observa-se como a situação pós-colonial é particular às suas colônias, não podendo ser totalmente enquadradas na concepção anglo-saxônica do termo. Um dos elementos responsáveis por essa particularidade é o fato da existência de uma *intelligentsia* intelectual, a já analisada elite intelectual. Elite essa que, assimilada, transitava entre a cultura europeia e africana, estando, portanto, em lugar privilegiado em contraposição aos que não eram assimilados: o Caliban prosperizado (MATA, 2003).

Russell G. Hamilton, em *A literatura dos PALOP e a Teoria Pós-colonial* (1999), traz um questionamento presente no estudo de Kwame Anthony Appiah sobre o significado do termo “pós-”: Será que o pós- do pós-modernismo é o pós- do pós-colonial? O que Hamilton (1999) aponta é que o pós-modernismo é, em termos estéticos, vanguardista, e o colonialismo traz uma carga de significadores e referentes políticos e sócio-econômicos:

Portanto, os antigos colonizados e os seus descendentes, mesmo com o fim do colonialismo oficial, avançam para o futuro de costas, por assim dizer. Isto é, ao contrário dos pós-modernistas, que carregam o passado nas costas mas que fixam os olhos no futuro, os pós-colonialistas encaram o passado enquanto caminham para o futuro. Quer dizer que por mal e por bem o passado colonial está sempre presente e palpável. Está presente na forma de ameaça ou realidade do neocolonialismo, isto sendo uma dependência

econômica com respeito à antiga metrópole e às multinacionais. Os descolonizados ainda têm que viver com a herança indelével do colonialismo (HAMILTON, 1999, p. 17).

Dentre as preocupações de intelectuais e escritores africanistas e africanos, está a preocupação com o uso da língua do colonizador, uma língua que carrega toda uma bagagem cultural que outrora representava uma dominação. Para alguns autores, como José Luandino Vieira, os angolanos utilizarem-se da língua portuguesa como língua oficial de seu país liberto, era como um “‘troféu de guerra’, pelo qual milhares de angolanos morreram durante a guerra de libertação” (HAMILTON, 1999, p. 17).

É no mesmo sentido que Manuel Rui, importante autor angolano, justifica a utilização da língua portuguesa para a produção de uma literatura que busca afirmar uma cultura que vem de uma tradição oral que não foi reconhecida pelos colonizadores quando chegaram ao continente africano:

É certo que podias ter pedido para ouvir e ver as estórias que os mais velhos contavam quando chegaste! Mas não! Preferiste disparar os canhões. (...) Mais tarde viria a constatar que detinhas mais outra arma poderosa além do canhão: a escrita. E que também sistematicamente no texto que fazias escrito inventavas destruir o meu texto ouvido e visto. Eu sou eu e a minha identidade nunca a havia pensado integrando a destruição do que não me pertence (RUI, 1985).

A citação acima foi retirada do texto *Eu e o outro – o invasor ou em poucas três linhas uma maneira de pensar o texto* de Manuel Rui (1985), onde o autor fala sobre como a chegada do colonizador português, baseando-se na premissa de que um povo que não possui uma história escrita não tem passado, acaba “matando” a tradição oral africana. O autor problematiza a questão da identidade a partir do momento em que a escrita passa a ser considerada legítima e quem a escreve é o outro:

Mas e a escrita? A escrita. Finalmente apodero-me dela. E agora? Vou passar o meu texto oral para a escrita? Não. É que a partir do movimento em que eu o transferir para o espaço da folha branca, ele quase morre. Não tem árvores. Não tem ritual. Não tem as crianças sentadas segundo o quadro comunitário estabelecido. Não tem som. Não tem dança. Não tem braços. Não tem olhos. Não tem bocas. O texto são bocas negras na escrita quase redundam num mutismo sobre a folha branca. O texto oral tem vezes que só pode ser falado por alguns de nós. E há palavras que só alguns de nós podem ouvir. No texto escrito posso liquidar esse código aglutinador. Outra arma secreta para combater o outro e impedir que ele me descodifique para depois me destruir (RUI, 1985).

No trecho acima, o autor sintetiza a diferença que há entre o saber escrito e o saber oral dos povos africanos. Quando a língua é dominada e os autores têm a liberdade de

escrever suas histórias, sobre o que irão escrever? Sistematizarão todo o saber que era transmitido de forma oral? Não. Como o autor afirma, o simples fato de se colocar em palavras tudo o que os mais velhos ensinavam aos mais novos – com gestos, música, dança, entonações, caras e bocas – praticamente “mata” sua história, acaba com todo o encanto e o contexto através dos quais a história era transmitida. Além do que, muito dessas histórias não pode ser traduzido em palavras, muito menos na língua do “outro”.

Como o autor africano deve então se apropriar da escrita para reproduzir sua história? No mesmo texto, Manuel Rui define a forma como ele age frente a essa questão:

No texto oral já disse: não toco e não o deixo minar pela escrita, arma que eu conquistei ao outro. Não posso matar o meu texto com a arma do outro. Vou é minar a arma do outro com todos os elementos possíveis do meu texto. Invento outro texto. Interfiro, desescrevo para que me conquiste a partir do instrumento de escrita um texto escrito meu, da minha identidade. Os personagens do meu texto têm de se movimentar como no outro texto inicial. Têm de cantar. Dançar. Em suma temos de ser nós. ‘Nós mesmos’. Assim reforço a identidade com a literatura (RUI, 1985).

Essa característica de relacionar discursos da história e da literatura é marcante na literatura angolana contemporânea, que parte do esforço de resgatar a dignidade do indivíduo angolano reelaborando e se apropriando de uma linguagem literária que antes o situava como coadjuvante:

E o que tem feito a literatura angolana senão, com competência literária, procurar colocar o leitor como participante de uma história que está sendo tecida, cujo desenrolar depende dele? Trata-se de uma história que traz as marcas violentas do colonialismo e de uma literatura que, historicamente, tramou o resgate da dignidade do homem angolano, utilizando-se de uma multiplicidade de procedimentos narrativos (BACCEGA, 1993, p. 138).

Inocência Mata (2010) afirma que a dialética da relação existente entre a literatura e a história nas obras pós-coloniais que tem a História como base fundamental, é de complementaridade. Para a autora, o romancista interage com o passado como um historiador que tem como objetivo de trazer a tona fatos que foram eventualmente obscurecidos (ALGARVE, 2016).

No vazio de um período roído pelo desencanto político-ideológico – anos 80 e 90 do século XX –, e pelo questionamento das verdades absolutas de que resultaram perdas físicas, culturais, afectivas para o país, a literatura angolana (mormente a ficção, porém também a poesia) encetou uma busca de um sentido nacional com recurso a estratégias, por vezes aparentemente centrifugantes, e, deste modo, uma demanda problematizante sobre a construção de uma história com base numa só versão, fosse de matriz

colonial(ista) ou anticolonial-nacional(ista) (MATA *apud* ALGARVE, 2016, p. 28).

E ainda:

Assim também o contexto discursivo dessas [metaficções historiográficas] represente possibilidades de releituras do passado, expressões de reinterpretação para, como já foi assinalado, moldá-lo às exigências das interpretações eficazes e iluminar segmentos sociais, idéias e eventos históricos antes na opacidade (MATA, 2003, p. 60).

É por isso que, de acordo com Maria Aparecida Baccega (1993), essa apropriação que a literatura angolana faz da oralidade é tão revolucionária:

Ela representa, sem dúvida, esse resgate da dignidade: ela antecipa, na escrita, o caminho da construção do que já se chegou a chamar de "pretuguês". Ao lado desse procedimento linguístico, à literatura angolana cabia a condição de fazer aflorar a história do angolano, a qual só se manifestava sufocada e/ou distorcida pela visão folclórica que o colonialismo divulgava (BACCEGA, p. 140)

A autora afirma ainda que uma preocupação constante para a maioria dos escritores é a de contribuir para que a população tome consciência de elementos essenciais para a identificação com o nacional. De modo que a questão do pluralismo étnico de Angola se torna também um desafio para essa literatura, uma vez que as raízes dessa cultura estão entrelaçadas entre si – inclusive com a cultura portuguesa.

Em Algarve (2016), encontramos referência à obra *A Geração da Utopia* de Pepetela como uma obra importante no cenário da literatura pós-colonial. Hamilton (1999) e Mata (2010) consideram que essa obra retrata justamente a realidade dos angolanos quando enfrentam o fim da utopia de uma nação livre, quando, com o fim da guerra de independência, inicia-se a guerra civil. Além disso, para Mata (2010):

No entanto, de entre estes, não é temerário afirmar que a obra de Pepetela tem sido aquela que se revela mais sistemática neste processo de interrogar a história para a compreensão do presente. Na verdade, como qualquer narrativa histórica do tipo auto-reflexivo, a ficção de Pepetela não se limita a reproduzir os acontecimentos que o discurso da História registrou como factos, mas intenta também descircunstacializar os símbolos através dos quais se construiu, na literatura, uma estrutura icónica desses eventos, uma imagem através da qual um acontecimento fica registrado na memória colectiva e funciona no imaginário cultural, de que a literatura constitui sempre uma vertente fundamental – sobretudo num país jovem. Porém, se tal acontece, vale dizer que, nesse diálogo existe um outro interlocutor, que é o próprio sistema literário angolano (MATA *apud* ALGARVE, 2016, p. 28).

"O sonho do nacionalismo, de uma Nação africana unificada e livre das amarras coloniais é o tema tratado na obra *A Geração da Utopia*, assim como o fracasso do nacionalismo que desencadeou todo o desencanto de uma geração" (ALGARVE, 2016, p. 29). Dessa forma, observamos que as questões colocadas para os indivíduos em Angola, com o fim da dominação colonial, estão presentes nessas obras literárias em que, além de apontar uma nova visão histórica, o autor também procura o fazer de modo que isso seja agregado ao "imaginário cultural".

Nesse sentido, Inocência Mata (2003) afirma que as literaturas africanas de língua portuguesa se encontram em uma "encruzilhada" de dupla demanda:

a catarse dos lugares coloniais, ainda não processada, uma vez que o colonial é ainda uma presença obsidiante, e não apenas na literatura, e a revitalização de uma nova utopia que os escritores buscam através de estratégias centrífugas (várias técnicas e estratégias de pluralização do corpo da nação), mas de efeito centrípeto (o "repensamento" do projeto monolítico de nação e de identidade nacional, mas buscando construir uma nação (MATA, 2003, p. 49).

Portanto, a literatura em Angola tem como "missão" contribuir para a criação de um sentimento de pertença, de representação do lugar do indivíduo na história do próprio país, a construção da história de Angola buscando elementos culturais na tradição oral, algo que não foi uma preocupação das elites governantes. De forma que a pluralidade cultural está presente na pluralidade literária, no qual existem diversos autores, com o mesmo objetivo, falando de diversos lugares de Angola, como afirma Nelson Pestana (2006):

O discurso que é produzido em Língua Portuguesa aparece como um discurso fortemente personalizado e marcado pelo meio envolvente, a partir do qual os nacionalistas procuram construir um Eu colectivo e identitário em nome do qual vão sustentar uma reivindicação nacional (estatal). Por isto, um dos meios de realização do "*sentimento comum de pátria*", de que falava Agostinho Neto no texto de proclamação da independência, é precisamente a Língua Portuguesa; ela aparece assim, desde logo, como um dos esteios da tão almejada "unidade nacional". Finalmente, não se pode deixar de constatar que a Língua Portuguesa está em franca progressão em prejuízo das demais e que, sendo seguro que não é a pátria de vários povos, é, seguramente, uma língua de várias pátrias ou, pelo menos, uma língua de vários hinos nacionais (PESTANA, 2006, p. 155).

Pode-se abstrair da afirmação de Pestana (2006) que não existe uma Angola, mas existem várias angolas visualizadas pelos membros de diversos espaços culturais definidos pelas etnias. Assim, um primeiro esforço para uma literatura acessível a todos seria o de publicar obras nas línguas nacionais africanas.

Fonseca (2009), em diálogo com Inocência Mata (2007), afirma pautado, inclusive pelo contexto da Guerra Civil angolana, que a deficitária política educacional angolana

acarretou que milhões de pessoas de diferentes etnias estivessem alijadas da cidadania (já tão precária em Angola) pelo fato de não se comunicarem em português. É Mata (2007) quem esclarece:

Deve caber, pois, ao Estado, supostamente preocupado com a Cultura nacional ou o exercício da cidadania, trabalhar (e não apenas através de discursos) para reverter essa situação de exclusão da cidadania de falantes de outras línguas que cada vez se vêm tornando cada vez mais periféricas e folclóricas ... Já Boubacar Diarra, técnico da UNESCO que nos anos 80³² trabalhou no Instituto de Línguas Nacionais, falava da extinção gradual da língua kimbundu... (Mata, 2007, p. 158).

Assim com base nesta afirmação de Mata, Fonseca (2009) interpreta que

Ou seja, o que se depreende da afirmação de Inocência da Mata é que o Estado Angolano e diversos estados africanos não estão trabalhando para defenderem efetivamente as línguas nativas de milhões de indivíduos em decorrência de diversos fatores, mas sobretudo os de ordem política e econômica. No entanto, também consideramos que há fatores de cunho étnico-social que envolvem as populações que estiveram na fronteira cultural, material e simbólica com os portugueses ao longo de um longo período de tempo. Todavia, a afirmação de Inocência Mata também nos conduz a interpretarmos que o Estado Angolano não responde a contento as disposições da Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos, mesmo considerando os noticiários diários transmitidos pela TPA (Televisão Popular de Angola) que emitem informações nas seis principais línguas do país, mas todas elas pautadas pela língua portuguesa (FONSECA, 2009, p. 89).

Esse esforço deve ser acompanhado de políticas que priorizem a alfabetização das crianças angolanas nos idiomas maternos, apontando uma necessidade de intervenção do Estado no sentido de preservação linguística, considerando que muitas línguas se encontram em vias de extinção, já que o crescimento da língua portuguesa se faz em detrimento das línguas nacionais.

³² Enfatizamos que é na década de 1980.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As elites africanas têm tendência em explicar todas as dificuldades de seus países a partir dos fatores externos (colonialismo, imperialismo). Um tal argumento tinha alguma força na época colonial, mas hoje os africanos não podem continuar a eximir-se totalmente. Tanto as massas como as elites têm sua parte de responsabilidade nos males que afligem seu continente. A elite dirigente africana, salvo raras exceções, é corrupta e alienada: seu nacionalismo é de fachada, pois serve mais aos interesses estrangeiros e aos dela própria do que aos de seus países (MUNANGA, p. 109).

O presente trabalho buscou contextualizar a língua portuguesa na construção de uma estrutura social de um país multicultural que é Angola. O caminho para que isso se tornasse possível consistiu em aprofundar a análise histórica no período compreendido entre a colonização e o processo de independência, de forma a expandir a visão sobre o pós-independência no país.

Nessa contextualização, foram utilizados trabalhos de autores que tinham como proposta uma outra visão desses processos, superando a versão comumente utilizada, que é a dos colonizadores. Fez-se necessário sistematizar a história de Angola dessa forma, para compreender quais são os elementos coloniais que persistem na sociedade pós-independência e que tornam a construção da Nação uma tarefa tão árdua.

Porém, como afirmado por Kabengele Munanga na citação que inicia essa seção, as elites africanas precisam parar de se eximir da culpa das mazelas de seus países. A colonização causou profundas rupturas na sociedade, como pôde ser observado nesse trabalho, porém as elites que assumiram o governo após as independências tiveram uma tendência em manter as estruturas sociais e as relações de poder que foram organizadas pelos colonizadores.

É por isso que, no título do presente trabalho, fala-se em estrutura social, e não em Nação: a Nação ainda não foi construída em Angola. Existem muitos esforços no sentido dessa construção, principalmente de autores literários, mas, nas atuais configurações sociais e políticas atuais do país observa-se que há muitas barreiras a serem vencidas para se criar uma Nação multicultural. A ideia de Nação e democracia ocidental não atende a essa demanda que é colocada em Angola, assim como em outros países africanos, de modo que essa construção necessita buscar novas bases para além das já existentes e impostas pelo ocidente.

Nesse sentido, a literatura atua com o intuito de criar um sentimento entre os indivíduos de pertencimento a uma Nação, como afirmado por Manuel Jorge (2006): "os membros da nação são, simultaneamente, iguais e diferentes" (JORGE, 2006, p. 6). A língua

portuguesa é considerada, por ser "comum", como um instrumento para colaborar nesse sentido, mas não da forma como se configura em Angola hoje, sendo utilizada como um instrumento de diferenciação entre os indivíduos.

Mesmo que se afirme que a língua é parte da angolanidade, que não é mais a mesma que foi imposta pelos colonizadores portugueses, é possível compreender, a partir das análises desse trabalho, como isso realmente acontece. Assim como as línguas nativas se transformaram com o português, o mesmo aconteceu com a língua portuguesa, porém, quando houve a independência os membros da elite de assimilados ocuparam o lugar dos portugueses dentro de uma sociedade onde ainda estão presentes características de uma sociedade colonial, usando, dentre muitos elementos, a língua portuguesa da mesma forma que era utilizada pelos colonizadores: como um instrumento de diferenciação e poder.

Nesse sentido, concluo este estudo em concordância com todas as questões referentes ao uso da língua portuguesa em busca da construção do sentimento de pertencimento a um Estado-Nação, acima de todas as divergências étnicas. Porém, saliento que, até o presente momento, a elite dirigente de Angola não está totalmente comprometida, de fato, com a criação desse sentimento que é, em contrapartida, uma preocupação muito cara aos literatos angolanos.

Para que seja possível para os angolanos se sentirem como parte de uma Nação angolana livre, há que se desconstruir muitas barreiras impostas pelos portugueses que não foram sobrepostas pelos dirigentes. Neste sentido, vale salientar a afirmação de Fonseca (2009) quando diz:

Ainda se a língua nativa ao menos permitisse interferir na vida social, atravessasse os guichês das administrações ou funcionasse no tráfico postal. Nem isso. Toda a burocracia, toda a magistratura, toda a tecnicidade não entende e não utiliza senão a língua do colonizador, assim como os marcos da quilometragem, os cartazes das estações, as placas das ruas, os recibos, as propagandas referentes à AIDS. Munido apenas de sua língua o colonizado é um estrangeiro dentro do seu próprio país (Memmi, 1997; Fonseca, 2008). Esta realidade também se expressa em Luanda de modo vertiginoso, mesmo com o advento de cursos e disciplinas regulares para a compreensão da leitura e da escrita, como da cultura, expressas nas línguas nativas d'Angola, como o que está sendo realizado pelo curso de lingüística da Universidade Agostinho Neto da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FONSECA, 2009, p. 87).

Assim, primeiramente, cabe pensar em como construir uma democracia em Angola, de modo que todos os indivíduos se sentissem representados, e além disso, as elites dirigentes

teriam que abandonar o papel representado pelos portugueses, que quando houve a independência, passaram a representar sem grandes mudanças.

Em suma, concordamos com a afirmação de Fonseca (2009) quando diz:

a língua portuguesa foi apropriada pelos líderes independentistas angolanos como a língua oficial do novo Estado. Neste contexto, se constata que esta língua convive com as demais línguas nacionais e étnicas em nítida concorrência. No entanto, ela se afirma cotidianamente nos altos escalões do governo e da burocracia, mas também na literatura e na música, portanto no imaginário sociocultural e na realidade concreta como uma língua de prestígio e que hierarquiza grupos, segmentos e indivíduos, particularmente porque ela está associada ao mercado de bens simbólicos e que define o lugar que o indivíduo, grupo ou segmento social ocupa na estrutura e no cotidiano angolano, em particular na cidade de Luanda. Vale ressaltar, todavia que o português é a língua que organiza e estrutura o grande mercado de bens materiais e simbólicos em Luanda e no restante do país, mas não é a língua que monopoliza o mercado das ruas, pois não é a língua do candongueiro³³ e das zungueiras³⁴ (FONSECA, 2009, p. 82).

Ilustração 1: Candongueiro em Luanda³⁵



³³ Motorista e auxiliar de microônibus ou 'van' que prestam serviços de transportes públicos em Luanda.

³⁴ Mulheres que vendem seus produtos a pé, nas ruas e vielas de Luanda.

³⁵ Disponível em: < <http://kilambanews.com/wp-content/uploads/2015/10/32245.jpg>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

Ilustração 2: Zungueiras em Luanda³⁶

As dificuldades para se construir uma Nação em Angola são muitas, pois se trata de um país multicultural com inúmeras particularidades que, até o momento, não foram exploradas de forma positiva. A língua portuguesa se coloca nesse contexto como um instrumento ambivalente: por um lado, apresenta-se como um elemento de suma importância no contexto multicultural angolano mas, por outro, é mantida pelas elites na condição de língua de poder. Cada uma dessas etnias vê Angola a partir de uma perspectiva de realidade diferente, de forma que podemos afirmar que não existe uma Angola, mas várias, muitas perspectivas diferentes, com igualmente diferentes projeções de futuro e democracia para o país.

³⁶ Disponível em: <http://marcolinomoco.com/wp-content/uploads/2010/09/zungueiras%C2%A9malocha_951-1024x698.jpg>. Acesso em: 24 fev. 2016.

REFERÊNCIAS

- ALGARVE, Giovana Mendonça. **O Pós-Colonial e a Literatura em Angola**. 2016. Monografia de Conclusão de Curso - Curso de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, Araraquara, 2016.
- AMARAL, José Gonçalves Dias. **Angola: a crise econômica na 1ª República (1975-1992)**. In.: Lucere: Revista Académica da UCAN, ano 01, nº02, julho 2004, p.49-69.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Mário Pinto de; OLLIVIER, Marc. **A Guerra em Angola**. Lisboa: Seara Nova, 1974.
- BÂ, Amadou Hampâté. **Amkoullel, o menino fula**. São Paulo: Casa das Áfricas/Palas Athena, 2003.
- BACCEGA, Maria Aparecida. História e Arte: Reflexões sobre a literatura angolana. **Revista USP: Dossiê Brasil/África**, São Paulo, v. 18, p.135-143, Jun/Jul/Ago, 1993.
- BALSALOBRE, Sabrina Rodrigues Garcia. **BRASIL, MOÇAMBIQUE E ANGOLA: desvendando relações sociolinguísticas pelo prisma das formas de tratamento**. 2015. Tese (Doutorado) - Curso de Linguística e Língua Portuguesa, Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Araraquara, 2015.
- BENDER, Gerald J. **Angola sob o domínio português – mito e realidade**. Luanda, Col. Ensaio - 21, 2004.
- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BOAVIDA, Américo. **Angola: Cinco séculos de exploração portuguesa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1967.
- BRUNSCHWIG, Henri. **A partilha da África negra**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ANGOLA (CEIC). **Relatório social de Angola (RSA) 2012**. Universidade Católica de Angola (UCAN), Luanda, 2013.
- CHAVES, Rita. A narrativa em Angola: espaço, invenção e esclarecimento. In: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa. **África - Brasil: Caminhos da língua portuguesa**. Campinas: UNICAMP, 2009. p. 101-114.
- DEVISSE, Jean; VANSINA, Jan. A África do século VII ao XI: cinco séculos formadores. In: FASI, Mohammed El (Ed.). **História Geral da África, III: África do século VII ao XI**. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 28. p. 881-929.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1968.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERRO, Marc. **História das Colonizações: das conquistas às independências**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FIRMINO, Gregório. **A questão linguística na África pós-colonial: O caso do português e das Línguas Autóctones em Moçambique**. Maputo: Texto Editores LDA, 2005.

FONSECA, Dagoberto José. As línguas nacionais e o prestigioso português em Angola. In: **Anais do SIELP**. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012.

_____. Angola, Moçambique e Brasil: línguas, identidades e relações étnicas – desafios e interpretações. In: CARDOSO, Clodoaldo M. (Org.). **Convivência na diversidade: cultura, educação e mídia**. Bauru: Cultura Acadêmica, UNESP/FAAC, 2008. p. 41-60.

_____. As fronteiras móveis do continente africano: construções étnicas e estranhas à África. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O Negro na Geografia do Brasil**. São Paulo: Autêntica, 2007. p. 165-173.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. **Novas Regras do Método Sociológico: uma crítica positiva às sociologias interpretativas**. Lisboa: Gradiva, 1996.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: esta é a questão?. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 2, p.201-210, maio/ago. 2006.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

HAMILTON, Russel G. A literatura dos PALOP e a teoria pós-colonial. **Via Atlântica**, São Paulo, v. 3, p.12-22, dez. 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Resultados Preliminares do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola (2014)**. Luanda: INE, 2014.

ISAACMAN, Allen; VANSINA, Jan. Iniciativas e resistências africanas na África central: 1880-1914. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 8. p. 191-218.

JORGE, Manuel. Nação, Identidade e Unidade Nacional em Angola: Conceitos, Preceitos e Preconceitos do Nacionalismo Angolano. **Latitudes**, UNESCO, n. 28, p.3-10, dez. 2006.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra: I.** Mem Martins: Publicações Europa-América, 1972a.

_____. **História da África Negra: II.** Mem Martins: Publicações Europa-América, 1972b.

_____. **Para quando a África?** Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: PALLAS, 2006.

KUKANDA, Vatomene. Diversidade Linguística em África. **Africana Studia.** Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, n. 3, p.101-117, 2000.

LARANJEIRA, Pires. Angola: Periodização. In: LARANJEIRA, Pires. **Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa.** Lisboa: Universidade Aberta, 1995. p. 36-43.

LOPES, Ana Mónica; ARNAUT, Luiz. **História da África:** uma introdução. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.

LWANGA-LUNYIIGO, Samwiri; VANSINA, Jan. Os povos falantes de banto e a sua expansão. In: FASI, Mohammed El. **História Geral da África III: África do século VII ao XI.** Brasília: UNESCO, 2010. p. 169-196.

MACHADO, Igor José de Renó. Reflexões sobre o pós-colonialismo. **Teoria e Pesquisa,** São Carlos, v. 44, p.19-32, jan. 2004. Semestral.

MATA, Inocência. **A literatura africana e a crítica pós-colonial:** reconversões. Luanda: Nzila, Coleção Ensaio – 40, Setembro, 2007.

_____. Refigurando o especto da nação. **O Marrare,** Rio de Janeiro, n. 13, p.1-14, 2010. Semestral.

_____; PADILHA, Laura. **Mário Pinto de Andrade:** Um intelectual na política. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

_____. A condição pós-colonial das literaturas africanas de língua portuguesa: algumas diferenças e convergências e muitos lugares-comuns. In: LEÃO, Ângela Vaz (Org.). **Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa.** Belo Horizonte: PUCMINAS, 2003, p. 43-72.

MATEUS, Dalila Cabrita. **A luta pela independência:** a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC. Mem Martins: Inquérito, 1999.

MEDINA, João. Gilberto Freyre contestado: O lusotropicalismo criticado nas colónias portuguesas como alibi colonial do salazarismo. **Revista USP,** São Paulo, v. 45, p.48-61, mar. 2000. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/45/05-joamedina.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Exame nacional 2015 da Educação para Todos:** Angola. Luanda: Centro de Documentação e Informação, 2014.

MUNANGA, Kabengele. África: Trinta anos de processo de independência. **Revista USP: Dossiê Brasil/África**, São Paulo, v. 18, p.102-111, Jun/Jul/Ago, 1993.

NZONGOLA-NTALAJA, Georges. Desafios para a formação do Estado na África. In: LOPES, Carlos (Org.). **Desafios contemporâneos da África**. São Paulo: Unesp, 2011. p. 107-132.

PATTEE, Richard. **Portugal na África Contemporânea**. Rio de Janeiro: Escola de Sociologia e Política da PUC - RJ, 1961.

PONSO, Letícia Cao. Políticas Linguísticas atuais em Angola e Moçambique: o modelo monolinguista do Estado nacional europeu X o modelo plurilíngue das nações africanas. In: XI CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CONLAB, 2011, Salvador. **Anais XI CONLAB**. Salvador: UFBA, 2011. p. 1 - 14.

RUI, Manuel. **Eu e o outro** – o invasor ou em poucas três linhas uma maneira de pensar o texto. Ensaio, 1985.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 66, p.23-52, jul. 2003.

TIMBANE, Alexandre António; QUEBI, Duarte Olossato; ABDULA, Rajabo Alfredo Mugabo. As Políticas Linguísticas e o Desenvolvimento Endógeno em África. **Sociodialeto**, Campo Grande, v. 5, n. 13, p.178-202, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.sociodialeto.com.br/edicoes/18/08082014101950.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: Unesco, 2010. Cap. 2. p. 21-50.

VENÂNCIO, José Carlos. A Herança Colonial em Questão: Crise e termo de responsabilidade na política africana. In: VENÂNCIO, José Carlos. **A Dominação Colonial: Protagonismos e Heranças**. Lisboa: Editorial Estampa Ltda, 2005a. p. 151-160.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRANTES, José Mena (Org.). **Angola em paz: novos desafios**. Luanda: Maianga, 2005.

ARAÚJO, Paulo Jeferson Pilar. Algumas considerações sobre línguas africanas e políticas linguísticas em Angola. **Sociodialecto**, Campo Grande, v. 5, n. 13, p.161-177, jul. 2014.

BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 1. p. 1-20.

BOXER, C. R. 24 de Junho de 1662: **Uma façanha dos portugueses**. In: Boletim da Agência Geral das Colónias. – Ano II, nº 15 (setembro de 1926), p. 117-128. Acesso em: 03/03/2014. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BGC/BGC-N015&p=117>.

BOXER, C. R. **Ataque dos holandeses a Macau em 1622**. In Boletim da Agência Geral das Colónias. – Ano IV, nº 33 (Março de 1928), p. 17-30. Acesso em: 03/03/2014. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BGC/BGC-N033&p=17>.

BOXER, R.C. **Antonio Telles em Goa**. In: Boletim do Instituto Vasco da Gama. – nº 40 (1938), p. 37-56. Acesso em: 03/03/2014. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BIVG/BIVG-N040&p=41>.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FONSECA, Dagoberto José. **Nas marolas do Atlântico: interpretações de Angola, da África, do Brasil e de Portugal**. Campinas: Relatório Científico, Pós-Doutorado, UNICAMP, Faculdade de Educação, 2009.

_____. As relações Brasil-África subsaariana: oralidade, escrita e analfabetismo. In: CHAVES, Rita; SECCO, Carmen; MACÊDO, Tania (Org.). **Brasil/África: Como se o mar fosse mentira**. São Paulo: UNESP, 2006. p. 111-127.

_____. **Políticas públicas e ações afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

INVERNO, Lilian. A transição de Angola para o português vernáculo: Estudo morfossintático do sintagma nominal. In: CARVALHO, Ana (Ed.). **Português em Contacto**. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana/Editorial Vervuert, 2005. p. 1-12.

MAESTRI, Mário. **História da África negra pré-colonial**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MARTINS, Maxwell. **Entre dragões e palancas negras: o apoio chinês na independência de Angola**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UNESP/FCLAr, Araraquara, 2016.

MATA, Inocência. Sob o signo de uma nostalgia projetiva: a poesia angolana nacionalista e a poesia pós-colonial. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 10, n. 19, p.25-42, 2º sem, 2006.

PEPETELA. **A Geração da Utopia**. São Paulo: Leya, 2013.

PEPETELA. **A Sul. O Sombreiro**. São Paulo: Leya, 2012.

PEREIRA, Ianá Souza. A Geração da Utopia de Pepetela: representação da mulher e o princípio da esperança. **África e Africanidades**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 13, p.1-4, Fev. 2011. Trimestral. Disponível em: <<http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/13052011-02.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2014.

SILVA, Alberto Costa e. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

VENÂNCIO, José Carlos. A Língua, Colonialismo e Literariedade. In: VENÂNCIO, José Carlos. **A Dominação Colonial: Protagonismos e Heranças**. Lisboa: Editorial Estampa Ltda, 2005b. p. 15-24.

VIEIRA, Luandino. **Luuanda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. São Paulo: UNESP, 2012.

ANEXO A - Hino de Angola

Óh Pátria, nunca mais esqueceremos
 Os heróis do 4 de Fevereiro
 Ó Pátria nós saudamos os teus filhos
 Tombados pela nossa Independência.
 Honrámos o passado e a nossa História,
 Construindo no trabalho um homem novo,
 Honrámos o passado e a nossa História,
 Construindo no trabalho um homem novo.

Angola, avante!
 Revolução, pelo Poder Popular!
 Pátria Unida, Liberdade,
 Um só Povo, uma só Nação!
 Angola, avante!
 Revolução, pelo Poder Popular!
 Pátria Unida, Liberdade,
 Um só Povo, uma só Nação!

Levantemos nossas vozes libertadas
 Para glória dos povos africanos.
 Marchemos, combatentes angolanos,
 Solidários com os povos oprimidos.
 Orgulhosos lutaremos pela Paz
 Com as forças progressistas do mundo
 Orgulhosos lutaremos pela Paz
 Com as forças progressistas do mundo.

Angola, avante!
 Revolução, pelo Poder Popular!
 Pátria Unida, Liberdade,
 Um só Povo, uma só Nação!
 Angola, avante!
 Revolução, pelo Poder Popular!
 Pátria Unida, Liberdade,
 Um só Povo, uma só Nação!

ANEXO B - Imagens de Angola

Bandeira de Angola³⁷



Casa dos Estudantes do Império³⁸



³⁷ Disponível em: < http://www.ambassadeangola.ch/site2012/images/stories/angola_instituicoes/bandeira.png>. Acesso em: 02 mar 2016.

³⁸ Disponível em: < <http://imagens2.publico.pt/imagens.aspx/845872?tp=UH&db=IMAGENS>>. Acesso em: 02 mar 2016.

Luanda³⁹**Universidade Católica de Angola⁴⁰**

³⁹ Disponível em: <<http://i2.cdn.turner.com/cnnnext/dam/assets/130731172458-luanda-beach-story-top.jpg>>. Acesso em 23 fev. 2016.

⁴⁰ Disponível em: <http://www.ucan.edu/www14/images/resized/images/catolicaluanda/slideshow/edificio_960_400.jpg>. Acesso em: 02 mar 2016.

Universidade Metodista de Angola⁴¹

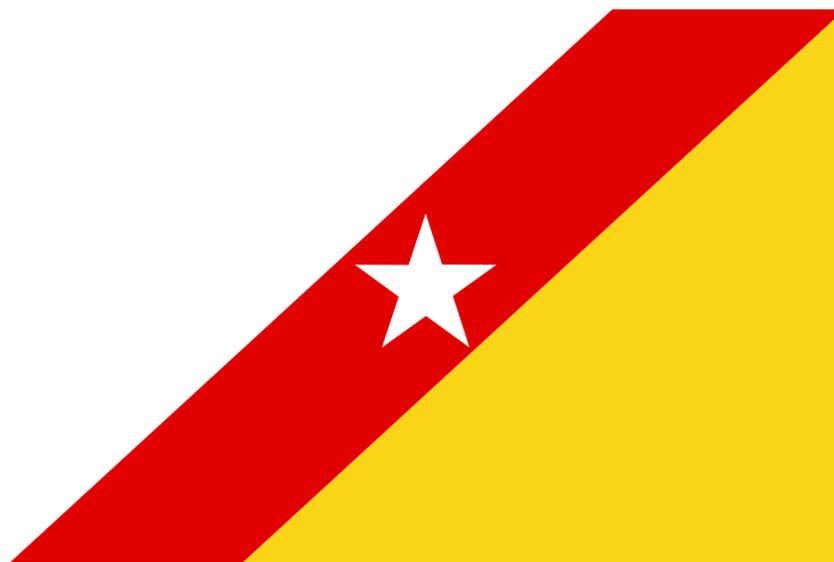


Universidade Agostinho Neto⁴²



⁴¹ Disponível em: < http://www.uma.co.ao/var/uma/storage/images/uma/galeria-da-uma/instalacoes-da-uma/u.m.a.-edificio-da-reitoria/1864-1-por-PT/U.M.A.-Edificio-da-Reitoria_full_galeria.jpg>. Acesso em: 02 mar 2016.

⁴² Disponível em: < <http://www.architecturalrecord.com/ext/resources/archives/projects/portfolio/2012/08/images/Universidade-Agostinho-Neto-Perkins-Will-2.jpg>>. Acesso em: 02 mar 2016.

ANEXO C - Líderes independentistas e bandeiras dos movimentos**Holden Roberto, líder do FNLA⁴³****Bandeira FNLA⁴⁴**

⁴³ Disponível em: <<http://a407.idata.over-blog.com/5/29/61/85/holden-roberto-2.jpg>>. Acesso em: 02 mar 2016.

⁴⁴ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Frente_Nacional_de_Liberta%C3%A7%C3%A3o_de_Angola#/media/File:Bandeira_da_FNLA.svg>. Acesso em: 02 mar 2016.

Agostinho Neto, líder do MPLA e primeiro presidente de Angola⁴⁵

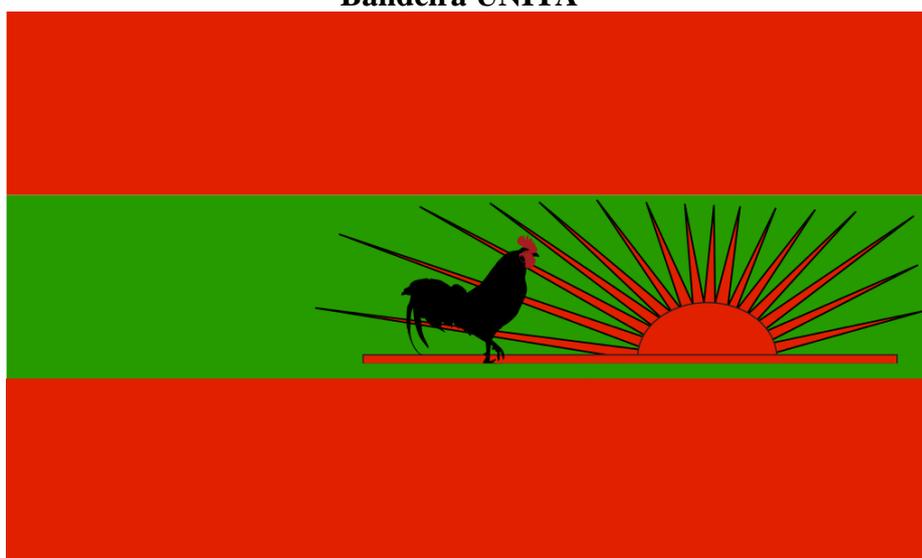


Bandeira MPLA⁴⁶



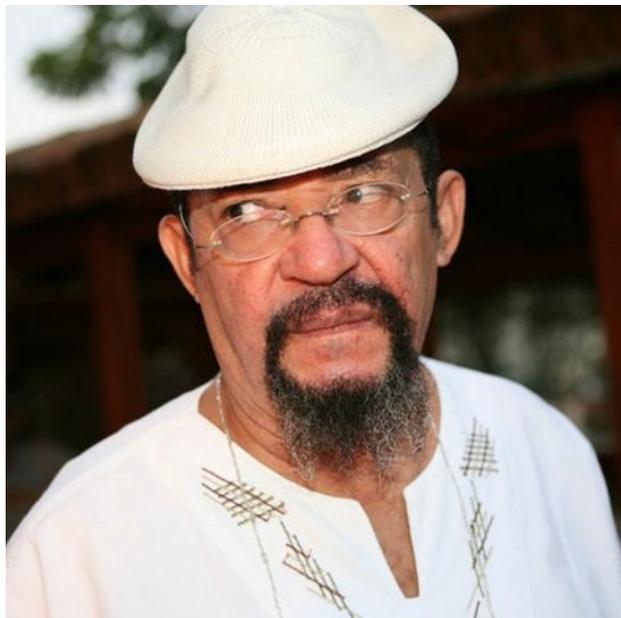
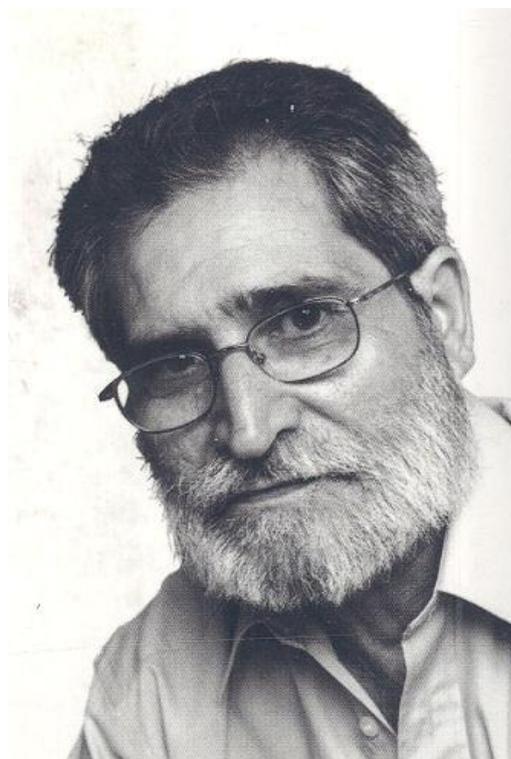
⁴⁵ Disponível em: < <http://media-2.web.britannica.com/eb-media/91/66391-004-AC7CD020.jpg>>. Acesso em: 02 mar 2016.

⁴⁶ Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_do_MPLA#/media/File:Movimento_Popular_de_Liberta%C3%A7%C3%A3o_de_Angola_\(bandeira\).svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_do_MPLA#/media/File:Movimento_Popular_de_Liberta%C3%A7%C3%A3o_de_Angola_(bandeira).svg)>. Acesso em: 02 mar 2016.

Jonas Savimbi, líder da UNITA⁴⁷**Bandeira UNITA⁴⁸**

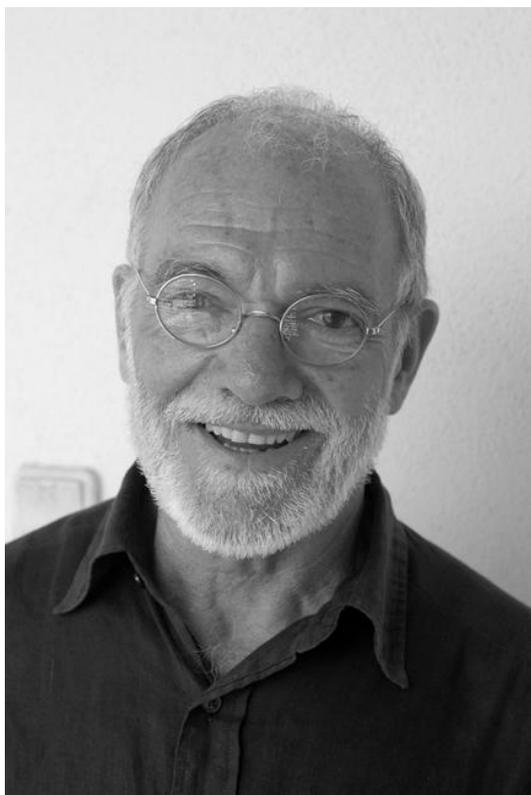
⁴⁷ Disponível em: < http://image1.findagrave.com/photos/2010/52/7422368_126686773298.jpg>. Acesso em 02 mar 2016.

⁴⁸ Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_Nacional_para_a_Independ%C3%Aancia_Total_de_Angola#/media/File:Flag_of_UNITA.svg>. Acesso em 02 mar 2016.

Anexo D - Autores angolanos**Manuel Rui⁴⁹****Pepetela⁵⁰**

⁴⁹ Disponível em: < http://cdn1.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/files/highlight/2014/0/3/0,ccca60c7-ac7f-46ab-b3e2-1ae9faf7ed6b--r--NTAweDUwMA==.jpg>. Acesso em 02 mar 2016.

⁵⁰ Disponível em: < <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/45/Pep.jpg>>. Acesso em 02 mar 2016.

Ondjaki⁵¹**Luandino Vieira⁵²**

⁵¹ Disponível em: < https://www.canal-u.tv/media/images/vo/entretien.avec.ondjaki.crivain.angolais_7773/ondjaki2.jpg>. Acesso em: 02 mar 2016.

⁵² Disponível em: < http://www.companhiadasletras.com.br/images/autores/02354_gg.jpg>. Acesso em: 02 mar 2016.

Inocência Mata⁵³

⁵³ Disponível em: < <http://www1.uni-hamburg.de/clpic/img/agenda/InocenciaMata.jpg>>. Acesso em 02 mar 2016.